



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ISADORA DIAS GOMES

**“A GENTE VIVE DE SONHO”: SENTIDOS DE FUTURO PARA ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE**

FORTALEZA

2014

ISADORA DIAS GOMES

**“A GENTE VIVE DE SONHO”: SENTIDOS DE FUTURO PARA ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientadora: Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- G614g Gomes, Isadora Dias.
 “A gente vive de sonho” : sentidos de futuro para adolescentes privados de liberdade / Isadora Dias
 Gomes . – 2014.
 118 f. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento
 de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2014.
 Área de Concentração: Psicologia.
 Orientação: Profa. Dra. Veriana de Fátima Rodrigues Colaço.
- 1.Delinquentes juvenis – Fortaleza(CE) – Atitudes. 2.Delinquentes juvenis – Reabilitação –
 Fortaleza(CE). 3.Comportamento de risco(Psicologia). 4.Expectativa(Psicologia). I. Título.

ISADORA DIAS GOMES

**“A GENTE VIVE DE SONHO”: SENTIDOS DE FUTURO PARA ADOLESCENTES
PRIVADOS DE LIBERDADE**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Veriana de Fátima Rodrigues Colaço (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria de Fátima Vasconcelos da Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Jaileila Araújo Menezes
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A todos os adolescentes aos quais a sociedade
negou o futuro.

A todos que se dedicam à valiosa prática de
sonhar para manter a fé na vida.

AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiramente a Deus e ao Mestre que vem guiando o meu caminho. Sem a fé que tenho aprendido a fazer crescer no meu coração, não teria tido a coragem, força e a perseverança necessárias para dar conta de um trabalho tão ligado ao meu sentimento.

À minha família, especialmente minha mãe, Liney, que desde que tenho condições de me lembrar tem sido amorosa e um verdadeiro amparo para mim, em todos os sentidos. Te amo, mainha! A minha madrinha Grace (e meu quase padrinho Jayme), pelo incentivo pessoal e profissional, por acompanharem minha trajetória com atenção, sempre acreditando que sou capaz e me incentivando a voar mais alto. Ao meu padrinho Marcondes e sua família pela acolhida em sua residência nos meus primeiros momentos em Fortaleza, pela atenção silenciosa, pelos conselhos, por todo o carinho e apoio. Também ao meu pai, Gomes, minhas irmãs, Clécia e Raissa, a todos os meus tios e tias com quem tenho tido o privilégio de conviver mais.

Ao meu fiel companheiro, Beto, por nunca me faltar no dia-a-dia. Pela compreensão, pelas palavras de carinho e conforto nos momentos difíceis e também pela firme presença quando precisei seguir em frente sem vacilar. Amo você!

A Emanuel Meireles (verdadeiro responsável pelo início de tudo), Pablo Pinheiro, João Paulo Barros e Valdemir Queiroz: sem vocês eu não teria chegado nem no começo. Um quarteto de anjos!

A minha caríssima orientadora pela sua impressionante capacidade de trazer luz e calma todas as vezes que precisei. Veri, admiro verdadeiramente sua paciência, competência e extrema generosidade intelectual. Muito grata pela profissional que você é. Uma inspiração! Minha gratidão também aos demais professores do mestrado em Psicologia da UFC, ao Helder (da secretaria) e às professoras participantes da banca examinadora, Jaileila Menezes e Fátima Vasconcelos, pela dedicação e valiosas contribuições para a construção final desse trabalho.

A todos os adolescentes com quem tive contato no decorrer dessa pesquisa, pela disposição e generosidade com que participaram voluntariamente desse estudo. Inestimável a contribuição de todos vocês!

A todas as pessoas da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará que tão gentil e prontamente me receberam. Sou muito grata pela confiança e disponibilidade, reconhecendo especialmente as pessoas de Lucita e Ana Cruz como essenciais para todo esse processo.

Aos diretores, corpo técnico e corpo disciplinar do Centro Educacional Dom Bosco e Centro Socioeducativo Passaré pela disponibilidade com que me receberam e colaboraram com o meu trabalho sempre que necessário. Agradecimento especial aos diretores, Claudenor e Ernande, às colegas psicólogas Juliana, Lívia, Noélia, Amália e ao futuro colega Darlan. Nada teria acontecido sem a colaboração dessas pessoas.

Aos meus colegas de orientação, principalmente João Paulo Coelho, Juliana, Janaílson e Nara. Vocês tornaram tudo mais rico, divertido e emocionante!

Aos meus colegas de turma, com quem tanto dividi minhas angústias, dilemas e alegrias. Que presente vocês são! Tenho um carinho especial por cada um, em especial por Lelé, Lorena, Luara e Rafa.

A Márcia Maracajá pela importante revisão ortográfica e gramatical. Muito grata, minha amiga!

A todos que torceram sinceramente por mim, de perto ou de longe, a todos que eu não tive condição de mencionar aqui. Tenho convicção de que essa é uma realização coletiva.

À CAPES pelo importante apoio financeiro.

"O que seria de nós se não pudéssemos ver além da tristeza? De nos lançarmos além do desamparo? O que seria de nós? Que pobres seríamos? Não pobres somente no sentido material, dessa pobreza que tanta gente sofre no mundo, mas uma pobreza ainda mais trágica, ainda pior. Pobres da falta desse pão imprescindível que dá de comer à esperança."
(Eduardo Galeano)

RESUMO

A presente dissertação trata de um estudo qualitativo, do tipo pesquisa-intervenção, desenvolvido na cidade de Fortaleza a respeito do significado de futuro para adolescentes autores de atos infracionais em cumprimento de Medida Socioeducativa de internação, tendo como marcos teóricos principais a teoria histórico-cultural de Vygotsky e a análise do discurso bakhtiniana. Essa investigação teve como ponto de partida a atuação profissional da autora em uma unidade de internação para adolescentes, diante das dificuldades em se elaborar um projeto de vida individual com os jovens atendidos pela unidade, sendo tal projeto parte integrante do relatório semestral obrigatório. A socialização em um contexto de violência urbana, a exposição a situações de risco, o uso abusivo de drogas, o envolvimento com grupos rivais e a iminência da morte e da privação de liberdade estaria restringindo a significação de futuro e se fazia necessário conhecer melhor essa psicodinâmica. Sendo assim, após a elaboração de um estudo piloto, em unidade de internação provisória, foi feita uma oficina temática com cinco encontros, tendo participado da mesma cinco adolescentes fortemente envolvidos com a cultura do crime. Após a transcrição das gravações em áudio e vídeo dos encontros, foram analisados em três grandes blocos temáticos: identidade cultural, risco e liberdade e futuro. Como resultados alcançados é possível destacar que, na teia semiótica relacionada com o signo-futuro, são observadas duas claras tendências diferentes e complementares. Uma está relacionada com um futuro mais próximo e à possibilidade de tomar decisões em curto prazo, ligada ao estabelecimento de uma meta, ao planejamento para as coisas do cotidiano. A outra está ligada ao sonho, ao que consideram ser uma motivação mais profunda, porém que acreditam ser uma motivação utópica e não fazem reais planejamentos para concretizar. O sonho tem a função de carregar a vida do desejo de viver, de poder realizar o transporte imediato do sofrimento para a boa vida desejada, por meio do pensamento. Já o signo-mudança se situa em um plano intermediário entre o sonho e a meta, já que a mudança desejada é considerada quase utópica, mas exige um direcionamento, um real planejamento para que a mesma se efetive. Fica clara a falta de recursos para que tal projeto se realize e que de fato a função de reintegração social do centro socioeducativo – com vistas a um rompimento do envolvimento com o crime – possa se efetivar.

Palavras chave: Adolescência. Privação de liberdade. Cultura do crime. Futuro.

RESUMEN

La presente tesis es un estudio cualitativo, una investigación-acción, desarrollada en la ciudad de Fortaleza que indaga el sentido de futuro que tienen los adolescentes que han cometido delitos y están judicializados. El marco teórico utilizado responde a la teoría histórico-cultural de Vygotsky y la análisis del discurso bakhtiniana. Esta investigación tuvo como punto de partida la experiencia profesional del autor en un centro de internación para adolescentes y las dificultades en la preparación de un proyecto de vida individual como parte del proceso necesario para hacer el informe semestral obligatorio. La socialización en un contexto de violencia urbana, la exposición a situaciones de riesgo, el consumo de drogas, la participación en grupos rivales, la inminencia de la muerte, la privación de libertad restringe el significado del futuro y es necesario a comprender mejor esta psicodinámica. Por ello, después de la creación de un estudio piloto en la unidad de admisión provisional se realizó un taller temático con cinco reuniones en la cual participaron cinco adolescentes fuertemente involucrados con la cultura de la delincuencia. Luego de transcribir el audio y grabaciones de vídeo de los encuentros, se analizaron bajo tres grandes áreas temáticas: la identidad cultural, el riesgo y la libertad, y el futuro. Como logros podemos señalar que en la red semiótica relacionada con el signo-futuro, se observan dos tendencias claramente diferenciadas y complementarias. Una de ellas está relacionada a un futuro cercano y la posibilidad de tomar decisiones en el corto plazo, vinculada a la creación de un objetivo, la planificación de las cosas cotidianas. La otra se conecta con el sueño, a lo que ellos consideran que es una motivación más profunda, ellos creen que es una motivación utópica por lo que no hacen planes reales para concretarlos. El sueño tiene la función de hacer llevadera la vida, las ganas de vivir, ser el transporte inmediato de sufrimiento por la buena vida deseada a través del pensamiento. En tanto, el signo-cambio se encuentra en un punto intermedio entre el sueño y el objetivo, ya que el cambio deseado se considera casi una utopía, pero requiere de una dirección, un plan real para que se convierta en efectivo. Es evidente la falta de recursos para un proyecto de este tipo se lleva a cabo y que, de hecho, la función de reinserción social del centro de cuidado de jóvenes - con miras a una ruptura de la implicación con el crimen - puede ser eficaz.

Palabras clave: Adolescencia. Privación de libertad. Cultura de la delincuencia. Futuro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDB	Centro Educacional Dom Bosco
CESEPA	Centro Socioeducativo Passaré
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MSE	Medida Sócioeducativa
SINAJUVE	Sistema Nacional da Juventude
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
STDS	Secretaria do Trabalho de Desenvolvimento Social do Estado do Ceará
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	CAMINHOS METODOLÓGICOS E ESCOLHAS	20
2.1.	Contextualizando o campo de pesquisa	21
2.2.	Estudo piloto	24
2.3	Centro Socioeducativo Dom Bosco	25
2.4.	O desenvolvimento da pesquisa	26
2.5.	Estrutura da oficina	28
2.6.	Caracterização dos participantes	29
2.7.	O processo de análise	31
2.8.	História final	32
3.	IDENTIDADE CULTURAL	34
3.1.	Adolescência e culturas juvenis	37
3.2.	Cultura do crime	44
3.2.1.	Estratégias de reconhecimento	48
3.2.2.	Conflitualidade e adequação discursiva	52
3.2.3.	Preservação da identidade	55
4.	A LIBERDADE DE ARRISCAR	57
4.1.	A linguagem dos riscos	57
4.2.	Assumindo um risco conhecido: a tradição do risco-perigo	58
4.3.	O manejo dos risco	62
4.4.	Risco como motor para a ação	64
4.5.	Liberdade e privação	68
5.	FUTURO	76
5.1.	Futuro: diferentes tendências culturais e históricas	76
5.2.	Se ainda há futuro	81
5.3.	Vive-se de sonho, mas se persegue a meta	87
5.4.	Mudança e projeto de vida	91
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICE A – CARTAZ ELABORADO NO TERCEIRO ENCONTRO DA OFICINA	111
	APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA	112

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	113
APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO.....	115
ANEXO A – MÚSICA E VÍDEOS UTILIZADOS DURANTE A OFICINA.....	116

1. INTRODUÇÃO

Iniciar um estudo como o que venho introduzir agora não foi tarefa fácil. Por um lado, a temática do adolescente privado de liberdade, e mais ainda a sua relação com o futuro, é um tema caro para mim, pessoal e profissionalmente. Pelo mesmo motivo, todo o investimento afetivo que está contido nos bastidores desse trabalho me trouxe inúmeras reflexões, aflições e desesperos, mas também esperanças. O equilíbrio necessário para realizar um estudo vivo sem que eu nele me diluísse foi a minha busca constante, durante os dois anos em que mergulhei em teoria, prática e afetividade para levar a cabo essa investigação.

Desde meados da minha graduação em Psicologia, a qual concluí no segundo semestre de 2007 na Universidade Federal de Pernambuco, venho acumulando experiências profissionais no campo da Psicologia Social, trabalhando com instituições públicas e privadas, bem como com a execução de políticas públicas para jovens e adolescentes. Nesse percurso, já em Fortaleza, me interessou a oportunidade de trabalhar vinculada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do estado do Ceará (STDS), em uma unidade de privação de liberdade para adolescentes.

Na ocasião, em 2011, eu fazia parte do corpo técnico no setor Psicológico do Centro Socioeducativo Passaré (CESEPA) e tive a satisfação de dividir o cotidiano de trabalho com uma equipe séria, engajada e articulada entre si. Procurávamos nos reunir com frequência, a fim de discutir os casos específicos dos adolescentes, bem como com o objetivo de dialogar com a direção da unidade a respeito de acontecimentos relevantes. Foi um tempo de muitas indagações, lutas coletivas e individuais, por nossa condição de trabalho e por dignidade e respeito aos adolescentes internos.

Na ocasião, no âmbito do setor psicológico, criamos o hábito de dialogar com frequência a respeito dos assuntos que nos inquietavam no dia-a-dia do trabalho. Dois tipos de situação me chamavam a atenção de maneira especial: as diversas relações possíveis entre o envolvimento com o crime e o uso de determinadas substâncias – notadamente o crack – e a existência das disputas entre confrarias rivais, ou brigas de gangue, especialmente em como a participação nesses grupos afetava a perspectiva de vida dos adolescentes os quais acompanhávamos.

Parte do trabalho das equipes técnicas em uma unidade como o CESEPA consiste na elaboração semestral de relatórios individuais dos adolescentes com o intuito de auxiliar o

juiz responsável a que realize um julgamento adequado do caso. Aos profissionais da área da Psicologia, especificamente, algumas exigências na atuação profissional são feitas. Entre elas, que no referido relatório conste elementos relacionados aos planos que este adolescente esteja fazendo para uma futura vida em liberdade, de modo que, sempre que possível, nesses não esteja incluída a prática de atos infracionais. Uma vez que este planejamento devesse ser exequível e claro, eram empreendidos por mim, em conjunto com os demais membros da equipe, atendimentos sistemáticos, em que poderia ser promovida uma série de reflexões que colaborassem com a elaboração desses projetos de vida.

A construção do processo de mudança, segundo Souza e Menezes-Santos (2010), pode ser motivada por vivências dolorosas no período de cumprimento da Medida Sócio-educativa (MSE), em que a reflexão pode fazer parte de um processo educativo, auxiliando na possibilidade de descontinuidade das práticas infracionais. Já na minha experiência, de maneira frustrante, toda a equipe sentia grande dificuldade de fomentar tais reflexões e efetivar um planejamento com os socioeducandos acompanhados e, diante da exigência feita, foi inevitável o questionamento do porquê da dificuldade em realizar tal tarefa. Acreditando não ser uma questão simples de resolver, esta se tornou combustível para a realização desta investigação acadêmica.

Este é, portanto, um estudo investido de uma implicação ética que se baseia no cuidado e na valorização da vida. Trata-se de um posicionamento pessoal e profissional amplo, de quem se vê como parte constituinte da sociedade e que, portanto, tem suas interações impregnadas da sua visão de mundo. É também uma busca por auxiliar, de outro lugar, os jovens em conflito com a lei e propor elementos que aprofundem a reflexão sobre a prática profissional do psicólogo, a fim de encontrar soluções alternativas para angústias que, muitas vezes, não encontram diálogo e ressonância institucional.

Coelho (1996) aponta para a necessidade de as Ciências Humanas se lançarem à investigação dos sentidos produzidos por grupos específicos, especialmente quando os resultados das políticas públicas se mostram insatisfatórios ou insuficientes. Assim, o presente trabalho visa contribuir para a solução de impasses na execução de tais políticas, tendo como ponto de partida o adolescente privado judicialmente de sua liberdade e todo o contexto que envolve esta situação. Não pretendo alongar em detalhes da legislação, devido à facilidade de acesso a materiais que esclareçam adequadamente, porém é necessário iniciar uma breve explanação a respeito da maneira como um adolescente pode chegar a ser privado judicialmente de sua liberdade, no intuito de facilitar a compreensão do problema de pesquisa.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, foram regulamentados os direitos e deveres de todas as crianças e adolescentes (BRASIL, 1990). No texto do ECA encontra-se uma sessão específica a respeito da proteção e responsabilização de crianças e adolescentes autores de atos infracionais. Sendo assim, enquanto as crianças – até os 12 anos incompletos – nessa situação recebem a proteção do Estado, os adolescentes – de 12 anos aos 18 incompletos – estão sujeitos ao cumprimento das medidas socioeducativas (MSE) diversas, tendo as mesmas uma natureza jurídica impositiva, sancionatória e retributiva (MASCARENHAS; DIAS, 2011). A legislação parte do pressuposto de que as crianças que se envolvem em algum ato infracional devem receber proteção da família e do Estado, enquanto os adolescentes devem ser responsabilizados por meio do cumprimento das MSEs. Vale salientar que o ECA é considerado uma legislação avançada em termos dos seus princípios, estando em conformidade com a normativa internacional a esse respeito.

As MSE são em número de 6 tipos, segundo o ECA, sendo eles: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional. É possível, ainda, serem aplicadas medidas protetivas em conjunto com a MSE. Salienta-se que a medida aplicada ao adolescente “[...] levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da situação” (BRASIL, 1990, p. 34). No caso da MSE de internação, esta tem como princípios “[...] a brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990, p. 35) e tem duração de seis meses, depois dos quais a mesma é reavaliada para suspensão, progressão para uma MSE mais branda ou permanência, não podendo exceder o limite total de três anos. O ECA dispõe, ainda, que a MSE de internação só poderá ser aplicada em se tratando de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, pela reincidência no cometimento de atos infracionais graves ou por reiteração no descumprimento de outras MSEs.

Para regular a implementação das MSEs com base nos princípios dos direitos humanos, foi criado em fevereiro de 2004 o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o SINASE (BRASIL, 2012). É na MSE de internação, portanto, que tais princípios ganham especial urgência, uma vez que a mesma é a mais rigorosa das medidas, e pode gerar consequências psicológicas relevantes para o adolescente. A privação judicial de liberdade para o adolescente deve conter as funções pedagógica e restaurativa, bem como deve garantir ao socioeducando os direitos a lazer, visita de familiares, assistência social, psicológica, jurídica, pedagógica, religiosa, a boa alimentação, entre outros. Uma equipe

multidisciplinar trabalha, então, no sentido de se fazer cumprir os direitos que têm esses cidadãos, cada qual com sua atribuição. No contexto dessa atuação profissional, iniciou a construção do problema que deu origem a essa pesquisa.

Coerente com uma compreensão histórico-cultural do desenvolvimento humano e social, busquei o entendimento dos fatores relacionados a esta problemática, especialmente do contexto da violência na adolescência. É importante, pois, salientar que os aspectos da violência urbana relacionados à parcela mais jovem da população têm sido amplamente discutidos no contexto acadêmico, bem como nas conversações cotidianas dos grandes centros urbanos. De acordo com Adorno, Bordini e Lima (1999), a questão da criminalidade é uma das mais urgentes preocupações sociais dos cidadãos brasileiros. No desenvolvimento dessa preocupação é frequente a associação entre adolescência e violência, o que favorece a compreensão desta faixa etária como potencialmente problemática. Para efeito de ilustração, destaco que na época em que este estudo está sendo desenvolvido tem estado em voga o debate a respeito da diminuição da maioridade penal, defendidas por um grupo político e abordada por um setor da mídia – com a aprovação de boa parte da população¹. Tal redução é vista como uma solução ou uma resposta social à violência praticada por adolescentes.

A temática da violência e a relação da parcela jovem da população com a violência urbana é um assunto delicado. As pessoas tendem a responder aos apelos emocionais relacionados a experiências vividas ou à maneira como a mídia trata do assunto e, desse modo, a sociedade parece se dividir entre aqueles que sofrem a violência – e não se sentem responsáveis por ela – e outro grupo, que a pratica ou a quem se atribui essa prática, o qual a outra parcela da população prefere manter longe ou presa, aos cuidados do Estado.

A maneira como o assunto é tratado nas diversas instâncias acaba por gerar uma distorção da consciência geral que termina por alinhar o urbano, a violência, periferias urbanas, favelas e delinquência (MINAYO, 1990). Acrescenta-se, talvez, como já exposto acima, a juventude/adolescência nesse mesmo aglomerado “desviante” e temível. Percebo que, para a parcela da sociedade que se sente prejudicada pela violência – sem se perceber praticando a mesma – sucede a soma de assuntos difíceis de considerar, pelas implicações pessoais que os mesmos geram, e a resposta afetiva a isso muitas vezes inclui a colagem dos elementos acima e a busca pelo distanciamento do problema.

¹ Segundo matéria veiculada no portal R7 Notícias, mais de 90% da população aprova a redução da maioridade penal (DOURADO, K. Mais de 90% da população aprova a redução da maioridade penal. Portal R7 Notícias, 2013. Disponível em <http://noticias.r7.com/brasil/mais-de-90-da-populacao-aprova-a-reducao-da-maioridade-penal-11062013>, acesso em 19 de junho de 2013)

Admito, porém, que a relação violência-adolescência é complexa e não pode ser compreendida de maneira linear. Portanto, parto do entendimento da multifatorialidade da origem das práticas infracionais de adolescentes e jovens (BORDIN; OFFORD, 2000, VILHENA; MAIA, 2002), tratando, tanto sobre a violência social e urbana, como sobre a adolescência e juventude, a partir de uma compreensão histórico-cultural, no caminho contrário às concepções estáticas e normativas, as quais, segundo Oliveira (2006), ainda constituem a tendência dominante nos estudos da psicologia do desenvolvimento. Procurei, ainda, trazer uma perspectiva pouco comum, segundo Silva (2004), no que tange aos estudos com a temática da violência urbana, pois venho estudar aspectos da criminalidade a partir do sentido construído pelos autores dos crimes, preterindo a perspectiva baseada na infração da norma social e posterior correção.

A teoria histórico-cultural, da maneira como foi construída por Vygotsky (1998) e seus colaboradores (VYGOTSKY; LURIA, 1996, LEONTIEV, 1978), irá destacar o caráter complexo do desenvolvimento, compreendendo que o mesmo se dá nas relações mediadas entre os seres humanos, e nas suas construções de significados e sentidos ao longo do tempo. Partindo deste pressuposto, a adolescência também é entendida como tendo um significado dinâmico e interligado às práticas culturais. Compreendo, pois, a existência de várias formas de expressão do adolecer, encarando as pessoas que passam por esta fase ou etapa psicossocial como parceiros sociais implicados e atuantes na construção dialógica de sua condição (ARAÚJO, 2009).

A partir da lógica que entende a experiência da adolescência como uma construção dialógica entre o indivíduo e a sociedade, conceituada como uma variedade de “[...] formas particulares de subjetivação que estão em permanente mudança [...]” (TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2002, p. 138) e, diante da crescente narrativa de pânico na qual tem se apoiado os equipamentos midiáticos (KOURY, 2011), surgiu o interesse sobre a maneira como adolescentes e jovens têm construído suas identidades e, a partir delas, suas perspectivas de futuro.

No campo da Psicologia, na busca de compreender certos acontecimentos sociais, algumas vezes são deixadas de lado as variadas situações socioculturais a que as pessoas podem estar vinculadas. Arpini (2003) alerta para as diferentes condições objetivas existentes nos grupos populares de adolescentes, já que a desigualdade faz parte da nossa estrutura social. E, ainda, por mais que se tente desarticular pobreza e criminalidade como uma relação causal direta, esta relação ainda permanece, seja no senso comum, seja em dados quantitativos

que nos informam tal correlação, seja na falta de argumentos contrários consistentes (MISSE, 1993).

Ao lado do fenômeno social que localiza a pobreza nos bairros periféricos, Koury (2004) destaca o apontamento de algumas pesquisas para uma crescente insegurança experimentada por jovens de bairros de periferia em seu cotidiano. Segundo este mesmo autor, há uma grande e complexa teia que propicia esta insegurança, a qual inclui elementos como a indústria do medo provocada pela mídia, as práticas das corporações policiais, a precariedade de políticas públicas e a exclusão social decorrente. Muitos jovens aos quais estamos nos referindo – especialmente aqueles que praticam ou já praticaram atos infracionais – têm como cotidiano a experiência da drogadicção, a perspectiva da privação de liberdade e a participação em conflitos de confrarias rivais e grupos de extermínio. Tais vivências constituem aquilo que Silveira, Silvaes e Marton (2003) definiram como situações de risco. Ou seja: fazem parte de uma circunstância geral que acarreta risco para todo um grupo social.

De acordo com o exposto anteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata da necessidade de um atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei, partindo do pressuposto de que, preservando os seus direitos fundamentais, adolescentes de 12 a 17 anos podem ser responsabilizados pelos seus atos e, com o apoio do Estado, podem realizar projetos de vida com base na valorização da vida e dignidade humana (BRASIL, 1990).

O projeto de vida, no entendimento de Hernández (2000), possui as características da própria personalidade, considerada como sistema total, sendo a estrutura que expressa a sua abertura ao domínio do futuro. Trata-se de uma poderosa ferramenta de trabalho, pois para ser construído, se parte da situação social de desenvolvimento da pessoa que está projetando os momentos posteriores da vida. Esse planejamento, que deverá ser construído pelo adolescente, só pode ser baseado, portanto, em suas vivências, na sua condição subjetiva e dentro do seu contexto sociocultural. Esse exercício de olhar para adiante e, de certa forma, desenhar algo que ainda não aconteceu tem necessariamente como base as vivências passadas e presentes, a maneira como a pessoa vê o seu curso de vida no passar do tempo.

Uma vez que, de acordo com a minha experiência profissional, ainda que exigidos institucionalmente e com o auxílio da equipe técnica, os socioeducandos encontram grande dificuldade na construção de tais projetos, consideramos de relevante importância a compreensão de como são produzidos os significados e sentidos de futuro pelos adolescentes privados de liberdade, pois esta pode permitir um melhor trabalho interventivo no que diz respeito à exigência institucional já citada. Ou seja, com base num melhor entendimento de

como acontecem os processos de significação com relação ao tempo futuro e à atividade prospectiva, as intervenções profissionais podem ser mais efetivas.

Considero que o pensamento de Vygotsky e, de um modo geral, a compreensão histórico-cultural do desenvolvimento podem ser úteis para a ancoragem teórico-metodológica deste estudo, dado que, de acordo com essa perspectiva, o problema do significado da linguagem apenas poderá ser resolvido por uma teoria histórica acerca do discurso interior (VYGOTSKY, 1989). As formas culturais, segundo o mesmo autor, obedecem a uma dinâmica semelhante de construção e reconstrução. Compartilho da compreensão de que, por meio de um processo dialético de recriação, tais formas estão em constante processo de desenvolvimento e surgimento de novas instâncias.

A proposta atual busca a compreensão do processo de construção dos sentidos e significados pelos sujeitos em questão e, de acordo com Barros et al. (2009), o sentido é um acontecimento semântico que se produz nas relações sociais, a partir da dialética entre o mundo interno e a experiência atual do sujeito. O significado é resultado das flutuações dos sentidos (PINO, 2000), sendo uma instância relacionada ao coletivo, ou seja, a um grupo específico de pessoas. De acordo com o exposto, o estudo das produções de sentidos e significados é um recorte possível para a compreensão das particularidades da linguagem interior que, dentro dessa perspectiva, é atravessada em várias direções pela história, pela cultura e pela sociedade que, por sua vez, são também atravessadas e atualizadas pela linguagem individual e coletiva. A compreensão acerca das produções linguísticas e semânticas relacionadas ao futuro para esta população é primordial no problema que está sendo abordado. Saliento ainda que, neste caso, me refiro tanto à dimensão temporal do futuro, em relação com os tempos presente ou passado, bem como à atividade prospectiva, responsável pela formulação de projetos de vida.

Enfim, diante da problemática aqui desenhada, a pergunta que orientou este estudo foi: uma vez que a violência urbana tem sido uma forte referência cultural para alguns adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, como eles constroem significados e sentidos de futuro?

Sendo assim, o objetivo geral desta investigação foi analisar a produção de significados e sentidos de futuro, bem como exercitar a atividade prospectiva com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.

Os objetivos específicos foram: conhecer a vivência das práticas infracionais violentas pelos adolescentes, de maneira a apreender sua relação com o contexto cultural em que estão inseridos; compreender a maneira como os participantes significam o tempo –

passado, presente, futuro – no que diz respeito ao curso de suas vidas; oportunizar aos socioeducandos, na dimensão interventiva da pesquisa, o exercício da atividade prospectiva; e compreender o modo como os adolescentes participantes fazem planos para o futuro.

O texto de dissertação que se segue está organizado em quatro capítulos: um metodológico e três teórico-analíticos, além das considerações finais. A escolha por iniciar com o capítulo referente ao caminho metodológico e por não escrever capítulos exclusivamente teóricos se deu, por um lado, com o propósito de situar o leitor acerca do contexto e do percurso trilhado neste estudo e, por outro, para uma melhor articulação entre as bases teóricas e a análise do *corpora* de pesquisa, facilitando a leitura e o entendimento do processo investigativo. O capítulo dois compreende, portanto, a metodologia, onde apresento o contexto geral de intervenção: a instituição onde se realizou o trabalho empírico, a chegada ao campo, o estudo piloto, a estruturação das oficinas e o processo de análise. Os capítulos seguintes trazem as discussões teóricas das categorias analíticas, dialogando com o material empírico, na busca por compreender os sentidos sobre o envolvimento com o ato infracional, sobre risco e liberdade e sobre futuro, para os participantes da oficina. Esses estão, portanto, seccionados da seguinte maneira: o terceiro capítulo discute a relação entre identidade e cultura, considerando as ideias de juventude, adolescência e cultura do crime; o quarto capítulo aborda a questão do risco na modernidade tardia em interação com o conceito de liberdade; o quinto capítulo considera os sentidos significados de futuro, também nas variações do sonho, meta, mudança e projeto de vida.

As análises das diversas categorias acima formam um conjunto amplo de sentidos e significados relacionados com o futuro, revelando aspectos psicodinâmicos de adolescentes institucionalizados e permitindo um olhar mais profundo e atento para sua subjetividade.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS E ESCOLHAS

Neste capítulo, busco fazer surgir o campo com o qual me encontrei para desenvolver esta pesquisa, contextualizando conquistas e percalços, mas, principalmente, aproximando a realidade a qual vivi durante o tempo em que estive imersa, com os participantes e demais personagens que fizeram parte da caminhada. Mapear este caminho percorrido, dando ênfase às escolhas feitas, é um desafio necessário para que se encontre o rigor metodológico necessário numa pesquisa de cunho qualitativo como esta, mas que também ganha a qualidade de desabafo quando procuro fazer conhecer os aspectos semióticos – culturais – meus, da instituição parceira, dos funcionários e dos adolescentes.

Ainda que houvesse tido uma experiência anterior com unidades de privação de liberdade, encontrar o lugar de investigadora resultou em um olhar renovado para a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, bem como para as unidades as quais visitei para levar a cabo este estudo, bem como para o Sistema Socioeducativo de maneira geral. Sendo assim, ainda que houvesse a intenção de trazer à tona contribuições para o trabalho técnico nos Centros, especialmente na área da Psicologia, meu objetivo principal passou a ser compreender alguns aspectos psicodinâmicos da construção de significados sobre o futuro para os adolescentes desse contexto institucional. Para tanto, fez-se necessário pensar em uma metodologia que pudesse levar em conta a necessidade de interação – uma vez que é através desta que o significado é construído – mas, que também desse destaque ao aspecto necessariamente interventivo do trabalho.

Deixo, portanto, explícito que apresento os resultados de uma **pesquisa-intervenção**. Esta modalidade investigativa, segundo Rocha e Aguiar (2003), rompe com os enfoques tradicionais de pesquisa, ampliando ainda as bases teórico-metodológicas das chamadas pesquisas participativas, no que se refere à transformação da realidade sócio-política. Isso se dá pela intervenção social na dimensão micropolítica. Sendo assim, o encontro cultural de significados e valores do pesquisador e dos participantes, bem como o de interesses entre o pesquisador e seu objeto de estudo se torna parte integrante do estudo, uma vez que compreendo que é essa mesma interação a responsável pelo desenvolvimento contínuo das pessoas.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Castro e Besset (2008, p. 9) afirmam que o método da pesquisa intervenção articula “o modo de construir o próprio problema e a

questão de pesquisa a serem investigados [...] sinalizando momentos analiticamente distintos, porém inseparáveis, do ato da pesquisa”. Tal posicionamento fortalece a escolha metodológica feita, já que entendemos a significação acerca do futuro como uma permanente construção, procuramos focar nossa questão na maneira como o signo-futuro surge, a partir da análise interpretativa das falas, compreendidas como discurso ou enunciação.

No rol de possibilidades metodológicas existentes, optamos por realizar uma **oficina temática** ou grupo de discussão de adolescentes (CASTRO, 2008), para que, por meio da interação, conseguíssemos encontrar no discurso, seus sentidos e significados acerca do futuro. Esta modalidade de intervenção investigativa fornece especial suporte para a pesquisa com infância e juventude, já que se propõe a uma relação mais horizontal entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. Em se tratando de adolescentes e, ademais, adolescentes institucionalizados, há a forte tendência a uma diferenciação grande dos lugares ocupados na interação. Sendo assim, lançar mão das oficinas para conduzir os trabalhos é uma estratégia caracterizada pelo debate sobre um determinado tema de maneira relativamente livre, para deixar emergir os sentimentos, experiências e compreensões específicas daquele grupo.

Para auxiliar a condução dos encontros que compuseram a oficina temática da pesquisa, foram utilizados vídeos e músicas, além da construção de um cartaz com colagem e da escrita de uma história, a qual teve o propósito de servir de fio condutor para as discussões com os adolescentes participantes. Ainda que tal proposta metodológica nos parecesse útil e congruente com a nossa afiliação teórica, uma vez que nos forneceria uma boa quantidade de texto para analisar, optamos por realizar um estudo piloto a partir do qual veríamos, com maior clareza, a adequação do método, tanto com relação à formação do *corpora*, como com relação às possibilidades logísticas, aspectos de segurança e demais detalhes

2.1. Contextualizando o campo de pesquisa

Início a descrição da metodologia apresentando o contexto institucional de realização da pesquisa como forma de situar o campo de realização do estudo e, assim, trazer uma melhor compreensão do caminho trilhado.

No Ceará, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE é executado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, através da Coordenadoria de Proteção Social Especial. Sendo assim, inicialmente obtive autorização formal para entrar como pesquisadora nas unidades de atendimento, esclarecendo aos profissionais responsáveis sobre

o meu objeto de pesquisa e objetivos, cumprindo parte dos requisitos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Uma vez autorizada, dei início à inserção inicial em duas unidades de privação de liberdade: uma unidade de internação provisória e outra de internação definitiva. Para fins de esclarecimento quanto à natureza dessas duas instituições, destacamos que a primeira deve ser utilizada para uma medida do tipo cautelar, enquanto se realiza apuração do ato infracional atribuído ao adolescente. Ainda assim, para que tal decisão seja tomada, diz a legislação específica, deverá “basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida” (BRASIL, 1990, p. 33). Tal internação deve durar no máximo 45 dias, mas é subordinada ao processo principal. Ou seja, caso a apuração do processo ocorra em prazo inferior a 45 dias, o adolescente é liberado ou encaminhado para MSE aplicada. Vale ressaltar que, na prática, observa-se que a internação provisória tem sido utilizada no estado do Ceará comumente como medida de internação de curta duração, semelhante a uma sanção¹, sendo que de menor prazo, em descumprimento às diretrizes do ECA, como descrito no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, recentemente lançado (CEARÁ, 2013).

Neste período máximo de 45 dias, os adolescentes internos têm os mesmos direitos que em qualquer unidade socioeducativa restritiva de liberdade: lazer, escola, oficinas, acompanhamento jurídico, social, psicológico, visitas, telefonemas, refeições adequadas etc. Também está sujeito a medidas disciplinares, no caso de descumprimento das regras – advertência verbal, recolhimento em dormitório coletivo e contenção em dormitório individual. A unidade de internação provisória, portanto, é uma casa de grande trânsito de socioeducandos, caracterizada pela brevidade com que as ações acontecem. Em Fortaleza há três unidades específicas para esta finalidade.

Já a internação definitiva é a medida dada pelo juiz após sentença, onde o socioeducando permanece de seis meses a três anos. O ECA não estabelece duração específica da medida conforme o ato infracional, mas indica que a mesma deverá ser avaliada a cada seis meses (BRASIL, 1990), situação diante da qual se faz necessário o relatório técnico dos profissionais que acompanharam o adolescente nesse período. Na nossa cidade há três unidades deste porte, nas quais os adolescentes são divididos por faixa etária.

¹ A sanção é uma medida de menor duração (90 ou 120 dias, por exemplo), não prorrogável.

Optamos por realizar o estudo piloto em unidade provisória e a pesquisa propriamente dita em uma unidade de internação definitiva. Tal escolha se deu por alguns motivos: o primeiro, ter acesso a dados dos dois tipos de unidade de internação, para que tivéssemos a possibilidade de tecer algum comparativo entre eles, no que concerne à significação do futuro; por não haver tempo suficiente para realizar um estudo comparativo mais prolongado. Assim, o ideal encontrado foi o de realizar o estudo piloto em um tipo de unidade e a pesquisa em outro. Para tanto, previmos que a oficina para a pesquisa teria maior duração, de maneira que talvez não fosse possível realizá-la a contento numa unidade com tanta rotatividade; mas já para a realização do estudo piloto nos pareceu adequada uma unidade em que o caráter rotineiro das atividades é de serem mais curtas e pontuais. Em terceiro lugar, é nas unidades de internação definitiva que existe a exigência da confecção dos relatórios técnicos, sendo exigidos, para tanto, os aspectos relacionados aos planos para o futuro, que implicava a necessidade desta pesquisa. Além do que, há, neste caso, permanência dos socioeducandos por tempo suficiente para se trabalhar com maior profundidade.

As unidades escolhidas foram o Centro Sociopedagógico Passaré (CESEPA), de internação provisória, e o Centro Socioeducativo Dom Bosco (CEDB), de internação definitiva. Ressaltamos que a inserção inicial se deu concomitantemente nas duas unidades, para que as escolhas metodológicas feitas pudessem ser pactuadas em ambos os espaços. Uma vez que os participantes têm menos de 18 anos e estão tutelados pelo estado, é o responsável pela instituição quem assina o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), requisito formal para participação.

Já com relação aos critérios para a escolha dos participantes, eles se basearam na efetiva inserção dos mesmos na cultura do crime com o cometimento de diversos atos infracionais; pelo histórico familiar e social de envolvimento com a criminalidade; pela vontade de participar e; pelo desenvolvimento de um bom *rappor*t com a pesquisadora. Sendo assim, no início do trabalho, os participantes estavam sabendo que se tratava de um estudo científico e sigiloso quanto à identidade deles, com interesse de auxiliar o trabalho técnico no interior das unidades de internação, a partir de um melhor conhecimento de como se dá a entrada e a saída (ou não saída) dos jovens no mundo do crime.

Além do TCLE, foi também formulado outro documento por requisição do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC; o Termo de Assentimento, para ser assinado pelos participantes, indicando sua concordância em colaborar com o estudo.

2.2. Estudo piloto

A realização do estudo piloto foi de grande importância para que fossem feitas algumas escolhas metodológicas da pesquisa. Para a escolha da unidade, em específico (o CESEPA), levamos em consideração a estrutura física adequada à realização das atividades, bem como a disposição da equipe técnica em colaborar. Além disso, pela necessidade de brevidade, optou-se por trabalhar com uma equipe por mim já conhecida profissionalmente. Nesse particular, destaco que ficou clara a necessidade do apoio de toda equipe do Centro, para que aspectos relacionados a espaço físico, materiais, escolha dos participantes e escolha de horários fossem bem encaminhados, no devido prazo. Tive todo esse amparo das pessoas, que valorizaram e incentivaram a realização da oficina. Dos aspectos metodológicos ficou destacada a necessidade de uma entrevista individual inicial, sem gravador, com cada um dos possíveis participantes, para que fosse esclarecido o objetivo da pesquisa e realizados os acordos necessários sem a pressão grupal.

Nesse estudo piloto foi feita uma oficina com apenas um encontro de aproximadamente 1h30min de duração, com a participação de três adolescentes e com a presença de um instrutor educacional do lado de fora da sala. Percebemos que a metodologia empregada nos possibilitou, mesmo com apenas um único encontro, obter informações dos participantes relacionadas aos nossos objetivos. A entrevista individual, ao início, foi importante para esclarecer bem os jovens, de maneira a dirimir quaisquer dúvidas com relação aos meus objetivos com a oficina e estabelecer uma relação de confiança com eles. Percebemos que esta confiança foi estabelecida, quando os participantes explicitaram com clareza suas vivências, sem receio de que isso pudesse prejudicá-los.

O uso da música como instrumento para direcionar os assuntos foi muito bem recebido e elogiado pelos participantes ao final. Percebemos que a escolha do tipo de música, pela alta identificação com a letra e com os artistas que a interpretam foi essencial para um bom desenvolvimento do trabalho. Todos os participantes aprovaram essa escolha. Avaliamos que com esse instrumento, os adolescentes puderam ser tocados em sua afetividade e falar de sonhos e esperança (e também da ausência deles) de uma maneira próxima às suas vivências, o que possibilitou a captura de diversas enunciações sobre essa temática e a expressão dos sentidos individuais e os significados coletivos relacionados ao tempo futuro.

A construção da história foi um recurso metodológico rico, gerando nos participantes uma satisfação em ver a história pronta além de uma identificação positiva como protagonista. A mesma sintetizou de maneira efetiva os assuntos abordados no decorrer

do encontro, o que permitiu a análise da maneira como nos propusemos. Percebemos que as categorias teóricas: futuro, projeto de vida e cultura do crime encontraram espaço para serem desenvolvidas a partir da discussão gerada.

Relativo aos objetivos de intervenção, percebemos que esta metodologia pode oportunizar, de fato, aos socioeducandos, um exercício da atividade prospectiva, devido aos temas que foram trabalhados direta e transversalmente. Ao pedir que os participantes avaliassem a oficina, um participante disse que “foi até bom, pra conhecer mais, assim, nós mesmos”, outro disse que foi bom para refletir sobre a sua vida e o outro ainda afirmou que foi bom para “refletir a mente”.

Sendo assim, julguei adequado manter a metodologia utilizada no estudo piloto no decorrer desta investigação, sendo que o número de participantes passou a ser cinco, bem como a oficina também deveria ser feita em cinco encontros de 1h30min de duração. Não foram realizadas outras ações referentes a essa pesquisa no CESEPA. Depois de concluído o estudo piloto, foquei nas ações no CEDB, que foi a unidade escolhida para realização da pesquisa propriamente dita.

2.3. Centro Socioeducativo Dom Bosco

O Centro Socioeducativo Dom Bosco (CEDB) é uma unidade antiga, inaugurada em data desconhecida em outro prédio do mesmo bairro. Os funcionários mais antigos com os quais conversei, relataram lembrar de seu funcionamento quando a legislação em vigor era o Código de Menores (BRASIL, 1927, 1979). Na década de 1970, o CEDB abrigava crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, porém não tinha o caráter restritivo de liberdade. Em 1976, o Centro mudou-se para o prédio atual, o qual passou por uma reforma para receber as atividades. Após a implantação do ECA, em 1990, ocorreu uma mudança gradativa para tornar-se uma unidade de semiliberdade; no ano de 2000 passou a ser um Centro Educacional de Internação Provisória; em 2002, um Centro Educacional de Internação-Sanção; e em 2005, um Centro Educacional de Internação-Sanção e Internação. Hoje o CEDB recebe adolescentes com até 16 anos, para o cumprimento desses tipos de MSEs.

Hoje, as instalações do CEDB são um tanto antigas, com espaços restritos. O local onde ficam a recepção, direção, equipe técnica e sala de visitas fica perto da entrada da unidade. Duas grades em pontos diferentes dá acesso ao pátio semicircular onde os

adolescentes internos ficam na maior parte do tempo. São cinco alas, com um total de 30 dormitórios, mais uma ala com os dormitórios de contenção, salas de aula, sala de leitura, refeitório e uma antiga fábrica, que foi desativada após motim provocado pelos adolescentes. Do lado de fora das grades é possível ter uma visão de todo o pátio, das portas das salas e entrada das alas.

O CEDB, na ocasião da aproximação em campo, contava com 82 instrutores em serviço e equipe técnica composta por uma advogada, duas assistentes sociais, duas pedagogas e duas psicólogas, além de pelo menos um estagiário em cada setor. Muito embora a estrutura tenha sido construída para receber um número de 60 adolescentes, nos meses em que estive presente com mais assiduidade, a quantidade média de internos foi de 171 adolescentes, conforme informações da equipe. O número exato de admissões de adolescentes durante os meses de outubro e novembro de 2013, período em que a oficina foi realizada foi de 213 e 211 (CEARÁ, 2013), respectivamente.

2.4. O desenvolvimento da pesquisa

Como já foi dito acima, desde o período da realização do estudo piloto no CESEPA estive em contato com a direção e equipe técnica do CEDB, de modo que diversas escolhas metodológicas foram feitas em diálogo constante. Disso resultou em uma boa apreensão dos objetivos de pesquisa, principalmente por parte da direção e pela equipe de psicologia. De maneira geral, tive contato com pessoas prestativas e acolhedoras, que procuraram facilitar o meu trabalho, sempre que possível.

Não obstante a boa vontade de todos do Centro, percebi que, com o passar das visitas, cada funcionário interessado pôde realizar perguntas, dissolver dúvidas e me conhecer um pouco melhor, o que facilitou, ao longo do tempo, o meu acesso e permanência na unidade. Sempre que possível, participei do momento da refeição coletiva, juntamente com os técnicos e direção e, com esses momentos de interação, fui ganhando a confiança e contando com uma cada vez maior disponibilidade da equipe.

Ainda assim, é necessário dizer que algumas dificuldades durante o processo atrasaram um pouco a realização dos encontros. A superlotação constantemente gerava conflitos entre os adolescentes ou envolvendo os instrutores educacionais – profissionais que cuidam da disciplina e cuidam para fazer cumprir a rotina dos internos – além dos boatos e

rumores de motins que deixavam o ambiente tenso. Quando acontecem situações como essas, são suspensos os atendimentos e outras atividades que necessitem deslocamento dos internos, bem como há alteração da ocupação dos instrutores educacionais, que devem direcionar suas atenções para a segurança.

No decorrer das atividades houve um motim e em seguida o falecimento de um instrutor educacional, que teve um problema no coração enquanto continha um adolescente exaltado. Tal acontecimento abalou toda a unidade, deixando a equipe consternada e os adolescentes constrangidos. Isso se somou à defasagem já existente no número de instrutores educacionais, cujo trabalho é compreendido como essencial para a manutenção da ordem e da segurança. Esses episódios não só dificultaram a realização das atividades propostas, como tiveram impacto relevante na postura e no humor dos participantes, que se sentiam mais ou menos à vontade, afetando a qualidade da participação.

Foram realizadas entrevistas iniciais com os adolescentes participantes para esclarecimento da pesquisa, e uma oficina temática com cinco encontros. As entrevistas individuais foram feitas em local privativo (a saber: sala de atendimento médico ou sala do setor jurídico). Teve como objetivo verificar a efetiva inserção do adolescente na vida do crime – já que esse foi um recorte por mim escolhido – bem como prestar esclarecimentos específicos, dirimir dúvidas e estabelecer uma relação de confiança. Para tais entrevistas não foi utilizada nenhuma forma de registro, a fim de preservar o clima de informalidade.

Os dois primeiros encontros foram videogravados, tiveram a mesma programação de atividades – semelhante à da oficina do estudo piloto – e foram realizados com grupos diferentes. Na realização do primeiro encontro, eu pude contar com a participação de quatro socioeducandos, dos cinco que haviam sido escolhidos. Em seguida a esse encontro, um dos participantes foi transferido para outra unidade e outro não quis mais participar. Diante da necessidade de se ter um maior número de participantes foram entrevistados e pré-selecionados mais três adolescentes. Na ocasião da realização do segundo encontro, os adolescentes participantes do primeiro não compareceram por motivos diversos, ficando apenas os novatos. Por essa razão, escolhi fazer o segundo encontro utilizando o mesmo roteiro de atividades do primeiro. A partir do terceiro encontro, foram unidos os dois grupos e os participantes solicitaram que não fosse realizada a filmagem. Desse encontro por diante temos, portanto, apenas o registro em áudio. Além das entrevistas individuais e dos cinco encontros, em uma ocasião em que estive na unidade para a oficina, mas não consegui reunir

todos os adolescentes participantes, conversei individualmente e informalmente com dois deles, sem ligar o gravador, e tomei nota de algumas falas, dada a riqueza das mesmas.

Para me auxiliar em um dos encontros, convidei uma das psicólogas da unidade para participar, a pedido da mesma e com a permissão dos adolescentes participantes. Não percebi algum significado relevante gerado pela presença dela.

O material utilizado para análise foi composto pelo diário de campo, pelas transcrições da oficina, por um cartaz confeccionado em um dos encontros, e pelo registro da história construída coletivamente no decorrer das atividades.

2.5. Estrutura da oficina

Com o objetivo de esclarecer a estrutura da oficina e seus participantes, segue um resumo esquemático sobre cada um dos encontros, temas trabalhados e recursos utilizados. Cada encontro foi programado com base nos meus objetivos metodológicos, adaptado às solicitações dos participantes.

Encontro 1 – Momento inicial. Apresentação da pesquisa, da pesquisadora e dos participantes. O objetivo foi conversar de uma maneira geral sobre a entrada e saída no chamado “mundo do crime”. Para facilitar a discussão com os adolescentes, foi utilizada a música “A Vida é Desafio”², dos Racionais MC’s, que serviu de base para a proposta de construção de uma história ao final. Participaram quatro adolescentes: Pequeno, Maduro, Sobrinho e Quieto. O encontro foi videogravado.

Encontro 2 – Momento inicial com outro grupo. Mesmo planejamento do encontro anterior, com outros três adolescentes: Mudado, Contador e Desinteressado. Também foi possível fazer a videogravação.

Encontro 3 – O tema desse encontro foi “O que eu quero para a minha vida?”³. Foram exibidos dois vídeos: “Vizinhos do Crime” e “A vida do crime é ambição”⁴. Em seguida, foi montado um painel com colagens e desenho buscando responder à pergunta

² Letra da música no Apêndice A

³ Imagem do cartaz no Apêndice B

⁴ Link para os vídeos no Apêndice A

inicial. Neste encontro foi reunido os participantes dos dois grupos em um só, que assim passou a se realizar a partir de então. Participaram: Maduro, Sobrinho, Quieto, Mudado e Contador. Neste dia só foi feito o registro em áudio.

Encontro 4 – O tema principal foi a entrada no chamado “mundo do crime” e o desafio foi unir as duas histórias escritas nos dois primeiros encontros dos grupos separados. Participaram: Sério, Sobrinho, Mudado e Contador. Esse encontro teve a participação de uma das Psicólogas da unidade. Teve apenas o registro em áudio, porém um trecho grande foi perdido, sendo a base de análise o diário de campo.

Encontro 5 – O objetivo desse encontro foi finalizar a história construída coletivamente e o tema foi o planejamento de vida após a privação de liberdade. Participaram: Maduro, Sobrinho, Mudado e Contador. Apenas foi feito o registro em áudio.

2.6. Caracterização dos participantes

Estão caracterizados todos os adolescentes com quem manteve contato, mesmo os que não seguiram os encontros da oficina. Foram eles:

Pequeno: 15 anos. Iniciou o trabalho inquieto e desconfiado. Participou apenas do primeiro encontro e, ainda assim, pediu para sair antes de concluir. Em seguida, envolveu-se em um motim e foi transferido, tendo participado apenas de um encontro. Foi apreendido por roubo, é reincidente, passou muito tempo da sua adolescência em um centro educacional. Considera-se calmo e afirma que gosta de trabalhar, de roubar, de ganhar dinheiro e de adrenalina. Entrou pra vida crime “porque queria ver como era” (sic.). Seu sonho é ser pescador.

Sobrinho – 15 anos, me chamava de “tia”, e sua voz tem uma característica infantilizada, inclusive com risos desmotivados. Considera-se tranquilo, foi apreendido por envolvimento com o tráfico de entorpecentes, depois de apenas dois dias de sua liberação de uma internação anterior. Apesar de também ter envolvimento com roubo, sua preferência é pela venda de drogas. Tem uma identificação grande com as ideias relacionadas ao cometimento de atos infracionais. Considera que o crime para ele sempre foi uma coisa normal, cotidiana: “ah, tia, é só o que tem!” (sic.).

Quieto – 16 anos, calado e se concentra bem, mas não participa muito dos debates. As suas contribuições foram pontuais, mas pertinentes. Segundo ele mesmo, não gosta de falar, gosta de ficar prestando atenção. É considerado “o rei do artesanato”⁵. Mora no interior do estado e já chegou a passar um ano e um dia cumprindo medida de internação. Tem grande envolvimento com disputa de gangues e, desta vez, estava em cumprimento de medida por causa de uma tentativa de homicídio. Segundo ele mesmo: “gosto mais de roubar, usar drogas e atirar nos elementos”.

Maduro – 16 anos, bem humorado, gosta de fazer artesanato. Tem um olhar triste e apresenta uma visão dura da realidade, além de conhecimentos mais amplos que os demais participantes. Foi apreendido após um assalto a um ônibus, depois de apenas seis dias após ter sido liberado de uma internação anterior, devido a outro assalto. Quando era criança, gostava de soltar arraia e jogar bila⁶. Tinha medo de entrar para o crime, até perder o pai.

Desinteressado: 16 anos. Não parecia muito disposto para a oficina da qual participou, incomodado com a câmera, calado e impaciente. Considera-se respeitador, mas apenas com quem o respeita. Participou apenas da primeira oficina, declarando, em seguida, que “não estava nem vendo” (sic.) para aquela atividade.

Contador: 15 anos, se considera um menino bom e respeitador. Gosta de jogar bola, tem um jeito alegre. Participou com entusiasmo da construção da história, é imaginativo e trabalha bem a sequência de fatos na narrativa. Encontra satisfação em explicar as coisas com detalhes, esteve muito interessado na oficina. Devido a um roubo, foi encaminhado para uma unidade de semi-liberdade e, por ter descumprido a medida, recebeu a sentença de internação. Tem um discurso de “mudança de vida” bem claro.

Mudado: 16 anos, se destaca no centro socioeducativo pela sua participação na oficina de teatro e pelo seu discurso de mudança. Busca as frases e comportamento padrões para responder a qualquer situação. Foi apreendido devido a um latrocínio e espera-se que, pela gravidade do ato, o mesmo ainda passe um ano ou um ano e seis meses em privação de liberdade e procurava fazer o possível para reduzir seu tempo de permanência, moldando palavras e atitudes. Sua fala era baseada na ideia de que ele refletiu, se arrependeu e já mudou

⁵ De acordo com a minha experiência, essa é uma consequência de ter passado um tempo razoável numa unidade de internação. Ser bom no artesanato faz parte da construção da identidade do adolescente infrator experiente.

⁶ Bolinha de gude.

de vida. Portanto, está esperando ganhar a liberdade para provar isso para todos: “Graças a Deus eu saí, graças a Deus. Eu peço todo dia: ‘Deus, obrigada por ter me ajudado a sair daquele mundo, ter me tirado dessa vida aí’” (sic).

2.7. O processo de análise

O processo de análise por mim empreendido se constituiu em um estudo interpretativo com base na teoria histórico cultural e na análise do discurso bakhtiniana, a partir dos significados e sentidos construídos pelos participantes, especialmente relacionados ao signo-futuro. Para tanto, inicialmente foram consideradas algumas categorias analíticas teóricas, com base nos pressupostos teórico-práticos e na revisão de literatura, quais sejam: identidades culturais, adolescência/juventude, liberdade, risco, futuro e projeto de vida.

Uma vez realizada a inserção de campo e a transcrição dos encontros da oficina, o *corpora* – composto por esses textos, além do cartaz produzido e do diário de campo – revelou algumas outras categorias, além das que já haviam sido estabelecidas anteriormente. Diante de todo o texto, me interessei por algumas categorias empíricas, devido à frequência em que surgiam no discurso, somada à relevância para o problema de pesquisa. São elas: cultura do crime, reconhecimento, adequação discursiva, preservação da identidade, risco-aventura, liberdade, sonho, meta e mudança.

O conjunto de categorias analíticas foi organizado nos capítulos que se seguem de maneira a facilitar o entendimento do leitor, respeitando a pertinência e afinidade dos assuntos, procurando articular teoria e empiria em cada bloco temático. Para realizar a análise interpretativa, foram levadas em consideração as cenas enunciativas em que as ideias apareceram no discurso, tendo em vista quais eram os interlocutores em questão, as intencionalidades do discurso e o caráter de construção permanente dos significados.

Sendo assim, é importante destacar que, neste estudo, para fins de interpretação, o ponto de vista privilegiado é o fenomenológico, pois, coadunando com Valsiner (2011), foi valorizado o relato da experiência vivida, em oposição ao foco no comportamento. É a partir da experiência vivida e da comunicação da mesma que podemos ter acesso aos conceitos, significados e sentidos dos aspectos que buscamos conhecer.

2.8. História final

Para que as análises que se seguem possam seguir um fluxo contínuo, desde já transcrevo, na íntegra, a versão final da história construída coletivamente durante a oficina, processo que ocupou quatro do total de cinco encontros. Os personagens principais são Antônio Xavier (apelidado de Chucky), e seu irmão Charles Xavier (apelidado de Tchu). Os mesmos, seus nomes e apelidos foram criados pelos adolescentes. O processo de criação da história foi o fio condutor de muitas das discussões que realizamos e, por esse motivo, constantemente me remeterei à mesma para recortar as análises.

Há um tempo atrás, Antônio Xavier era um garoto estudioso e alegre e tinha nove anos. Só pensava em soltar arraia e jogar bila. Com 12 anos, começou a andar com más pessoas do outro bairro, que conheceu na saída do colégio. Os caras era considerados pelo pessoal do colégio e de onde eles moravam. Os caras eram fragantoso, andavam com roupa de marca e cordão de prata e todo mundo falava deles.

Antônio via seu irmão Tchu (Charles Xavier), de 17 anos, andando com os elementos armados e usando drogas. Com dinheiro, moto e várias mulheres bonitas. Antônio Xavier pediu ao irmão para ser da gangue para ganhar dinheiro e ser igual a ele. Tchu aceitou e botou o seu irmão pra trabalhar pra ele e avisou pra se ligar na polícia e nos inimigos para não ser preso. Antônio disse ao Tchu: “Eu quero um apelido”. Tchu combinou com a gangue que o apelido iria ser Chucky, por conta de uma cicatriz na testa.

Chucky andava na rua próximo ao mercado pensando em cometer um ato infracional e de repente ele caminhava com muitos pensamentos maldosos. Em um momento ele avistava um inimigo do seu irmão em uma motocicleta. Ao avistar o inimigo em uma motocicleta, Chucky estava armado e efetuou vários disparos. Ao se aproximar e ver seu inimigo caído no chão, rouba a motocicleta e os pertences e sai diretamente à favela onde encontrava os parceiros. Comemoram a morte do inimigo soltando rojões. E, nesse momento, policiais invadem descendo a favela e Chucky desesperado corre diretamente para um matagal onde acaba trocando tiros com os policiais. No momento em que trocava tiros com a polícia, ele foi atingido por vários disparos. A polícia vê ele ensanguentado no chão e não ajuda, sai fora. Chega a população para acudir o Chucky, mas ele não resiste aos disparos. Acaba falecendo. Tchu, o irmão dele, foi diretamente aonde Chucky estava caído no chão baleado e falou que ia ter vingança.

O Tchu, muito revoltado, foi em casa pegar uma arma e foi se vingar do policial. Seus companheiros de favela sabiam o endereço do policial. Ao saber onde o policial se encontrava, ele entrou no carro com mais quatro elementos e foi se vingar fortemente armado. Ao chegar no local, avistou o policial indo trabalhar. Quando ele bota a moto pra fora de casa, o Tchu e seus companheiros saem do carro e efetuam vários disparos contra o policial, que morreu logo após. Fugindo do local, o Tchu avista uma viatura e várias viaturas saem em perseguição. Na perseguição acontece um acidente: Tchu e os quatro elementos barreiam num poste. Três ficaram atingidos e não conseguiram sair. O Tchu e seu comparsa tentaram fugir saindo do local correndo. Uma esquina depois aparece a equipe do RAI0 e prendem Tchu e seu comparsa. Na cadeia, Tchu e o seu comparsa estão arrependidos e vão mudar de vida.

Como ele era réu primário, foi condenado a seis anos e passou três anos e meio porque recorreu. No tempo em que passou preso foi muito sofrimento porque tava

longe da família: pai, mãe, mulher, filho. Como ele era homicida, estava trabalhando numa fábrica. Quando saiu, tinha muita grana, foi morar no interior, continuou trabalhando pra sustentar sua mulher, Juliana, e seu filho. E ao continuar com sua mulher, resolveu frequentar a igreja mais próxima, se entregou a Jesus e sua vida ficou feliz para sempre. (História coletiva construída no decorrer da oficina por Pequeno, Maduro, Sobrinho, Quietinho, Contador, Desinteressado e Mudado)⁷

Os assuntos que surgiram no processo de construção da história, bem como os temas que a história fez vir à tona, quando relacionados com o meu objeto de estudo, foram organizados em categorias analíticas, que compõem os subitens. Dessa maneira, para fins de organização, na análise dos subitens deste e dos capítulos seguintes, me refiro tanto ao conteúdo da história como das discussões que surgiram em paralelo, antes ou depois da construção da mesma.

Trabalho, portanto, com a narrativa formal, da história construída, mas também com a narrativa presente no decorrer das interações, na descrição e interpretação do que é a cultura em que os participantes estão inseridos, a partir dos significados emergentes. Porém, não tenho a intenção de delimitar a realidade fática relacionada à prática de atos infracionais. A verdade que importa, então, é a verdade narrativa que, de acordo com Bruner (1997), pode ser uma memória projetiva ou mesmo ficção, mas “ela de algum modo consegue captar em seu código o problema real” Bruner (1997, p. 97). Portanto, esclarecemos, aqui, a não ingenuidade da escuta e do processo de entendimento do que foi dito, mas também delimitamos nosso claro posicionamento não avaliativo quanto às questões de veracidade.

⁷ Nas transcrições de trechos da história ou de excertos da oficina, opto por utilizar a fonte em itálico, com o objetivo de diferenciar das citações de trabalhos científicos. As minhas falas estão precedidas pela inicial “T” e as falas dos socioeducandos, precedidas pelo seu nome fictício.

3. IDENTIDADE CULTURAL

O conceito de cultura é central neste estudo e perpassa a compreensão de todas as categorias aqui trazidas, se relacionando de maneira ainda mais íntima com o conceito de identidade. Afiliei-me a uma perspectiva em psicologia social, com base histórico-cultural, inicialmente partindo da construção teórica de Vygotsky e, conseqüentemente, de seus colaboradores, sucessores, discípulos e outros autores coerentes epistemologicamente com a psicologia materialista e dialética do autor citado. Nesse sentido, com a afirmação de que “todo o cultural é social”, Vygotsky (2000, p. 6), nos fornece o ponto de partida para o entendimento da relação entre o social, o cultural e o fio histórico – ligado ao desenvolvimento – que conecta um ao outro, já que, por sua vez, nem todo o social é cultural. O cultural surge como uma qualidade no desenvolvimento filogenético que se expressa também na ontogênese do ser humano. Em outras palavras, ainda que outras espécies animais tenham vida social, a possibilidade de “ser cultural” é própria da espécie humana, que se constrói também no decorrer do próprio desenvolvimento da pessoa. Vygotsky e Luria (1996, p. 237), esclarecem:

Consideramos que o desenvolvimento cultural de uma pessoa expressa-se não só pelo conhecimento por ela adquirido, mas também pela sua capacidade de usar objetos em seu ambiente externo e, acima de tudo, usar racionalmente seus próprios processos psicológicos.

[...]

O talento cultural significa, essencialmente, a capacidade de controlar seus próprios recursos naturais, significa a criação e aplicação dos melhores dispositivos no uso desses recursos.

Ao mesmo tempo, a cultura é compreendida como relacionada aos hábitos, costumes, ao conjunto das pequenas ações cotidianas de um grupo, bem como à estrutura macrossocial e à maneira como surgem na forma de pano de fundo das relações sociais; como também é vista como a construção essencialmente humana, marcada pelo uso de instrumentos semióticos, aprendizagem e compartilhamento de signos com outros seres humanos, gerando sentidos e significados para o mundo que nos rodeia e para as experiências internas.

Cultura, para mim, assim como explicitado por Hall (1997b), é entendida como tendo um relevante aspecto epistemológico, bem como uma importância substantiva. O aspecto epistemológico está relacionado com a influência que a cultura tem na nossa maneira de compreender e interpretar as coisas. Disso decorre que a cultura orienta a nossa visão do mundo e das pessoas. Já a expressão substantiva da cultura está ligada à experiência empírica e à maneira como a vida se organiza.

Valsiner (2011), como representante da chamada Psicologia Cultural, da qual nos aproximamos, esclarece a existência de duas direções básicas em sua teorização. Uma seria a orientação semiótica e outra a da atividade. Ainda que a orientação relacionada à atividade não despreze a mediação semiótica, a mesma se desenvolve com o foco nas ideias de Alexei N. Leontiev e está ligada aos diferentes papéis sociais, à dimensão da prática ou da ação na realidade e à possibilidade de realização de mudanças sociais.

A seu turno, da ideia de cultura como mediação semiótica – mediação por signos – decorre o foco nas regulações intrapsicológicas e interpessoais através do instrumento simbólico. São estratégias mais ou menos explícitas de organização das funções psicológicas, a partir de signos construídos socialmente, construção essa em que consiste a própria concepção de cultura. A cultura está, portanto, nos planos inter e intrapsicológicos, sendo a linguagem a base de sua produção. Esta visão de cultura não nega a atividade, mas ressalta dela a significação.

A ideologia, assim como nos apresenta Bakhtin/Volochínov (2012), admitindo que a mesma é parte do que chamamos de cultura, é composta por signos. Neste caso, o signo ideológico “[...] é não apenas o reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2012, p. 33), a partir do qual pode ser manifestada a compreensão com relação às coisas. Um bom termo para estudar os signos ideológicos e a cultura é a linguagem e seus elementos constitutivos.

Pela razão explicitada acima nos encontramos, no âmbito deste estudo, próximos à orientação semiótica apontada por Valsiner (2011) e por nós já citada acima, em que buscamos – anteriormente às possíveis mudanças ou ao entendimento dos papéis sociais ou outra orientação voltada à ação – a construção da ideia de curso de vida, incluindo seus planejamentos e sonhos. Compreendemos que o estudo aprofundado da linguagem tem como característica a explicitação da cultura subjacente às relações que originaram aquele discurso – linguagem, signo ideológico – no encontro do pensamento com a linguagem.

Se Vygostky, com sua psicologia dialética, buscou uma maneira geral de pensar a relação entre o interno (psíquico) e o externo (sociocultural), temos em Hall (1997b, p. 9) um bom indício de que o estudo da linguagem é uma boa alternativa para tanto, quando o mesmo afirma que “[...] a ênfase na linguagem e no significado tem tido o efeito de tornar indistinta, senão de dissolver, a fronteira entre as duas esferas, do social e do psíquico”. Os autores acima explicitam e esclarecem, portanto, a relação de interdependência entre essas duas dimensões do ser humano.

A identidade, portanto, ainda que se refira a uma pessoa individual, a um sujeito empírico, contém os elementos do coletivo, da cultura na qual o indivíduo está inserido e dela faz parte. Essa ideia aplicada ao caso da pesquisa que levei a cabo, implica na não pessoalização das falas dos participantes, já que a fala, como expressão ideológica de um indivíduo é efeito de um processo coletivo e, portanto, expressão cultural.

Esclareço, portanto, que, no que se refere ao marco teórico utilizado para esse estudo, toda identidade é cultural, social, histórica, já que “O indivíduo, enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente socioideológico” (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2012, p. 59).

Não estou em busca de uma identidade cultural essencial ou acabada de adolescentes privados de liberdade, nem acredito nessa possibilidade. Ao contrário, admito o *estado de processo* do objeto o qual observei. A identidade, portanto, nada tem de inteira ou acabada. “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir do nosso exterior” (HALL, 1997a, p. 42). E esse preenchimento constante, dinâmico pela sua natureza dialética foi por mim recortado e analisado. Como um médico lê um exame de sangue e sabe que todo o sangue já se renovou no corpo do paciente e que, portanto, aquele resultado nada mais é que a fotografia de um processo dinâmico, dessa forma é que venho tratar a identidade cultural, a partir das falas de Pequeno, Maduro, Sobrinho, Quieto, Contador, Desinteressado e Mudado: compreendendo que se trata do recorte de um movimento que permanecerá em mudança, agora e além.

Importa salientar, na interface com o assunto aqui tratado, a contribuição que nos dá Wulf (2003), quando problematiza o termo *compreender*. Compreender uma cultura diz respeito a aprisioná-la no olhar de quem busca compreender, já que a única maneira de perceber o outro é a partir da nossa própria lente cultural, pois é a partir desta que construímos os significados que iremos atribuir. Segundo Bakhtin/ Volochínov (2012, p. 137), “A compreensão é uma forma de diálogo [...] é opor à palavra do locutor uma contrapalavra”. Assim, convém atentar à existência da necessária lente cultural do pesquisador, a fim de que não simplesmente subjuguemos o objeto investigado ao nosso próprio olhar sem maiores críticas, “Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos” (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2012, p. 34). Portanto, a consciência de que toda a análise aqui apresentada não está pronta, nem acabada e que, ainda, é relativa ao diálogo

empreendido entre o meu objeto de pesquisa e eu (FARACO, 2009), explicita com honestidade o campo aberto de significações que daqui pode – e deve – seguir.

É a partir, portanto, dessa perspectiva com relação à cultura, partindo do seu peso epistemológico, que se esclarece a importância que tem o contexto cultural na maneira como compreendemos as informações e fenômenos. Esclarecer o conceito de cultura e, ainda, o de identidade cultural diz da cultura acadêmica em que estamos inseridos e indica que tal constructo impregna a forma como compreendemos os aspectos relacionados ao curso de vida, as adolescências e as demais categorias trazidas neste estudo. É por esse motivo que esse é a categoria teórica que inaugura as discussões nesse trabalho.

3.1. Adolescência e culturas juvenis

Lido neste estudo com uma dupla categorização: adolescência e juventude. Longe de buscar uma clara e unívoca definição desses termos, percebo que diferentes disciplinas abordam uma ou outra nomenclatura com base nos seus pressupostos teórico-epistemológicos, como também foi verificado por Colaço et al. (2011) e vejo a necessidade de esclarecer as bases conceituais utilizadas também nesse aspecto.

Tradicionalmente, a Psicologia utiliza a categoria adolescência, devido a uma perspectiva desenvolvimentista, baseada nas perturbações advindas de um suposto surgimento da sexualidade, ou seja: da puberdade. Segundo Ozella (2002), foi instituída a ideia de moratória, identificando um período da vida entre a infância e a vida adulta. Tal concepção naturalizada e universalizante da adolescência ainda permanece presente em uma psicologia convencional, que vê a adolescência como uma das etapas naturais do curso da vida.

Quanto a essa visão, Bock (2004) afirma que a Psicologia tende a analisar o fenômeno da adolescência como se ele já existisse no ser humano e critica essa perspectiva. Segundo a autora, já que a condição humana é uma invenção cultural, assim também o seria a chamada adolescência. Neste sentido, Arpini (2003), com base nos importantes estudos de Philippe Áries, observa que nem sempre a adolescência como período do ciclo vital ganhou a relevância que atualmente se percebe. A autora desenvolve a compreensão de que a organização familiar europeia gerou a definição mais clara dos ciclos de vida, atribuindo a separação entre infância e vida adulta. Tal separação foi gerada pela divisão social do trabalho e dos processos econômicos, que criou a necessidade da educação popular para as classes sociais baixas, sendo também o início da formalização da educação.

Afirmo, portanto, a minha compreensão do conceito de adolescência como cultural, não podendo ser separado da história que o produz. Também Vygotsky (1996b), quando aborda o tema das idades de transição, onde situa a chamada adolescência, esclarece que, ainda que a evolução biológica exista, para ele as mudanças que ocorrem nessa fase da vida não são decorrência direta das transformações físicas, vistas de uma maneira unidirecional. Toda a evolução do ser humano tem como base, portanto, as dinâmicas sociais em relação dialética com a natureza. Sendo assim, os significados atribuídos à adolescência são de natureza cultural e a cultura é expressão dessa natureza dinâmica e complexa do ser humano, não podendo ser compreendida de maneira absoluta ou universal.

Também Pais (1990, p. 148) falou a respeito dessa construção social da adolescência, afirmando que “[...] muito embora a puberdade, em si, seja um processo biológico universal, a adolescência só começou a ser vulgarmente encarada como fase de vida quando, na segunda metade do século XIX, os problemas e tensões a ela associados a tornaram objecto de ‘consciência social’”.

Ainda que meu posicionamento ideológico encontre identidade nessa crítica às concepções estáticas da adolescência, dada a natureza deste estudo, faz-se necessário esclarecer que, em termos legais, o ECA estabelece como adolescente, a pessoa com idade entre 12 e 18 anos. Esta é a faixa etária específica considerada pela legislação atual como sendo característica de uma etapa peculiar no desenvolvimento e, portanto, passível à aplicação das medidas socioeducativas como maneira de se responsabilizarem por possíveis atos infracionais que venham a cometer.

É interessante registrar que, no caso dos socioeducandos participantes, nos registros de áudio, vídeo e diários de campo, foram identificadas duas ocasiões em que eles usaram o termo específico “adolescente”, sendo que em ambas as vezes essa denominação remetia ao personagem principal da história. Inicialmente, na caracterização do mesmo, por Contador, no seguinte diálogo:

Excerto nº 1

I – A dica: vamos pensar primeiro num personagem. No personagem principal, assim. Quem é?

Contador – Um adolescente... O da história, né?

A outra ocasião foi na tentativa de finalizar a história, por Mudado, que disse: *“Porque eu to tentando fazer uma história assim: ele não matou o cara? Mais na frente ele tem que morrer e termina a história assim: Taí ó, mais um adolescente...morto e tal..., né?”*.

Dentro da cena enunciativa, chamo a atenção para o fato de que, quando a adolescência foi nomeada, não esteve em relação direta com a história de vida dos

participantes, nem foi utilizada em momento algum na primeira pessoa “nós, os adolescentes”. Igualmente, a nomeação “adolescente” não se manifestou relacionada às possibilidades de amparo legal que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece. É intrigante pensar que há 24 anos o ECA está em vigor e que a linguagem usual ainda evoca o antigo código de menores, como explícito a seguir.

Claramente, a análise do discurso dos adolescentes participantes demonstra que os mesmos se identificam com o signo cultural “de menor”, utilizado dezenas de vezes durante a oficina. O signo “de menor” é caracterizado pela diferença entre a legislação que os ampara até os 17 anos (ECA) e à qual estarão submetidos após essa data, notadamente pela maneira como respondem pelos seus atos infracionais (Código Penal¹). Observe o trecho abaixo.

Excerto nº 2

I – Tu acha 16 muito ou pouco?

Sobrinho – Tá embaçando, né não, 16? Tá quase embaçado.

I – Como assim tá quase embaçado?

Sobrinho – Assim, tia, tá perto de ficar de maior, né? Aí não é mais isso aqui não, é outra coisa, é mais pesado.

Maduro – E parece que vai sair uma nova lei aí que com 16 já responde como de maior.

I – Aí o que é que faz a diferença, quando chegar aos 18 anos?

Quieto – A pessoa vai cair em presídio, é mais tempo.

I – Mas vocês vivem aqui, aí passam um mês e depois voltam...

Maduro – Mas é justamente por isso, porque a gente sabe que se cair de novo vem pra cá, pega medida. De maior não. De maior é sujo, lá é escuro.

Vejamus que a identificação como “de menor”, tem ligação direta com a relação com a legislação vigente. Sendo assim, é necessário considerar a existência do signo da adolescência legal – ou menoridade – pois o mesmo provoca efeitos de sentido, gera significações culturais para os participantes, que orientam atitudes e pensamentos a partir dessas. Da afirmação de Maduro, por exemplo, se deduz que há uma maior facilidade em cometer novos atos infracionais, pelo fato de que o tempo de medida socioeducativa é curto, comparado ao tempo de prisão. Podemos entender, portanto, que para eles a marca cultural de ter menos de 18 anos é não ir para a cadeia. O excerto abaixo também evoca essa ideia.

Excerto nº 3

I – Vou fazer uma pergunta pra vocês: quando vocês entraram pra essa vida do crime, vocês já sabiam que iam vir parar aqui?

Sobrinho – Os caras falavam: tu escapa, é de menor, é só 45 dias, um mês e 15 dias e vai embora.

I – E não é bem assim, né? Às vezes a pessoa vai pra internação. E quando foi que tu descobriu que tu podia passar até tempo, mesmo, preso?

Sobrinho – Eu pensava que era mesmo 45 dias. Mas fui liberado e peguei sanção.

¹ O texto completo do Código Penal brasileiro pode ser encontrado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

Na construção da história, o termo “menor” também aparece, inclusive como uma correção a “infrator”. Em um dado momento, Contador está seguindo com a narrativa, no trecho em que a polícia não acode Chucky: “*Ao não ajudar, a população chega...chega a população...*” e Mudado completa “*Pra acudir o infrator. Não! O menor, né?*”. Nesse enunciado, Mudado, mostrando sua preocupação em falar as palavras politicamente corretas, de maneira que eu ficasse satisfeita, corrige com “o menor”, pois não seria “infrator” a maneira correta de se referir ao adolescente que cometeu um ato infracional. Pede-me, ainda, confirmação de que a correção estava adequada: “*né?*”.

Adolescência não parece ter significado para eles, portanto, como uma fase específica da vida, marcada por alguma característica cultural diferente ou pela ação de um sistema de garantia de direitos, ou por se tratar de uma fase peculiar do desenvolvimento. Existe claramente a menoridade e a maioridade penal e seus efeitos quando do cometimento de atos infracionais, não alterando o curso de vida independente desse aspecto, como mencionou Sobrinho, no excerto abaixo.

Excerto nº 4

I – E que diferença isso vai fazer na tua vida, quando tu fizer 18 anos?

Sobrinho – Ei, tia, eu não sei não. Fazer 18, ser de maior já, né tia? Não sei qual é a diferença não.

Parece-me particularmente intrigante a maneira como ainda são expressos na linguagem os princípios norteadores do extinto Código de Menores. O Código de Menores de 1927 (BRASIL, 1927) foi a primeira política pública nacional voltada para crianças e adolescentes, então chamados “menores em situação irregular”. Para fins de contextualização, esclareço que marcadamente aquela tratava-se de uma legislação de caráter correccional-repressivo, em que o “menor abandonado”, por atentar contra a moral e os bons costumes, passava à tutela do estado. Quanto ao “menor delinquente”, deveria responder legalmente por suas “contravenções” a partir dos 14 anos de idade. A depender da decisão do juiz, o “menor” poderia ficar até sete anos interno em escola apropriada, juntamente com os “menores abandonados”. A partir dos 16 anos e a depender da gravidade do “crime”, o “menor” deveria ser encaminhado para presídio específico ou para o mesmo estabelecimento reservado para adultos, em setor separado.

Um dos aspetos mais marcantes do antigo Código de Menores, bem como do seu substituo – o Código de Menores de 1979 (BRASIL, 1979) – em comparação com a legislação atual – ECA – é a ausência de menção à subjetividade desses “menores”, que poderiam ser definidos como pessoas com menos de 18 anos que impediam a ordem nacional e deveriam, portanto, receber a correção imposta pelo Estado. Pouco foi garantido, nessa

legislação, os direitos para os adolescentes, bem como não foi reconhecida a sua condição de desenvolvimento ou lhes dado voz. Com base principalmente na “índole moral” do “menor” e de sua família, a autoridade judicial tinha amplo direito/dever de encaminhar o “menor” para a escola, centro correccional, presídio. Já à família poderia ser cobradas multas ou mesmo ser dada pena de prisão.

É perceptível, portanto, que a mudança, tanto na legislação quanto nas nomenclaturas utilizadas, ainda não foi assimilada no discurso cotidiano, refletido na fala dos adolescentes com quem pesquisei. Marinina Gruksa Benevides, em pesquisa realizada no ano de 1994 no Ceará, verificou algo que parece ainda atual, já que

A substituição da figura do menor infrator (Lei 6.697, de 10.10.1979) pela da criança e do adolescente que praticam atos infracionais (Lei 8069, de 13.07.1990), evidentemente, não mudou a realidade brasileira, porque a própria conversão da nova doutrina em projeto social, como uma tarefa de todos, continua a depender de profundas reformulações nas condições sócio-políticas do país. (BENEVIDES, 2008, p. 61)

Nos cinco encontros realizados, portanto, não notei que os participantes se percebiam como pessoas em uma situação peculiar de desenvolvimento, mas sim pessoas sujeitas a uma legislação específica, por motivo de ter menos de 18 anos.

Não obstante os efeitos de sentido provocados pela legislação em vigor e a nomenclatura nela utilizada, ocorre que, em concordância com a afiliação teórica deste estudo, me remeto com mais afinidade à categoria juventude, a qual tem sido forjada principalmente no seio das Ciências Sociais e que, portanto, trazem consigo a concepção de que a juventude é uma construção social, não podendo ser definida perfeitamente em termos de faixa etária ou de características subjetivas imutáveis. No entanto, as características sociológicas que perpassam a construção desse conceito o tornam problemático, já que “[...] a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais” (SPOSITO, 1997, p. 38).

Nessa perspectiva, uma das consequências da gênese cultural do conceito de juventude é a sua não universalização, evitando que se generalize o que quer que se fale a esse respeito. Coadunando com esse pensamento, Reguillo (2007, p. 49) problematiza, comentando que

[...] hoje sabemos que as diferentes sociedades em diferentes etapas históricas têm realizado as segmentações sociais por grupos de idade de muitas diferentes maneiras e que, inclusive, para algumas sociedades este tipo de recorte não existiu.²

² Tradução livre

Com esse entendimento de que o conceito de juventude vem sendo construído pelos processos sociais, Peralva (2007) e Damaceno (2001) alertam sobre as considerações de parte dos teóricos em Sociologia³, que percebem a juventude como um problema na inserção cultural, sendo a mesma um segmento social caracterizado pelas condutas desviantes de um padrão normativo, ou seja: o jovem é visto, por alguns teóricos, como um problema social. É interessante verificar também, que na recente construção das políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil, prevalecem como beneficiários os jovens em situação de desvantagem social (ABRAMO, 1997), o que reflete a construção social da ideia geral de juventude e as práticas desviantes a ela associadas.

Não nos limitamos à compreensão da juventude como particularmente problemática, mas buscamos considerar a existência de diferenças intergeracionais. Essas diferenças, com base, seja no desvio, na novidade, da multiplicidade ou nas várias maneiras de os mais novos se fazerem existir, é que geram nos mais velhos a percepção de que há diante de seus olhos uma outra geração. É essa tensão entre a identidade e a alteridade existente nas diferentes gerações (PERALVA, 2007) que cria a consciência geracional que nomeia a juventude.

As interações sociais e as diferenças intergeracionais, portanto, produzem a juventude e definem, também, quem é jovem, uma vez que a delimitação etária da mesma não encontra um consenso geral. Investimentos em pesquisas e políticas públicas (KOLLER et al., 2006, COLAÇO et al., 2011, ABRAMO, 1997) têm tematizado a juventude. Mais ainda, a estética, a subjetividade, a saúde e o vigor juvenil têm feito parte dos ideais de ser da sociedade contemporânea, tornando o jovem um modelo cultural a ser perseguido, independentemente da idade (PEREIRA, 2004).

Não obstante, toda a discussão sociológica, que nem sempre localiza com exatidão o tempo da juventude no ciclo de vida de uma pessoa, de acordo com o recém sancionado Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), a juventude é localizada na faixa etária entre 15 e 29 anos, apresentando a ressalva que se segue:

Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente. (BRASIL, 2013, p.1)

³ Particularmente a sociologia funcionalista.

Em termos de legislação, portanto, a juventude começa no meio da adolescência e vai até bem adiante dela, estando os socioeducandos pesquisados sujeitos a ambas as leis. Ainda que, no Brasil, tenha havido alguns avanços com relação à formulação de políticas para a juventude – com a criação do Plano Nacional e Secretaria Nacional da Juventude – as mesmas ainda podem ser consideradas incipientes, principalmente no que se refere aos jovens envolvidos com algum ato infracional. Destaco, ainda, a existência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – (BRASIL, 2012), que orienta a aplicação do ECA no que se refere ao adolescente autor de ato infracional, sendo que o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) ainda está em fase de redação e aprovação, de maneira que o Estatuto da Juventude ainda não ganhou aplicação prática efetiva e articulada. A consolidação de políticas públicas específicas para os jovens pode abrir a possibilidade de identificação com o signo-jovem o que, conseqüentemente, significaria um avanço em termos da amplitude de condições de possibilidades de se viver a juventude. O Estatuto da Juventude, pela grande faixa etária que abarca, traz, entre outros avanços, a superação dessa barreira da maioridade penal, ampliando direitos, independente desse marco.

Sendo assim, em termos de definição do objeto desta pesquisa, e da nomenclatura utilizada, me situo, ainda que no campo da Psicologia, vinculada aos conceitos sociológicos de juventude, em concordância com o nosso marco teórico, histórico-cultural. Porém, uma vez explicitada tal discussão, e considerando que, em termos de legislação a categoria adolescente – com sua faixa etária definida pelo ECA – é essencial para a construção da problemática aqui levantada e ainda, levando em conta a parcial sobreposição etária, utilizo ambos os termos para nomear os participantes e as demais discussões engendradas, quando necessário. Incluo, também, a expressão “socioeducandos”, que diz da situação particular que estão vivendo, porém destaco a minha posição em não utilizar o termo “menor”, ainda que o mesmo seja o mais utilizado pelos próprios participantes, não só por ser contrário ao que define o ECA, mas também por me posicionar em franco desacordo com a doutrina do extinto Código de Menores.

Por tão diversas que são as possibilidades de se sentir jovem e de produzir culturas juvenis, compreendemos tais categorias dentro de uma construção social, histórica e que comporta em si uma variedade de formas de subjetivação impossíveis de se enquadrar univocamente. Ainda assim, cabe sugerir uma reflexão diante do adultocentrismo presente na nossa sociedade, já que esta é a geração que costuma nomear o estranhamento intergeracional, chamando uma cultura estranha de juventude ou de adolescência, sendo que na pesquisa em questão, os participantes não se nomeiam assim.

Já a infância é mencionada, ainda que desenvolvida pouco durante a oficina. É vista pelos socioeducandos participantes como um momento prazeroso, marcado pelas brincadeiras – na história, Antônio Xavier solta arraia e joga bila, assim como os participantes afirmaram fazer na sua infância. Porém, este está longe de ser o período da vida a ganhar destaque na narrativa. Parece ser pouco instigante a vida de uma pessoa que “*Só pensava em soltar arraia e jogar bila*”. Além do mais, criança não tem liberdade, pois, na fala de Maduro “*tem coisa que criança não pode fazer: não pode sair pra todo canto, não pode sair sozinho*”.

O primeiro momento de viragem aparece quando o recém-adolescente começa a andar com as chamadas “más companhias”. Esse parece ser o marco que separa a infância da adolescência, marcadamente com a entrada na vida do crime, o que pode ser compreendido como a inserção social do jovem, em sua busca por autonomia. Essa entrada para a vida do crime tem o significado de inserção também na vida real, onde se faz escolhas, se vive perigos e desafios. Porém, os participantes não nomearam esse momento como a entrada na adolescência, mas sim como a saída da infância.

Com a finalidade de problematizar a provável naturalidade com a qual nomeamos o outro a partir do seu momento de vida, deixo essa questão ainda sem resposta: quem é jovem e porque o nomeamos assim? E mais, os socioeducandos com os quais trabalhamos se percebem como jovens ou, ainda, como adolescentes?

3.2. Cultura do crime

Inicialmente, quero situar a necessidade de utilizar o termo “cultura do crime”, que poderá parecer um conceito reducionista, esclarecendo um aspecto metodológico e empírico que justificam o seu uso. De conformidade com o já explanado a respeito da cultura, a mesma consiste em um conjunto de signos ideológicos compartilhados por determinadas pessoas. Sendo assim, uma vez que na delimitação do *corpus* de pesquisa foram selecionados sujeitos com efetivo envolvimento com o crime, encontrei uma flutuação de sentidos que dava origem a significados coletivos mais ou menos comuns, tendo como ponto central a forte ligação com a criminalidade nos seus cotidianos. Isso inclui os signos de autoidentificação e valores compartilhados pelos participantes. Então, sem querer reduzir o universo dos participantes – que também compartilham de outros coletivos sujeitos a características culturais próprias, como a família, a sociedade hegemônica, o centro educacional em que se encontram internos – ousamos falar de uma coletividade, um grupo cultural sem necessidade

de delimitações de território, que se identifica com o a prática de atos infracionais no dia-a-dia.

Nesse assunto, Faleiros (2004, p. 13) diz que

Não se pode desconsiderar que exista uma cultura do crime, principalmente do crime organizado que se desenvolve nas próprias prisões com um sistema perverso de chantagem e de favores (ver Paixão, 1987), o que, evidentemente, não pode ser visto como única perspectiva de análise.

Isso nos auxilia a entender a explicação de Mudado, ao opinar sobre a música dos Racionais MC's: "*A vida dele é parecida com a nossa*". Alguns aspectos, portanto, da caminhada desses jovens, funcionam como uma linha identificatória, quase como uma via sacra, algo pelo qual se tem que passar. Sendo assim, destacarei a seguir as características mais relevantes ou recorrentes nos discursos produzidos na oficina.

Um primeiro aspecto observado foi a opinião de alguns deles de que a "vida do crime" não é fácil de entender, como na fala de Maduro, ao ser interrogado sobre a dificuldade de sair dessa vida: "*Ah... Sei lá, até pra a gente que tá perto é difícil de explicar*" e, em seguida "*É difícil de entender e é difícil de explicar. Acho que pra explicar bem direitinho mesmo, vai ter que separar um mês todinho aí*". Os outros participantes demonstraram concordar com essa opinião. Suponho que a dificuldade encontrada decorra de algumas diferenças semióticas entre eles e eu, principalmente com relação aos espectros de valores, os quais serão abordados mais adiante.

Sigo, então, com uma interpretação dos enunciados produzidos pelos participantes, recortando a caracterização da chamada cultura do crime: com que signos os mesmos se identificam e a partir de que aspectos os mesmos se reconhecem como pertencentes a essa cultura. Tal interpretação foi feita a partir da análise da história e do discurso produzido durante a oficina, com base nos aspectos mais relevantes ou recorrentes observados.

Uma vez iniciando a inserção efetiva na vida do crime, o jovem se depara com uma visível sobreposição de valores culturais. O que genericamente é chamado de "mal" passa a produzir nele uma atração, tornando-se desejável, sem, no entanto deixar de ser reconhecido como negativo, em sua opinião. Uma situação vivenciada na oficina deixou marcado esse aspecto. No início do processo de elaboração da história, na passagem que Antônio Xavier entra para a vida do crime, procurei explorar esse caminho de transição, como

e por que dessa passagem, por que motivo o personagem teria tido vontade de se juntar com “más pessoas”?

Excerto nº 5

I – Olha como tá: “Há um tempo atrás, Totó era um garoto estudioso e alegre e tinha 9 anos, só pensava em soltar arraia e jogar bila”

Maduro – Até começar a se envolver. Até começar a andar com más companhias.

Sobrinho – Maus elementos. Más pessoas.

[...]

Maduro – Os caras falavam com ele não. Todo mundo falava bem deles.

I – Como é falar bem? Falavam o quê deles?

Maduro – Diziam que eles eram gente boa.

Sobrinho – Diziam que eles eram do crime.

De acordo com o diário de campo, no 4º encontro, quando as duas histórias foram unidas, Mudado questionou como é que falavam bem, se eles eram do crime. Daí, se travou um diálogo, pois na visão de alguns é possível a expressão “falavam bem, na vida do crime”, ainda que entendam a vida do crime como ligada a uma instância moral do “mal”. Esse duplo espectro do sistema de valores pelos quais os participantes demonstraram se orientar veio à tona várias vezes no decorrer da oficina, tornando-se um aspecto relevante para a compreensão dessa chamada “cultura do crime”, como ilustrado no excerto abaixo, sobre o que eles consideram ser agressão:

Excerto nº 6

I – E essa coisa de roubar, não pensa na outra pessoa não?

Contador – Na hora ninguém pensa não.

Mudado – Na hora que a pessoa precisa do dinheiro...

Contador – Na hora, eu não vou mentir, eu não pensava no outro não. Só pensava em mim, que ia dar certo.

Mudado – Pensava em pagar as dívidas

Contador – Às vezes, por exemplo, tava precisando dar um presente pra a cumadi, aí eu só pensava nisso, comprar pra dar a ela, sair com ela pra tal canto. Pensava nisso, pensava nela, no que ela tava precisando também.

I – E considera que fazer isso com uma pessoa é uma espécie de maldade também?

Mudado – Não, porque... Eu nunca agredi uma vítima não.

Contador – Eu nunca agredi não, mas é maldade, né? Tomar dinheiro da outra pessoa assim...

[...]

Contador – Por exemplo, por exemplo: eu sou filho de um traficante que toma conta daquele bairro. Aí vem outro de fora, me rouba. Aí vem os capangas dele e vão pegar aquele cara, né?

No excerto acima, o destaque é para a ideia de agressão e para a percepção difusa ao considerar ou não que o ato de roubar seja uma agressão, especificamente na frase de Mudado “*eu nunca agredi uma vítima não*”. Aqui, fica claro que mais de um sistema de valores se sobrepõem para que alguns atos, ainda que infracionais, sejam considerados permitidos dentro da cultura de pares. Mais um exemplo desse aspecto está relacionado com uma certa permissão para tirar ou não a vida de uma pessoa. No caso de Contador, ele lamenta

ter atirado em um amigo sem perceber, porém, afirma que o fez por estar drogado e tê-lo confundido com um ladrão. No caso do ladrão, aquele que tem ou teve a intenção de roubar outra pessoa, é permitido matar. Curiosamente, Contador foi privado de sua liberdade por ter cometido um roubo.

Os discursos dos jovens participantes frequentemente expressam a dicotomia bem/mal, evocando signos religiosos como “Deus, “diabo” ou “cão”, para explicar e justificar suas atitudes. Alguns sendo bem claros ao afirmar que os atos infracionais assim o são por serem “do mal”. Destaco, portanto, o aspecto moralista do discurso dos adolescentes, em sua relação com o texto do extinto código de menores.

De acordo com Faraco (2009), a enunciação de um signo é a enunciação de valores sociais, já que “a consciência individual é um fato socioideológico (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2012, p.35). Sendo assim, o conteúdo ideológico, ou seja, o conjunto de material semiótico existente na sociedade e expresso no texto do antigo Código de Menores se manifesta no discurso atual dos adolescentes, revelando seu o posicionamento social valorativo com relação às suas próprias ações. O fato de que o texto legislativo não está mais em vigor não faz com que seu conteúdo ideológico não exista, já que “Nada está morto de maneira absoluta: todo sentido terá o seu festivo retorno” (BAKHTIN, sd, p. 170 apud FARACO, 2009, p. 53).

Quanto aos efeitos de sentido gerados no discurso dos adolescentes com relação ao signo-mal ou errado, percebo que, do seu ponto de vista, tudo o que é proibido parece fazer parte de um mesmo bloco de pensamentos e ações encadeadas. A primeira contravenção é relacionada com o uso de alguma droga (ilícita ou não), compreendida como o início do envolvimento com o crime, como podemos observar no relato de Pequeno e no diálogo que se segue:

Excerto nº 7

Pequeno – Eu entrei nessa vida do crime assim, das antigas, eu era bem pequeninim, os elementos diz: “ei, mah, borá fumar cigarro, bó?”. E eu: “vou fumar cigarro não, mah, se a mãe pegar vai bater em mim.” E eles “não, mah, ela não vai saber não”. Ai ficava em casa e pegava uma carteira de cigarro pra fumar escondido. E nós começemo a fumar. Aí do cigarro, né, passou pra maconha. Depois de um tempo, da maconha, comecei a roubar. Pelos amigos! Roubemos uma vez, senti aquela adrenalina, queria dinheiro fácil...

I – Mas quando tu roubou a primeira vez, foi por que?

Pequeno – Porque eu quis mesmo.

I – Só pra ver qual era?

Pequeno – Só pra ver como era, mesmo. Oxe, tu era assim doido pra fazer um assalto “olha aí, mah, como é um assalto, heim?”. Ai eu fiz o assalto. Parei o carro, roubei, vi o dinheiro. (baixa a cabeça). Mas aí, tudo o que vem fácil, vai fácil. Quando eu se soltei daqui, quando eu saí daqui eu tava pensando em sair dessa vida. Passei uns três meses sem usar droga, aí eu andando nos cantos, a galera

fumando um baseado: “oi, tudo bom, bó fumar um”, aí eu fumei e terminei nessa vida de novo (feição triste e olhando pra baixo).

I - quando a pessoa usa droga, aí direto a pessoa já rouba também? Como é isso aí mesmo?

Pequeno – Não, dá vontade!!!

Sobrinho – É o cão que atenta, tia, a pessoa, tia.

Excerto nº 8

Contador – Por exemplo, deixa eu te explicar aqui, pra ver se eu consigo, agora: porque ele tava no mundo das drogas, da criminalidade, ele tava seguindo o diabo, né?

I – Você tá me explicando.

Contador – Só que não é pra ele estar indo naquele caminho, é pra ele estar indo no caminho de Deus, né não?

O personagem Chucky, também, “*caminhava com muitos pensamentos maldosos*”, que, segundo Mudado é o mesmo que pensar em cometer um ato infracional. Então, foi recorrente a conotação moral da prática de atos infracionais, da visão dos mesmos como “agentes de mal externo”, pois eles mesmos se consideram pessoas boas. Claramente alguns deles reforçavam essa dicotomia no discurso como estratégia de reconhecimento de seu processo de mudança, como exemplificarei a seguir.

3.2.1. Estratégias de reconhecimento

Ao falar sobre as vantagens da vida do crime, ou sobre o motivo pelo qual eles tiveram vontade de entrar para essa vida, a resposta costuma ser a mesma: a busca por dinheiro, mulher e fama. Antônio Xavier via seu irmão com “*dinheiro, moto e várias mulheres bonitas*” e por esse motivo quis entrar para a gangue. Também Maduro diz, segundo diálogo abaixo:

Excerto nº 9

I – Deixa eu perguntar uma coisa pra vocês: o que é que vale a pena nessa vida do crime?

Maduro – Nada.

I – Não, porque tem as vantagens. Se não tivesse vocês não estavam nela.

Maduro – Só o dinheiro mesmo. Dinheiro, mulher, consideração dos caras.. Porque tem cara aí que tá na vida do crime de verdade, que é considerado, só pega fita de dez mil pra cima, só anda de carro (...)

Se a maneira como esses jovens têm buscado essas metas tem sido a via da infração, isso não faz com que os valores perseguidos sejam tão diferentes de jovens ou adultos de maneira geral. Ter dinheiro, moto/carro, mulheres e fama são desejos de boa parte da população masculina, mas, com relação aos participantes dessa pesquisa os mesmos se perceberam limitados, de alguma forma. Boa parte deles já trabalhou, mas afirmou não ter suportado as grosserias dos patrões. Mudado declarou ter sido alvo de preconceito e desconfiança por parte dos colegas de trabalho, devido à sua maneira de vestir e à presença de

tatuagens no corpo. No entanto, a obtenção do dinheiro é considerada primordial para conseguir fama e mulheres:

Excerto nº 10

Mudado – Quando nós tamo com dinheiro é meio mundo de mulher perto do cara. Aí nós curte gasta dinheiro.

I – E a pessoa se não tem dinheiro não tem mulher não?

(alguns respondem sim e outros não)

Mudado – Mulher gosta disso aí.

I – Disso aí o quê?

Mudado – De tar curtindo, com dinheiro. Porque nós não vamo trabalhar, né? Que nós gosta é de roubar. Aí, né não? É isso mesmo...

I – Entendi.

Mudado – Nós acha mais fácil de pegar aquele dinheiro. Aí só anda e pega.

I – Mas e não tem as consequências disso?

Mudado – Tem...

Contador – Tem, mas nós vai trabalhar e o patrão do cara só quer as coisas do jeito dele, assim.. Só pensa no dinheiro.

Então, na avaliação dos jovens, não é vantajosa uma vida sem infrações, pois o trabalho formal é muito cansativo, sem que se converta em um retorno financeiro significativo, como nesta fala de Mudado “*A pessoa trabalha num mercantil, trabalha muito pra ganhar aquele dinheiro no fim do mês? Nós não. Numa semana faz meio mundo de dinheiro, só em um dia. É mais fácil, né?*”. Em uma cultura que valoriza os ganhos materiais como meio de pertencimento social, a maneira encontrada por esses jovens para se sentir reconhecidos é por meio de um rápido ganho financeiro, uma vez que a situação social em que se encontram não oferece grandes oportunidades de ascensão e melhoria. Assim,

[...] em sua história de vida, o adolescente vai percebendo sua pertença a um grupo excluído, econômica e politicamente, da sociedade dita majoritária. Dessa forma, muitos trazem a marca de vítimas de uma exclusão, anterior a qualquer possibilidade de ação de integração social. (AUN et. al., p. 7)

Essa busca, portanto, por reconhecimento, é vista por eles como uma meta importante. Trata-se da busca da identificação cultural, com base nos signos ideológicos de sucesso, que é a ostentação de dinheiro e posses materiais. No caso dos jovens em questão, um modo típico de vestir e agir é reconhecido como marcadores concretos daquilo que se deseja alcançar. Ou seja, o processo de construção da identidade desses adolescentes está permeado dos significados relacionados à indumentária como signo que comunica que aqueles que assim se apresentam, obtiveram êxito na cultura do crime. Na história, Antônio queria participar da gangue do seu irmão Tchu, pois eles eram fragantosos⁴.

⁴ Quem anda com roupas de determinadas marcas cobiçadas na cultura do crime, cordão de prata, anel, relógio, demonstrando ter bastante dinheiro, o que promove o respeito alheio.

Excerto nº 11

I – O que chamou a atenção de Totó⁵?

Maduro – Ele queria ser igual.

I – Mas o que era, exatamente, que ele queria ser? Ele queria ser do mesmo jeito. Que jeito?

Maduro – Queria ser fragantoso.

Sobrinho – É, fragantoso.

Maduro – Ele olhou: “vixe, eu quero ser assim também”.

I – E qual é a vantagem de ser fragantoso?

Maduro – Ô, é rochedo né não, o cara ser fragantoso?

I – Mas qual é a vantagem?

Maduro – O pessoal dizem assim: “ah, esse cara deve ser de boa, e tal”.

I – Então a vantagem é as pessoas olha e consideram alguém assim.

Sobrinho – É, principalmente quem é envolvido na vida do crime.

A indumentária, portanto, é um meio de obtenção de status e respeito social, o que os mesmos estão buscando. Há, portanto, a necessidade de obtenção de respeito dos demais, ideia que se confunde com “provocar o medo”. Antônio Xavier, por exemplo, queria ser igual ao seu irmão Tchu, mas para isso precisou de um apelido. Seu irmão, em comum acordo com a gangue, o apelidou de Chucky. A escolha do apelido pelos participantes teve como critério que o mesmo fosse um nome mafioso, que gerasse respeito/medo nos inimigos. No caso, é o nome do personagem principal do filme de terror “Brinquedo Assassino”.

O processo de escolha do apelido deixou claro como o mesmo funciona como uma ferramenta cultural de mediação simbólica, pois foi feita levando em consideração os efeitos de sentidos produzidos. Ou seja: por meio do nome pelo qual ficaria conhecido o recém chegado, seriam gerados respeito e temor nas pessoas. O excerto a seguir nos ajuda a entender:

Excerto nº 12

Contador – O nome é bruno.

I – Bruno?

Contador – É.

Mudado – Bruno não é mafioso não, né?

I – Não sei [risos]

Contador – Bota assim, capetinha.

Mudado – Não, Félix.

[silêncio]

Contador – Chucky?

Mudado – É.

Contador – Pronto, Chucky.

I – Chucky é o brinquedo assassino, é?

Contador – É.

Posteriormente, de acordo com o diário de campo, Maduro questionou esse nome, pois seria um apelido típico de pessoas que já tinham cometido alguns homicídios. Sendo

⁵ Era o nome de Antônio Xavier na primeira versão da história.

assim, foi criada uma cicatriz na testa da personagem. Uma cicatriz no rosto também é um signo cultural relacionado com coragem, pois comunica que o portador da cicatriz já viveu situações de risco à integridade física. A cicatriz e o apelido “Chucky” mediarão, portanto, a relação do Antônio Xavier com as outras pessoas, provocando temor.

Isso acontece porque as pessoas não se relacionam diretamente com as coisas, mas com os signos culturais, por meio da mediação semiótica. O uso do instrumento cultural (signo) modela a ação (WERTSCH et al, 2008) e produz efeitos de sentido que se refletem e refratam na comunicação. Portanto, o sentido desse apelido vai além da estética simples, sendo principalmente um valioso mediador entre o neófito Antônio Xavier e o grupo cultural no qual o mesmo estava se inserindo.

Esse momento, em que se dá a efetiva inserção do personagem na cultura do crime, por meio da inserção numa organização social pode ser visto como um momento de reinstalação do si mesmo (FROTA, 2006), em que o adolescente passa a ganhar uma condição de autonomia e independência, conquistando a sua própria humanidade, pelo sentimento de pertença. Na história de Chucky, é nesse momento que a vida dele ganha movimento e aventura, o curto período de envolvimento com o crime é o de maior extensão e detalhes.

Outro aspecto da busca por reconhecimento é a busca por movimento em suas vidas, diferentes daquelas pessoas a quem Maduro nomeou de “*parasitas*”, que, segundo o mesmo, “*não fazem nada, só ficam parados esperando o tempo passar*”. A infração seria, portanto, uma maneira de tomar uma atitude a partir do que se apresenta como realidade. A partir dessa maneira de pensar identificamos uma relação com o que Aun et al.(2006, p. 9) entendem como enxergar “a transgressão não como contramão da organização social, mas sim como um ir além pela rua de mão única”.

A busca por protagonismo, por ser reconhecido como alguém que tem atitude, a obtenção de respeito por parte dos pares, ser temido pelos inimigos e admirado pelos aspirantes à vida do crime são aspectos da chamada cultura do crime que podem ser compreendidas como estratégias de reconhecimento social, ligadas à identidade cultural do meio onde surge. Maduro, por exemplo, diz que entrou para a criminalidade após ter sido reconhecido como alguém, pró-ativo, “de atitude”:

Excerto nº 13

Maduro - Pra mim no começo foi assim. Porque eu comecei a ver os elementos assim, comecei a andar com os caras e eles: “tem atitude, acho que ele tem atitude”. Aí eu comecei... fui a primeira vez, gostei... Aí os caras: “tem um vetim

aqui que é ladrão. Quando chegar tem um espaço pra ele”, comecei a roubar, traficar...

A cultura do crime oferece, para o jovem um lugar reconhecido, onde o mesmo pode ser bem sucedido e alcançar, em parte, a posição social almejada. O desejo de ser admirado, respeitado e temido surgiu várias vezes no discurso dos adolescentes, como uma meta a ser alcançada. Devido à relação direta que esse aspecto tem com relação ao signo-futuro, o abordarei com mais detalhes no capítulo 5, continuando por enquanto com uma abordagem relacionada a características da linguagem por eles utilizada.

3.2.2. Conflitualidade e adequação discursiva

Ainda no tema da cultura, mais especificamente em sua relação com a linguagem, farei algumas considerações a respeito do discurso e suas especificidades na cultura estudada. Para tanto, faz-se necessário prestar alguns breves esclarecimentos a respeito do aporte teórico utilizado para a análise dos textos produzidos na oficina temática realizada.

A fala de uma pessoa é compreendida aqui como fazendo parte de uma cadeia enunciativa, o que implica que o significado de uma frase, quando vista como um enunciado, depende do contexto em que ela surge, em dois níveis: tanto nas condições particulares em que o enunciado surgiu quanto no nível ideológico ou cultural (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2012). O enunciado é um acontecimento único e irrepetível, pois tem relação direta com as condições de produção e pode ser compreendido como sendo o produto do processo de enunciação, uma vez que este último imprime no enunciado as marcas axiomáticas da ideologia em vigor (BRAIT; MELO, 2005). Vemos, portanto, que

[...] a enunciação de um signo é também a enunciação de índices sociais de valor, isto é, a enunciação de um signo tem efeitos de sentido que decorrem da possibilidade da sua ancoragem em diferentes quadros semânticos-axiológicos, em diferentes horizontes sociais de valores (FARACO, 2009, p. 54)

No esclarecimento presente, vemos, ainda, que o termo enunciado se confunde com uma possível acepção do termo discurso, em que o mesmo é visto como uma forma de ação interativa para além da frase, imbuído de valores, regido por normas e assumido por um sujeito – o sujeito do discurso. Para fins de desambiguação, discurso também é utilizado para sugerir o conjunto de significados e modos de enunciação de um determinado grupo ou cultura (MAINGUENEAU, 2001).

Ademais, entendemos a expressão pessoal dentro de um contexto que consiste não apenas no ponto de partida (arcabouço cultural), como em um ponto de chegada (intenções para com o interlocutor). Decorre, então que “O eu, considerado centro da pessoa, é o nome de uma relação consigo totalmente dependente do desenvolvimento da função para si do signo social e de seu efeito de constituir a auto-referência” (MELO, 2010, p. 44-45).

Sendo assim, as falas dos jovens a partir das quais buscamos tecer as considerações sobre nosso objeto de estudo são compreendidas dentro de um contexto de interação. Por esse motivo, procuramos preservar as expressões específicas de uns com os outros, procurando esclarecer o seu significado quando necessário.

Devido ao cometimento de atos infracionais e a conseqüente necessidade de não fazer declarações detalhadas sobre a sua vida, sob o risco de sofrer alguma consequência ou, por outra, devido à existência de confrarias rivais e a necessidade de não se expor, parece ter sido desenvolvida uma maneira de “falar sem dizer”. Ou seja: expressões generalizadas que servem ao propósito de continuar a interlocução, sem que detalhes sejam revelados.

A expressão “elemento” é uma delas. Serve para falar de alguém envolvido com a criminalidade, sem necessariamente deixar pistas sobre quem é. É uma expressão também utilizada pelo aparato policial e foi constantemente enunciada durante a oficina. Foi utilizada também a expressão “cara”, “pivete”, ou “vetim”, menos relacionadas com a polícia ou com a criminalidade, mas igualmente genérica, como podemos verificar nos excertos abaixo:

Excerto nº 14

*Pequeno – Se a pessoa roubar alguém da família de alguém que é do crime... O **cara** vai buscar o **cara**.*

I – Acontece, né, também?

*Pequeno – Aconteceu com a minha irmã. Ela roubou um cordão de ouro na praia de um irmão de um **elemento** que era traficante lá nas áreas. Ele bateu na porta dela. Ela teve que entregar, né? Senão ela ia morrer.*

Excerto nº 15

*Maduro – Pra mim no começo foi assim. Porque eu comecei a ver os **elementos** assim, comecei a andar com os caras e eles: “tem atitude, acho que ele tem atitude”. Aí eu comecei... fui a primeira vez, gostei... Aí os **caras**: “tem um **vetim** aqui que é ladrão. Quando chegar tem um espaço pra ele”, comecei a roubar, traficar...*

Então, como explica Mudado, falando sobre a música “A vida é desafio”:

Excerto nº 16

I - E o que vocês acharam dessa música?

*Mudado – Falando sobre a vida do **elemento** aí, né não?*

I – Falando sobre a vida. A vida dele, né?

Desinteressado – Tinha o sonho de ser jogador de futebol, mas aconteceu foi o crime.

*I – E tu acha que tava falando da vida dele...o **elemento** que tu fala é ele.. [Mudado interrompe]*

Mudado – A vida dele, mas a vida dele é parecida com a nossa também.

O elemento, portanto pode ser um em específico, como pode ser qualquer um deles, pois a “via crucis” é muito semelhante, o que justifica o uso genérico do termo. Por outro lado, na construção da história coletiva, houve um diálogo entre Mudado e Contador que esclareceu o uso do termo.

Excerto nº 17

*Mudado – Entrou num carro mais quatro **elementos** e foi se vingar.*

*Contador – Entrou no carro mais quatro **companheiros**.*

*I – **Elemento** ou **companheiro**?*

*Contador – **Elemento, elemento...***

*Mudado – **Elemento** é melhor. O bicho era bicho doido.*

“Bicho doido”, nesse caso, quer dizer, como explicaram, que ele era altamente envolvido com o crime, o que faz com que a expressão “elemento” seja mais adequada. Além dessa, que exemplifiquei por meio de excertos, também se destaca a expressão “uns e outros/umas e outras”, para designar atos sem especificá-los, como na fala de Contador: “Já me senti culpado também, me arrependendo de umas e outras coisas”.

Tais termos e expressões dão indicações do envolvimento dos socioeducandos com o contexto da criminalidade, que neste estudo, está sendo considerado como a produção e inserção em uma denominada “cultura do crime”. Como foi esclarecido acerca da concepção de cultura que adoto, a linguagem é elemento fundante, pois por meio dela são estabelecidos os modos de agir e interagir entre os que dela compartilham.

Além dessas expressões, também foi possível perceber a presença do “discurso de mudança” e de jargões e ditos populares, demonstrando, o cuidado dos adolescentes com o que “pode” ser dito num contexto institucional em que entendem que a imagem deles precisa corresponder ao esperado pela equipe que os avalia e decide sobre os seus destinos após o cumprimento da medida socioeducativa. Maduro, que ocupava o seu tempo do CEDB de maneira a ter um comportamento exemplar e, com isso, conseguir ser liberado o mais rápido possível, diversas vezes trouxe ditos populares ou letras de música, como “*Nada é impossível para Deus*”, “*O jogo começou, aperta o start, na vida você ganha, você perde, faz parte*” (música de Marcelo D2), “*o importante é o que a pessoa tem no coração*”. O uso dessas frases prontas talvez tenha sido uma estratégia para evitar falar algo que, em sua opinião, fosse indevido.

Essa adequação do discurso acontece porque a palavra, segundo Bakhtin/Volochínov (2012, p. 117), é orientada em função do interlocutor, que “constitui

justamente *o produto da interação entre locutor e ouvinte*⁶. Por esse motivo, considero todos os enunciados aqui dispostos como específicos dessa relação, o que não o torna menos legítimo já que todo e qualquer discurso é produzido na interação. Sendo assim, me autorizo por meio de Bakhtin (2012) a tomar linguagem – discurso – como meio de análise cultural, já que o mesmo é composto tanto pelo meio cultural amplo em que a pessoa está inserida, como pela situação social mais imediata, no caso, o cenário discursivo.

3.2.3. Preservação da identidade

Não podemos negar o fato de que os participantes da pesquisa estavam sendo, em algum nível, expostos. Ainda que eu tenha tido o cuidado de não realizar muitas perguntas sobre a vida pessoal de cada um, com o intuito de demonstrar que eu não tinha interesse de conhecer detalhes reveladores das suas vidas particulares, bem como todos os procedimentos éticos tenham sido levados a cabo, restou neles a sensação de que estavam correndo algum tipo de risco relacionado à exposição, devido àquela participação.

Pude observar, portanto, as diferentes reações quanto a este particular, o que foi expresso pelo discurso diferenciado de cada um. Desinteressado optou por falar pouco, principalmente de sua própria vida. Negou envolvimento com alguns atos infracionais, o que não condizia com a entrevista individual feita anteriormente. Em seguida, desistiu da participação na oficina. Sua preocupação ficou ainda mais clara devido às suas reações ante a câmera. Primeiramente, procurava falar olhando para o lado ou botando a mão na frente da boca, provavelmente para que não fosse identificado como o autor da fala na gravação. Em seguida, ficou incomodado com a filmagem e, na sequência, optou por sair.

Quieto também escolheu falar pouco, não respondendo algumas perguntas, porém participou da maior parte dos encontros, manejando o seu possível incômodo com a exposição. No caso dele, que tem grande envolvimento com brigas entre confrarias rivais, a tensão em não tornar públicos detalhes da sua vida foi muito perceptível. Segundo o próprio, *“liberdade é estar fora das grades, é ter liberdade pra tudo, pra conversar...”*.

Já Mudado, que, como já foi dito, estava na expectativa de cumprir um tempo grande de internação devido à tipificação do ato, procurou trabalhar a sua imagem diante da equipe do CEDB, com vistas à diminuição do seu tempo total de medida. Constantemente perguntava se eu estava gostando do trabalho e se eu iria conversar com os outros

⁶ Grifo do autor

profissionais do Centro sobre o que estava acontecendo ali. Procurou pautar as suas respostas dentro de uma dicotomia bem/mal, em que o certo seria condutas relacionadas com o bem, além de influenciar outros colegas para que respondessem de acordo. Uma passagem interessante aconteceu durante a atividade de colagem com imagem de revistas. Sobrinho se ocupou em olhar figuras relacionadas a signos comuns ao seu cotidiano real ou imaginário (drogas, pilhas de dinheiro, armas etc). Quando mudado percebeu, disse num tom de voz alto e com ar repressor: *“Isso é o crime!!! O que é isso, você quer o crime pra você???”*. Na mesma linha, esteve insatisfeito com a história construída, pois achava mais adequado que fosse feita uma história “do bem”, segundo suas palavras, tendo mencionado várias vezes e em todos os encontros.

Contador e Maduro pareceram mais despreocupados com essa questão da exposição, falando livremente quando eram perguntados ou não. Especialmente Contador conservava um discurso moralista mais forte, mas isso não o impediu de também revelar outros aspectos.

Com essa discussão a respeito da identidade cultural em seus aspectos relevantes para este estudo, esclarecemos o contexto de onde emergiram os discursos aqui estudados, tanto em seus aspectos mais amplos, como no mais particular, no nível da microinteração. Conhecendo o campo ideológico onde nasceram as interações estudadas nesta pesquisa é possível compreender com mais aproximação os significados e sentidos atribuídos ao futuro, bem como a outros signos de relevância para esta investigação.

4. A LIBERDADE DE ARRISCAR

Na busca por compreensão da psicodinâmica e da dinâmica social que estão subjacentes à prática de atos infracionais, especialmente na juventude, trago à tona a categoria “risco”, sobre a qual discorrerei adiante, bem como sobre os aspectos relacionados à liberdade/privação de liberdade. Compreendo, assim como Spink (2012) que os significados de risco e liberdade estão em interrelação na atualidade, de maneira que escolhi tratá-los em um mesmo capítulo, para que essa relação pudesse ficar mais clara no contexto desse trabalho.

Diante da conexão entre as categorias utilizadas e da dificuldade em separá-las em blocos, esclareço que tal separação visa uma proposta didática de organização das ideias, já que as cadeias de significados se interconectam. Sendo assim, é perceptível que, a partir de então, aspectos relacionados à prospecção e, portanto, às significações do tempo futuro já começam a ser pincelados, especialmente por meio da concepção de risco, da maneira como a mesma surge empiricamente.

4.1. A linguagem dos riscos

O termo “risco” surge inicialmente nas línguas indo-européias (Spink et al., 2008), numa relação com o tempo futuro, quando, no século XVI, já se concebia a possibilidade de controlar o que ainda estava por vir. Hoje, alguns autores defendem o advento de um novo modelo social, resultado de um trânsito da sociedade industrial – ou de classes – para a sociedade risco (Beck, 2010), em que tal transição teria relação com mudanças históricas na maneira de se relacionar com o futuro, que transitou entre um futuro baseado na solidariedade e um futuro baseado na gestão dos riscos (Spink, 2001).

O risco é um termo polissêmico, não só pela variedade de usos históricos, como pela intangibilidade do mesmo. Beck (2010), em sua tese sobre a sociedade de risco afirma a mudança da distribuição da riqueza, baseada na sociedade de classes, para a distribuição dos riscos, na sociedade de risco. A partir daí, desenvolve a ideia de que o risco – mais especificamente a percepção do risco em suas variadas formas – tem tanto uma base científica, do conhecimento de que algo pode ou não ser arriscado, como encerra um aspecto não científico, que pode ser, inclusive, baseado na crítica ou incredulidade com relação à ciência. Sendo assim, “o efeito social das definições de risco não depende portanto de sua solidez científica” (Beck, 2010, p. 38), mas tem como substância **um não-evento que**

mobiliza ou impulsiona a ação. Enquanto na sociedade de classes, a riqueza se apresenta como algo tangível e mensurável, já o risco sempre implica algo irreal, pois, ainda que seja baseado em ameaças visíveis, o argumento principal está projetado no futuro.

Não tenho como foco realizar uma extensa revisão do conceito de risco, mas optei por falar da linguagem dos riscos da maneira como a mesma me surgiu no *corpora* de pesquisa, no discurso dos jovens. Falar de uma linguagem dos riscos como a mesma surge no cotidiano tem relação com a operação do conceito nas interações, ou, de outra maneira, com os efeitos de sentido que o discurso relacionado ao risco provoca. Para realizar a análise me apoio, portanto, nas três tradições discursivas sintetizadas por Spink et al. (2008), com base na perspectiva discursiva de Mikhail Bakhtin.

A autora desenvolve as ideias de risco-perigo, risco-probabilidade e risco-aventura. A primeira tradição nasce do processo de disciplinarização da sociedade e está relacionada com a ideia cotidiana de “correr riscos”. Pontes (2011) se refere aos estudos em Psicologia que utilizam o termo “comportamento de risco”, em que aquilo compreendido como arriscado é o perigoso, o que vai numa direção contrária do que é considerado saudável. A segunda tradição está relacionada com a ideia o controle social, do qual decorre a metáfora de “estar em risco”. Aqui, concentra-se também a ideia de risco em relação com aposta ou chance. A terceira tradição discursiva está relacionada com o risco ligado a uma positividade, sendo um tipo de risco desejado pela satisfação pessoal que o mesmo possa proporcionar (SPINK et al., 2008). Essas três tradições discursivas, portanto, serviram de pano de fundo para a análise da linguagem dos riscos dos jovens participantes da oficina.

4.2. Assumindo um risco conhecido: a tradição do risco-perigo

Estamos em um debate a respeito de práticas consideradas violentas e, mais que isso, inscritas num sistema comumente denominado de violência urbana. Segundo Silva (2004), a violência urbana é mais que episódios violentos em separado, mas uma ordem social que descentraliza o uso da violência pelo Estado, tornando comum o uso da força no cotidiano de alguns, que dessa maneira, ameaçam integridades físicas e patrimoniais. As práticas inscritas no contexto da violência urbana são chamadas de “crimes comuns violentos” por esse autor e considero que os participantes da oficina temática tenham sido atores desse sistema.

Sendo assim, as vivências desses adolescentes constituem aquilo que Silveira, Silvares e Marton (2003) definiram como situações de risco, no sentido da possibilidade de

ocorrência de um evento desagradável, incluindo a morte. Esse sentido do risco se aproxima da tradição do risco-perigo desenvolvido por Spink et al. (2008) a qual se faz muito presente nos discursos sobre risco no cotidiano. A noção, portanto, de risco-perigo, ligado às noções de sorte/azar, perigo, fatalidade, ameaça, perda, esteve fortemente presente no discurso dos jovens participantes, a partir do qual analiso como essa perspectiva ligada ao risco aparece.

Inicialmente chamo a atenção para a ideia de assunção dos riscos inerentes ao envolvimento com a criminalidade, pois parte deles já eram conhecidos pelos jovens, antes mesmo de praticar o primeiro ato infracional, como na fala de Desinteressado “*Mas o cara sabe, né? Vai porque quer, mas o cara sabe que não vale a pena, vai por que quer.*”. Em suas falas, portanto, é clara a ideia de que essa é uma escolha arriscada. Segundo Mudado, eles vivem desafios mais violentos que as outras pessoas:

Excerto nº 18

I – E qual a mensagem que tem na música, digo a história, não pra contar ela toda, mas mais ou menos.

Mudado – que a vida é um desafio. Essa vida do crime.

I – E a vida é um desafio só pra quem está no crime?

Quieto – É não!

Mudado – Só que os nossos são mais violentos, né não?

Com relação a este particular, chamo atenção para a relação que Beck (2010) traça a respeito da sociedade de classes e sociedade de risco, já que, ainda formem sistemas e complexos diferentes entre si, eles se interrelacionam. Sendo assim, há características da divisão de riscos por classes, onde “as riquezas acumulam-se em cima, os riscos embaixo” (Beck, 2010, p. 41), num movimento em que a sociedade de risco reforça a divisão de classes.

Uma vez que trabalhei com jovens de bairros periféricos, pobres ou muito pobres, devo considerar os efeitos da classe social na vivência de risco, em especial o chamado risco-perigo. Nesse caso, a situação geográfica, em conjunto o acesso à educação – e, conseqüentemente, à informação – fornece a esses jovens e suas famílias uma parcela grande dos perigos da sociedade. Ainda que o mesmo autor defenda que o risco opera com uma característica universal, atingindo a todos, sem distinção de classes, a maneira e intensidade como o mesmo atinge a cada parcela da sociedade é diferente. “Existe uma sistemática ‘força de atração’ entre pobreza extrema e riscos extremos” (BECK, 2010, p. 49). Adiciona-se, por exemplo, a capacidade financeira de os mais ricos comprarem o aparato de segurança necessário para se manterem distante de determinados eventos arriscados.

Dos desafios ou perigos assumidos pelos socioeducandos, posso destacar o risco que existe em roubar, atividade temida pelas possibilidades que existem de não se obter êxito

no propósito. A integridade física está em risco, bem como há o risco de ser pego pela polícia, possibilidade ligada ao futuro que desperta o medo, especialmente no início das práticas infracionais. A tendência é de que, com o passar das vezes, ao que o roubo se torne um hábito, o medo diminua, assim como contou Maduro, que costumeiramente assaltava nos transportes coletivos urbanos:

Excerto nº 19

Maduro – Dá medo, né? Saber é muita gente dentro do ônibus, ninguém sabe como é que vão reagir. Na hora que desce também, é viatura passando na outra rua, é carro passando, é muita gente. Dá medo, mas aquele medo assim, o primeiro, o primeiro que a pessoa tem antes de roubar, eu não tenho não.

Excerto nº 20

Maduro – Tinha medo de ir lá pra frente, era cabreiro de entrar, num tráfico assim e levar um tiro... Tinha medo de começar a usar droga e me afissurar, viciar. Ficava vendo lá em casa os viciados por ela... Tinha medo de um bocado de coisa. Até o meu pai morrer, porque ele tava sempre ali pra dizer, não vai, não vai. Depois que ele morreu, não tive muito não.

Na universalização do que é perigoso, a sensibilidade – geradora de grande temor – diminui e uma vivência marcada por riscos e perigos se converte em cotidiano. Os comportamentos arriscados, pela sua frequência e necessidade de continuar vivendo bem, se tornam comuns ou, de acordo com Beck (2010, p.43), “Quando tudo se converte em ameaça, de certa forma nada é perigoso” e talvez seja melhor não pensar na questão. Já roubar alguém que “é do crime” é destacado por Contador como algo que deva ser evitado fortemente, pois preço que se paga por essa ação pode ser muito alto.

Esse significado de risco-perigo pode ser percebido nas falas de Contador, quando denotam uma tensão cotidiana. O mesmo afirma: “*Pra nós, se ver polícia, nós já fica meio...*”. e ainda “*Dormir, nós não dorme feito muitos dormem, em paz*”. Esses enunciados, no contexto discursivo significam que a vida é de perigos iminentes, de maneira que, tanto durante o dia, como durante a noite, há a preocupação com os perigos que o cercam.

Na história, esse sentido de risco perigo também aparece no alerta de Tchu para o seu irmão: “*Tchu aceitou e botou o seu irmão pra trabalhar pra ele e avisou pra se ligar na polícia e nos inimigos para não ser preso*”, enfatizando assim os perigos que o aguardavam a partir da sua entrada na gangue. Ao longo da narrativa, pode ser observado o fato de que nenhum episódio exitoso ter sido contado, tendo eles dado preferência à narração de cenas de risco/perigo desde o início. De acordo com diário de campo, em dado momento veio à tona a discussão se esse teria sido o primeiro ato infracional de Chucky ou não, porém chegaram à conclusão que não faria sentido sê-lo, já que o mesmo já andava armado e teve a coragem de atirar no inimigo estando a sós com ele.

O uso de drogas também é visto como um perigo em potencial, já que, segundo Maduro, a pessoa “*paga com a vida*” por essa atitude. Porém, a maconha foi descrita como uma droga de menor risco, devido ao baixo valor e menor potencial viciante. Um trecho da música “A vida é desafio” foi citado para exemplificar a questão do vício das drogas, na sua ligação direta com a distribuição de renda: “Eu vejo o rico que teme perder a fortuna/Enquanto o pobre viciado se afunda”, mas, por outro lado, o uso de drogas pode ser considerado como um sinalizador de *status* financeiro, já que, segundo Desinteressado “*como é que vai comprar, sem dinheiro?*”. Na história, quando Antônio Xavier olhava via e admirava seu irmão Tchu “*andando com os elementos armados e usando drogas*”, o que é outro indicativo do significado social de usar drogas, como amostra de sucesso.

Outro aspecto relacionado ao risco-perigo observado com frequência no discurso dos participantes foi aquele relacionado à sorte/azar. Desde o início do envolvimento com o crime, nas primeiras infrações esse tipo de jogo de resultado inesperado foi citado:

Excerto nº 21

Mudado – Tu já viu, eu via os amigos chegar com dinheiro perto de mim, eu pevaga e via e queria também

Contador – É, eu pensava desse jeito também. Aí, dinheiro fácil, eu vou conseguir também.

Mudado – Aí dava certo.

Contador – Aí dava certo, e depois dava certo, aí depois dava certo.

Excerto nº 22

Maduro – É, que eu levei um tiro, né? É como se eu tivesse uma folga. E era todo dia, eu roubava todo dia. Eram dois, três cambão¹. Era um de manhã, um de tarde, às vezes um à noite. De madrugada assim, umas 5h começa o movimento... Roubando direto, direto. Quanto mais eu tenho, mais eu quero ter. Aí, espera de um tudo, né? Já levei um atentado lá, consegui graças a Deus, to vivo, mas...

Com o auxílio dos exemplos trazidos pelos excertos acima, interpreto que ideias relacionadas à sorte ou à fatalidade estão presentes para explicar a positividade ou negatividade dos acontecimentos, trazendo à tona o sentido do risco-perigo já mencionado, pela constatação de que a vida no crime é arriscada e perigosa, pois não se sabe o que pode acontecer, não é possível antever se será obtido o êxito desejado em uma determinada tarefa.

Juntamente com o discurso fatalista ligado ao binômio azar/sorte, foram comuns as falas que diziam que nada valia a pena ou fazia sentido na vida do crime. Em tais falas podem ser ouvidas as vozes das instituições correcionais, bem como as do juiz e da família, incorporadas na maneira de o adolescente perceber os motivos ou as vantagens de terem

¹ Ônibus

escolhido esta vida, já o que os mesmos afirmaram ter sido essa uma escolha consciente, porém o discurso relacionado à consciência clara dessa escolha apareceu pouco definido:

Excerto nº 23

Maduro – Tá meio assim... Porque às vezes a gente conhece o cara, sabe nem que o cara é envolvido, mas só vê ele andando de carro direto, de moto. Aí acha aquilo rochedo: “Ei, mah, rochedo, quero andar de carro e de moto também”. Quando vê que o cara é envolvido aí diz: “olha aí, eu quero ser também”. Geralmente é assim, o cara não quer saber o que é o cara faz. O cara quer ter também. Mas não faz sentido não, essa vida do crime.

Do discurso ligado ao risco-perigo, chamo a atenção ainda para as falas dos adolescentes relativas ao seu envolvimento nas disputas entre confrarias rivais. A briga de gangue é vista como algo acontece sem a pessoa se dar conta, mas que tem para eles o significado de grande perigo, como na fala de Quietos: “*eu percebi que tava envolvido mesmo quando eu comecei a dar tiro nos outros*”. Essa situação é vista como uma fatalidade, que acontece sem que haja uma escolha objetiva e enreda a pessoa de maneira que os perigos aumentam consideravelmente, como afirmou Contador “*O jeito é eu matar ele, to numa intriga que não tem fim*” e Quietos “*Quem dá tiro, leva*”.

As falas acima mostram a identificação dos socioeducandos com esse signo, que modela sua relação com o presente e, principalmente com o futuro. Uma vida de tantos perigos é uma vida que deve ser vivida intensamente, pois pode ser efêmera. Por outra, a identificação dos riscos faz com que se tenha que fazer, frequentemente, uma avaliação para que escolhas sejam feitas, com base no cálculo de riscos. É o que Spink et al. (2008) chama de risco-probabilidade.

4.3. O manejo dos riscos

A segunda tradição discursiva definida por Spink et al (2008) é a do risco-probabilidade, a qual teria nascido juntamente com a necessidade de governar populações. Porém, antes disso, a ciência estatística já iniciava a busca por uma razoável precisão diante da incerteza (PONTES, 2011; SPINK, MEDRADO, MELLO, 2002), no contexto dos jogos de azar. Com o passar dos séculos, o uso do termo risco foi incorporado às atividades marítimas e à economia.

No caminho de transformação moderna da ideia de risco, Spink (2011) afirma que, em um primeiro momento, o poder disciplinar se concentrou na gestão pública dos riscos, a partir dos novos saberes e conhecimentos a respeito da moral, saúde, higiene etc. Em um segundo momento, com a transformação da sociedade hierárquica para a sociedade com

base no individualismo, veio à tona a necessidade de se disciplinar o excesso de riscos na esfera individual (SPINK; MEDRADO; MELLO, 2002). Deu-se origem, portanto, à metáfora “estar em risco”, em que o estilo de vida seria a principal forma de autocontrole (SPINK, 2011). A base da prevenção, portanto, é “evitar os riscos”.

O uso cotidiano da linguagem dos riscos nessa acepção que estamos discutindo, tem relação tanto com a percepção do risco, como com a possibilidade de fazer escolhas diante do mesmo. A maneira como os adolescentes participantes se referiram aos riscos pelos quais passam algumas vezes teve como base a possibilidade de escolhas, a percepção de suas chances ou probabilidade de obter êxito ou ideias de prevenção ou de obter uma maior segurança. Esses signos (risco, aposta, chance, seguro probabilidade, prevenir e arriscar) foram definidos por Spink et al (2008) como o repertório linguístico a partir do qual o risco-probabilidade é enunciado.

Uma estratégia adotada por Maduro no sentido de aumentar a probabilidade de obter êxito em um roubo, é, segundo ele, o “pensamento positivo”: *“Eu já vou pensando: ‘vai dar certo, vai dar certo, vai dar certo’. Tem cara que já vai negativo: ‘vai dar certo não, vai dar certo não’. Seu eu achar que não vai dar certo, eu não vou. Penso positivo”*. A possibilidade, portanto, de manejar os riscos, adotando uma atitude que visa a diminuição do mesmo, só é possível graças à percepção dos riscos que envolve a ação. Mudado fala que procura não usar drogas antes de roubar: *“Não sou de roubar drogado não, porque, né, a pessoa tem que saber o que a pessoa tá fazendo. Nunca usei droga e fui roubar não”*.

Estamos, portanto, diante de um tipo de ciência probabilística do cotidiano, na qual fatores agravantes do perigo são evitados. Porém, nem sempre se consegue o resultado esperado, como nem sempre o autocontrole – ou domínio de si – é suficiente para se fazer o manejo desses riscos, como pode ser observado no excerto abaixo:

Excerto nº 24

Contador – Igual eu. Se eu não quisesse tar aqui, eu não tinha roubado pra ir pra semiliberdade, pra fugir e vir pra aqui de novo, né?

I – Outro dia eu ouvi uma adolescente falando pro outro: tu faz é gostar, né, de estar aqui, porque tu saiu e voltou na mesma hora! Eu eu me pergunto: como é que gosta de tar preso?

Contador – Mas o pior é que a pessoa sai daqui, né? Aí tá na liberdade: ‘Ainda bem que eu to na liberdade’. Aí acaba se misturando com outras pessoas, aí: ‘Vou roubar e vai dar certo, eu não vou voltar pra lá não’. Aí acaba: pam! é pegue. Aí vem, aí os outros que tá aqui é: ‘ihh, voltou de novo, faz é gostar, né, e tal’. Aí isso mesmo.

A ideia de risco-probabilidade, baseada no controle das próprias ações, portanto, se faz presente no discurso, mesmo quando não se obtém êxito no tal manejo. Outro exemplo deste tipo é com relação à “falsa união”, de que fala a música “A Vida é Desafio”. Os jovens consideram ser muito arriscado confiar nos parceiros ou comparsas, pois segundo Maduro “o

cara diz que é amigo, mas quando está pelas costas fala do cara ou então o cara sai com ele e rola algum tiroteio, às vezes é com ele, o cara não tem nada a ver, o cara leva um tiro e ele sai e deixa o cara lá sozinho”, sendo que união verdadeira existiria apenas com Deus, segundo o próprio ou em casa, segundo Sobrinho, “*com o pai e a mãe*”. É considerado arriscado, portanto, unir-se com outras pessoas, pois a traição era quase certa. A desconfiança, portanto, dos comparsas é citada como uma estratégia de manejo dos riscos.

Relativamente às outras duas tradições discursivas sobre o risco, esta ligada ao risco como probabilidade teve menos destaque nas narrativas dos adolescentes participantes. Esse fato poderia ser decorrente da baixa percepção da exposição aos riscos, porém, dada ao vasto uso da tradição do risco-perigo – vide item anterior – tal hipótese não é razoável. Explico essa diferença com base no pouco repertório linguístico – cultural – disponível para realizar esse manejo, devido à percepção fatalista de que estão numa situação irreparável, como afirma Quieto: “*não sei o que fazer de diferente*”.

Considerado o contexto enunciativo, explicitando a situação de privação de liberdade, chamo a atenção para o repertório cultural da instituição. Em termos de legislação os socioeducandos estão vivendo a MSE mais severa possível, o que tem como efeitos de sentido um discurso pessimista, uma vez que aconteceu o que de mais grave poderia acontecer, perante a justiça. Depois da privação de liberdade, a consequência mais severa seria a morte, o que já vimos que é um perigo iminente. Não se trata mais, portanto, de evitar os riscos, ou tanto de manejar os riscos, pois a situação de risco-perigo já é um fato. O risco, portanto, ganha outra dimensão, para além da prevenção: o enfrentamento do risco.

4.4. Risco como motor para a ação

O uso das significações do risco pelos participantes da pesquisa diversas vezes apresentou-se de maneira a aproximar-se da terceira tradição discursiva elencada por Spink et al (2008), o **risco-aventura**. Trata-se de uma dimensão positiva do enfrentamento do risco, ligada à “disposição de correr riscos” (SPINK, 2011, p. 1283). A autora considera, como uma característica dos usos do risco da modernidade tardia, a crescente busca pelos esportes de aventura, mais especificamente, pelos jogos de vertigem. Em tais situações, ao contrário da prevenção – buscada na tradição do risco probabilidade – nelas se busca a satisfação pessoal para fundamentar a comparação entre riscos e benefícios. O risco se torna, então, perseguido e desejado (SPINK, 2012).

O risco-aventura tem o perigo como o motor da ação, levando a pessoa a submeter-se a “desafios consideráveis às habilidades que poderiam gerar consequências pessoais graves (especialmente a morte) no caso de erro” (SPINK, 2012, p. 51). No caso dos participantes desse estudo, já foi explicitada a maneira como os mesmos veem os perigos pelos quais passam, porém, nesse tópico explorarei um pouco as atitudes diante desses riscos, na relação com essa terceira tradição discursiva.

No capítulo três, no tópico específico a respeito da cultura do crime, foi dito que um dos valores desta seria a busca por reconhecimento social e do crime como forma de ação no mundo. Por outro lado, também esclareci a maneira como a dicotomia bem/mal se apresentou no discurso dos adolescentes separando, dessa forma, o que eles compreendem como comportamentos desejáveis dos indesejáveis. De acordo com a análise feita, o sentido do risco-aventura aparece no discurso em relação direta com aquelas ações consideradas erradas ou más, pela família ou pela sociedade de maneira geral. A busca por essas infrações à norma ganham o efeito de sentido de pertencimento social e autonomia, direcionando a ação desde cedo. Como exemplo, cito o diálogo a seguir, com Pequeno:

Excerto nº 25

Pequeno – Eu entrei nessa vida do crime assim, das antigas, eu era bem pequeninim, os elementos diz: “ei, mah, borá fumar cigarro, bó?”. E eu: “vou fumar cigarro não, mah, se a mãe pegar vai bater em mim.” E eles “não, mah, ela não vai saber não”. Ai ficava em casa e pegava uma carteira de cigarro pra fumar escondido. E nós comecemos a fumar. Aí do cigarro, né, passou pra maconha. Depois de um tempo, da maconha, comeci a roubar. Pelos amigos! Roubemos uma vez, senti aquela adrenalina, queria dinheiro fácil...

I – Mas quando tu roubou a primeira vez, foi por quê?

Pequeno – Porque eu quis mesmo.

I – Só pra ver qual era?

Pequeno – Só pra ver como era, mesmo. Oxe, eu era assim doido pra fazer um assalto “olha aí, mah, como é um assalto, heim?”. Aí eu fiz o assalto. Parei o carro, roubei, vi o dinheiro. Mas aí, tudo o que vem fácil, vai fácil. Quando eu se soltei daqui, quando eu saí daqui eu tava pensando em sair dessa vida. Passei uns três meses sem usar droga, aí eu andando nos cantos, a galera fumando um baseado: “oi, tudo bom, bó fumar um”, aí eu fumei e terminei nessa vida de novo.

Desse rico diálogo, quero destacar duas particularidades. A primeira é o modo como as ações de fumar cigarro, fumar maconha e roubar fazem parte de uma mesma cadeia de significados ligados ao risco-aventura. A primeira infração – fumar cigarro, contrária à norma familiar – já tem o tom da aventura, já provoca vertigem. Paulatinamente, o desafio cresce até a prática do assalto, em que o nível de desafio é consideravelmente maior. Por outro lado, depois de passar algum tempo privado de liberdade e decidir “sair dessa vida”, Pequeno se sentiu tentado a fumar maconha com “a galera” e “terminou nessa vida de novo”.

Há, portanto, uma ligação semiótica entre fumar cigarro, fumar maconha, roubar, estar na vida do crime e estar privado de liberdade. Essa ligação é o sentido do risco-aventura,

que impulsiona a pessoa, que não quer estar parada, ainda que com isso esteja ponto a sua própria integridade e liberdade em risco. Maduro tenta explicar: “*Não faz sentido não, nada no crime faz sentido. A pessoa vai, porque... Eu não sei dizer não. A pessoa quer experimentar uma coisa nova, uma coisa assim... A pessoa tá com a vida parada aí quer mudar alguma coisa: ‘vou usar só essa vez pra ver o que acontece’*”.

O termo “adrenalina” foi diversas vezes utilizado para identificar esses momentos de exacerbação dos sentidos e emoções, em desafios necessários para alcançar determinados ganhos (SPINK et al, 2008), sendo a própria adrenalina um ganho também. O excerto abaixo ilustra esses sentidos de “adrenalina”:

Excerto nº 26

I – Assim, eu estou seguindo o pensamento de vocês, certo? Aí a pessoa vai atrás de dinheiro... Porque vai atrás de dinheiro? Porque tá precisando, tá passando necessidade?

Contador – Tem muitos que tá precisando e tem outros que não tá. Só pra... Fazer...

Mudado – Na adrenalina.

Contador – Só na adrenalina mesmo, é.

Mudado – A turma gosta de adrenalina. Eu gostava...

I – Adrenalina é bom, né? Tem as coisas boas de adrenalina, agora tem vários jeitos de você chegar nessa adrenalina, né?

Contador – Adrenalina, adrenalina aí é quando tá roubando, fugindo da polícia.

Quando tira a vida do ouro, aí fogueia.

I – É o dinheiro ou é a adrenalina?

Contador – Adrenalina, dinheiro, drogas.

Assim como o dinheiro ou as drogas, a adrenalina gerada pelo ato de roubar ou tirar a vida de alguém também é buscada. Nesse sentido, o próprio risco torna-se motor para a ação, uma vez que a sensação obtida é parte dos resultados almejados. Além desse sentido, é importante destacar o quanto, nessa busca por adrenalina é por eles investido. Pagam um preço alto, arriscando a sua integridade física, sua liberdade ou até sua vida e podem avaliar que é um risco que vale a pena, se aproximando do que Spink (2001, p. 1285) entende como “a busca pelo significado da vida no enfrentamento da morte”, dos jogos de vertigem. De acordo com diário de campo, Maduro, nos últimos dias em liberdade, estava preferindo fazer roubos mais arriscados, porém mais lucrativos, aumentando ainda mais o desafio. Segundo o mesmo: “*Eu vou morrer de todo jeito, se for pra ser é, se não for, valeu a pena*”.

De acordo com o discurso dos adolescentes, o risco chega em níveis extremos quando eles se envolve nas disputas entre confrarias rivais, também chamadas de “tretas” ou “brigas de gangue”. Nessa situação o risco de morte torna-se iminente, e o grande desafio passa a ser continuar vivo e já que, segundo Maduro “*Quem mata também morre*”, Quieto explica que “*Antes de morrer, a gente vai matando*”. Já contador também explica, com

relação ao seu inimigo: “*Se eu não morrer eu vou ter que matar, porque se eu não morrer ele vai querer me matar*”.

O sentido do risco-aventura pode ser encontrado na participação em gangues, devido a algumas falas que demonstram um tipo de satisfação com esses momentos. Quietos era o que estava na situação mais complicada de todos, com dificuldade para driblar os inimigos e se manter vivo, porém afirmou “*Eu gosto mais de roubar, usar droga e atirar nos elementos*”. Além disso, na história de Tchu e Chucky é falado que eles “*comemoram a morte do inimigo*”, demonstrando que há uma satisfação nessa “guerra” declarada. Satisfação em prolongar a vida mais um pouco.

Ainda com relação à história pode ser observado que boa parte da narrativa trata dessa aventura entre a vida e a morte: inimizade, vingança, perseguição e tiroteios ocupam muito espaço, demonstrando os signos predominantes no repertório semiótico desses jovens, em clara relação com a metáfora do risco-aventura: o risco desejado. Foi também a seção da história que os mesmos escreveram com mais empolgação, tendo que ter havido um esforço para que a história chegasse ao fim, tanto quanto uma aventura levava a outra.

Chamo a atenção, ainda, para outros signos desse risco-aventura na história, especificamente na quantificação das ações, em que era exacerbada de maneira a produzir o sentido de emoção, tal qual um filme de aventura/ação: “*Chucky estava armado e efetuou vários disparos*”, “*No momento em que trocava tiros com a polícia, ele foi atingido por vários disparos*”, “*ele entrou no carro com mais **quatro** elementos e foi se vingar **fortemente** armado*”, “*Tchu e seus companheiros saem do carro e efetuam **vários** disparos contra o policial*”, “*Tchu avista uma viatura e **várias** viaturas saem em perseguição*”. A euforia de risos e a diversão que a escrita das passagens emocionantes da história provocou foi drasticamente contrastante com a dificuldade em escrever a respeito da infância de Chucky e da vida pós-arrependimento de Tchu. O risco-aventura aparece como sendo o claro sentido para continuar vivendo.

Por fim, é importante salientar que o risco, principalmente nos seus efeitos de sentido de aventura está diretamente ligado ao sentimento de liberdade, também evocado algumas vezes durante a oficina. Há, ainda, a possibilidade de discutir se, de fato há liberdade, domínio ou livre-escolha diante das situações de risco com que se encontram os socioeducandos. Sendo assim, escolhemos tratar também do tema da liberdade e seus significados para os participantes da oficina, incluindo uma análise sobre a liberdade de arriscar e a produção de sentidos sobre a privação de liberdade.

4.5. Liberdade e privação

O tema da liberdade é amplo e poderia ser abordado de diferentes maneiras: sob a égide do direito, da filosofia, da literatura etc. Porém, no âmbito desse estudo opto por destacar a maneira como o signo-liberdade surgiu no discurso dos jovens participantes da oficina, tendo como base o conceito vygotskiano de liberdade ou “domínio de si”. Por outro lado, considero importante ressaltar a situação de privação de liberdade em que esses socioeducandos se encontravam na ocasião da oficina e escolho discutir alguns efeitos disso, desde a observação da interação.

Situando o pensamento vygotskiano sobre a temática da liberdade, cito os complexos experimentos de livre-escolha por meio dos quais Vygotsky (1996a) estudou o processo eletivo em crianças. Na análise do processo eletivo, o autor considerou fatores como o uso do pensamento, a dinâmica da disputa de motivos e o uso da sorte e, a partir desses experimentos, formulou a relação existente entre a livre eleição e o domínio da própria conduta. Tão importante foi a importância de tais formulações que Vygotsky chegou a refletir sobre a questão da liberdade e sua relação com a internalização de uma forma superior de ação/reação: aquela mediada pela cultura (TOASSA, 2004).

De maneira diferente dos animais, o homem é capaz de ultrapassar os limites dos estímulos naturais e pensar sobre eles, criando outros estímulos (signos) e se relacionar com esses por meio do pensamento que é, também, formado por signos. Da internalização dos signos culturais ao nível em que se pode pensar sobre a própria atividade psíquica surge o que Vygotsky nomeou de “domínio de si” (MELO, 2010). Para Vygotsky (1996a, p. 201), “A liberdade humana consiste precisamente em pensar, ou seja, tornar-se consciente da situação criada²”. Da mesma maneira, portanto, que a palavra é uma representação de algo (signo) que não tem nenhuma relação direta com o referente, a liberdade é um ícone da superação das relações condicionadas entre o homem e a natureza (TOASSA, 2004).

Na construção de uma estrutura superior de consciência, atenção e memória se desenvolvem para que o ser humano tenha a possibilidade de **tomar consciência**, ou seja: de conhecer com profundidade a situação que se apresenta. A livre escolha acontece, então, quando a pessoa é capaz de analisar o processo de pensamento, criar novos estímulos (signos)

² Tradução livre.

por meio dos quais é capaz de dominar as reações, pensar as determinações de uma possível escolha e pensar novas escolhas decorrentes da escolha feita.

Essas considerações sobre o problema filosófico da liberdade e as operações de domínio de si apresentadas por Vygotsky nos servem como pano de fundo para analisar as operações de liberdade dos adolescentes participantes da oficina. A necessidade de abordar esse tema se deu diante das diversas vezes que o mesmo surgiu no discurso dos jovens. Assim, de maneira a obter mais elementos discursivos, em dado momento foi perguntado ao grupo, bem como diretamente a cada um o que é “liberdade”. Mais adiante falarei das respostas, antes vamos buscá-la em um poema.

Quem sabe o que andam planeando,
pelas Minas, os mazombos?
A palavra Liberdade
vive na boca de todos:
quem não a proclama aos gritos,
murmura-a em tímido sopro.
(MEIRELES, 1977, p. 77)

Sinto-me autorizada por Bakhtin/Volochínov (2012) a utilizar a linguagem poética para compor esse diálogo científico, já que os autores defendem a tese de que os enunciados do cotidiano e os enunciados artísticos compartilham o mesmo chão, o “interior da grande corrente sociocultural” (FARACO, 2009, p. 45). Então, assim como Cecília Meireles, no poema “Romance XXIII ou das exéquias do príncipe” afirma que a palavra liberdade é dita e vive na boca de todos, posso afirmar que não foi diferente no contexto das oficinas com os adolescentes, motivo pelo qual quero inicialmente destacar a forma como o termo surgiu espontaneamente e de maneira recorrente no discurso.

Liberdade, da maneira como os socioeducandos a ela se referem, parece ter alguma objetividade, parece ser algo que se possa definir, ganhar, perder, conhecer. Por exemplo, na fala de Maduro, sobre as brincadeiras no dormitório “[brinco para] *passar o tempo, né? Porque se a gente ficar só pensando na liberdade, aí...*”, na de Pequeno “*Ah, eu gosto da liberdade...*”, de Quietto “*Eu jogava numa escolinha na liberdade, aí comecei a me envolver aí pronto, saí da escolinha*”, de Contador “*Se arrependeu, parou, aí ganhou a liberdade*”.

Se essas frases forem lidas sem que se tenha claro o contexto enunciativo em que foram ditas, poderiam ter seu entendimento seriamente comprometido, pois, de que liberdade se fala nessas linhas? Brandão (2002, p. 77) nos lembra a existência da memória discursiva, que “supõe o enunciado inscrito na história”. Esta funciona a partir da ciência de que o interlocutor – no caso, eu e os outros participantes presentes no encontro – já tivéssemos

prévio conhecimento do que é a liberdade de que se fala. Nesse caso, considerando o contexto privativo de liberdade em que os mesmos se encontram, liberdade – sem maiores aprofundamentos filosóficos – é um lugar geográfico e um estado. Um lugar geográfico porque se situa do lado de fora dos muros do centro educacional, assim como a fala de Contador sugere: “*Mas o pior é que a pessoa sai daqui, né? Aí tá na liberdade: ‘Ainda bem que eu to na liberdade’*”. Ou seja: saiu da internação, está na liberdade. Nesse sentido, liberdade significa também um estado (*status*), o de liberdade, em oposição à internação.

Essa maneira de falar da “liberdade”, como lugar ou *status* encontra eco dentro de uma cultura prisional, fazendo parte, inclusive de letras de música, como a utilizada nas primeiras oficinas, A Vida é Desafio: “e o mano está lá trancafiado/ ele sonha na direta com a liberdade”. Assim, o discurso faz falar não só aquele sujeito enunciativo, mas tantos outros que utilizam essa mesma palavra para dizer do tempo e espaço que não se encerram em uma unidade de internação para adolescentes ou presídio para adultos.

Ressaltamos que a liberdade de interpretação foi atribuída a mim, como sujeito da interação, porém

[...] o ato de linguagem, como evento de produção ou interpretação, depende “dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem”. Estes saberes são correlativos à dupla dimensão Explícito/Implícito do fenômeno linguageiro. Tal fato confirma a assimetria observada acima entre o processo de interpretação do ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2010, p. 44).

Com o objetivo, portanto, de diminuir a assimetria entre produção e interpretação, tomei a atitude de perguntar diretamente aos jovens “*o que é a liberdade?*”. Transcrevo, abaixo, as respostas dadas por cada um dos participantes que respondeu a essa pergunta, específica:

Excerto nº 27

Contador – Liberdade? É uma coisa importante..

Mudado – Liberdade é você poder ir pra onde quer.

Contador – Nós tando livre nós pode ir pra um trabalho, pra uma escola.

Nos enunciados do excerto acima, os sentidos de liberdade adquirem uma maior amplitude. Ao tomar consciência da palavra, expressando os significados do signo-liberdade por meio da linguagem, o mesmo se revela polissêmico, já que Contador dá uma resposta imediata e Mudado, outra. É possível perceber, ainda, o processo de construção desse significado, a partir dos sentidos dados por cada um. A primeira resposta ressalta a importância da liberdade, já Mudado explica o porquê da importância e Contador exemplifica “[porque] *nós tando livre pode ir pra um trabalho, pra uma escola*”.

A fala de Contador gerou risos de todos, inclusive do próprio, já que todos os presentes sabiam que ele não estava trabalhando, nem frequentando a escola antes de ser

apreendido. Eu, na óbvia posição de sujeito em interação, também participo do diálogo, uma vez que “O significado é um signo complexo caracterizado pela dualidade do processo de construção de significado” (Valsiner, 2011, p. 137). Sendo assim, transformei o estranhamento coletivo em enunciado, perguntando:

Excerto nº 28

I – E não é! Quando vocês estão na liberdade vocês vão pro trabalho, pra escola?

Contador – Não, é porque, aqui ó, nós não pode ir prum canto. Nós só viemo pra cá porque vocês chamam.

Contador esclarece, portanto que se tratava de um exemplo, de que “na liberdade” eles podem escolher ir trabalhar ou ir à escola, como na fala de Quieto³: “*liberdade é poder ir para onde quer*”. Aqui, o significado de liberdade passa a se aproximar da operação de domínio mencionada por Vygotsky (1996a). Contador explica, no excerto nº 28 que a liberdade não consiste em fazer algo em específico, mas em poder, diante da disputa de motivos, escolher livremente. O contraste fica por conta da situação de internação onde isso não é possível, pois outras pessoas ditam as atividades que eles irão realizar, sem que tenham essa liberdade de escolha. Nesse sentido, Quieto também afirma “*Liberdade é estar fora das grades, ter liberdade pra tudo, pra conversar*”. Mais adiante, explorarei um pouco essa perspectiva da privação de liberdade.

A seguir, no diálogo, faço novamente a mesma pergunta:

Excerto nº 29

I – Certo, mas o que é a liberdade?

Maduro – É outra chance, assim...

Contador – Ou muda, ou morre logo.

[silêncio]

Mudado – Liberdade é pra todo canto que o cara queira ir não precisar de um orientador perto de mim.

E surge na interação, mais um sentido para o signo-liberdade. Dessa vez, ele aparece relacionado diretamente com a saída da instituição de internação e à possibilidade de mudança. Porém, na perspectiva da liberação do adolescente, se acrescenta o aspecto da liberdade em relação com o risco, primeiramente ligada à tradição do risco-perigo já abordada anteriormente. Em uma interpretação mais acurada é possível perceber que a liberdade desejada também é arriscada, na medida em que torna a vida vulnerável. A liberdade é também parte da vertigem do jogo, na tradição do risco-aventura.

A relação liberdade aventura é apresentada por Spink (2012) em uma pesquisa sobre o apelo ao consumo na mídia. Na análise de anúncios publicitários, a autora encontra a

³ As afirmações de Quieto a respeito da liberdade não fizeram parte do diálogo coletivo, mas foram fruto de uma interação particular, apenas comigo.

construção da ligação da liberdade com o espírito de aventura, em propagandas comerciais de carros e perfume. Liberdade, então, também teria relação com o desafio e a emoção. A legitimação, portanto da busca pelo risco-aventura como um signo próximo do signo-liberdade fortalece a compreensão de como, para os adolescentes com quem pesquisamos, esses signos surgem com certa proximidade, como na fala de Quieto: “*Quem tem treta⁴, não tem liberdade*”.

Assim como surgiu a ligação entre liberdade e risco, no decorrer do diálogo também ficou clara a inseparabilidade do significado de liberdade do de privação de liberdade, tendo em vista a situação momentânea na qual se encontravam os adolescentes participantes, pois “Para o internado, o sentido completo de estar ‘dentro’ não existe independentemente do sentido específico que para ele tem ‘sair’ ou ‘ir para fora’” (GOFFMAN, 2001, p. 23). Sendo assim, na ideia de que esses são signos geminados, tratarei do assunto concomitantemente.

Mais uma vez, recorro ao enunciado poético para dialogar com a expressão dos adolescentes na dimensão angustiante da liberdade desejada, temida e, até mesmo, proibida:

Tenha meus dedos cortados,
antes que tal verso escrevam...
LIBERDADE, AINDA QUE TARDE,
ouve-se em redor da mesa.
E a bandeira já está viva,
e sobe, na noite imensa.
E os seus tristes inventores
já são réus - pois se atreveram
a falar em Liberdade
(que ninguém sabe o que seja)
(MEIRELES, 1977, p. 80-81)

Cecília Meireles, nos presenteia, ampliando o sentido de liberdade como algo que é quase proibido, condenando o inventor desta ilustre desconhecida e almejada: liberdade. Ainda que tarde. Assim também meus interlocutores se angustiaram durante a busca pelo significado de liberdade, em contraponto com a privação da mesma, quer estivéssemos falando de uma privação institucional, quer de uma privação natural das possibilidades de ação no mundo. Observe o excerto abaixo:

Excerto nº 30

Contador – Um pássaro, um pássaro tem a liberdade de voar pra todo canto, né? E aqueles que tão na gaiola, preso?

I – Quem é que tem mais liberdade? O Tchu tinha mais liberdade na época que ele tava envolvido ou ele tinha mais liberdade na época que ele tava na igreja?

Mudado e Contador – Na igreja.

⁴ Conflitos entre confrarias rivais, as brigas de gangue.

I – Ele tinha mais liberdade quando tava na igreja do que quando tava envolvido? Mas quando ele tava na igreja ele não podia fazer umas e outras coisas que irmão não pode fazer.

Contador – É... Não!! Muita calma!

[risos]

Contador – Ele tinha mais liberdade quando ele não tinha envolvido nem ido pra igreja... Quando ele tava só...

I – E quando é que era isso?

Contador – Quando ele ia pro colégio, ia pra casa, brincava.

I – Quando ele era criança?

Contador – É.

I – E criança tem liberdade?

Mudado – Tem.

Contador – Acho que tem. Teeem, tem liberdade.

Maduro – Mais ou menos, porque tem coisa que criança não pode fazer. Não pode sair pra todo canto... não pode sair sozinho...

Contador – Ai, é mermo!!!

I – E quem é que tem liberdade, mesmo?

Mudado- Quem tá lá fora.

Maduro – Quem tem liberdade é quem é de maior.

I – É, é livre, pode fazer o que quiser...

Contador – Não, mas não é nem todo de maior que tem essa liberdade. Quem é casado?

Maduro – Quem usa droga!

I – É mesmo! Quem é que é livre?

Maduro – Só os passarinhos mesmo. Nem... Só o vento mesmo.

I – Se a pessoa tem inimigo, a pessoa é livre?

Contador – É não.

Contador – Então ninguém é livre, então!!!! Se tudo tem um problema...

Maduro – Tudo tem um porém. Só o vento mesmo é que é livre então.

O excerto acima é longo, porém esclarecedor de como surge para os participantes o problema da liberdade, com suas diferentes axiologias no decorrer da interação. Diante do problema filosófico que se tornou a busca pelo significado de liberdade, aproveitamos para esclarecer que a privação de liberdade, que se concretiza em um centro socioeducativo de internação, vai além da liberdade de ir e vir, mas, assim como Goffman (2001) afirmou com relação às instituições totais⁵, há uma mutilação das escolhas do indivíduo desde quando ele é admitido, seja pela obrigatória padronização da conduta, seja por decisão imediata dos dirigentes ou instrutores educacionais. Segundo informações da direção e corpo técnico, algumas características pessoais e culturais são proibidas de se manter após a admissão: não é possível escolher o modelo do corte de cabelo, nem é possível usar brincos e *piercings*. Não é possível usar roupas de marca e nem possuir objetos pessoais no dormitório. Há pouca privacidade, inclusive com relação à escolha por reservar para si fatos da sua própria vida. Existem, ainda, horários pré-definidos para todas as atividades do dia, restando poucas

⁵ Ainda que as unidades de internação para adolescentes não tenham sido idealizadas para funcionar como instituições totais, o Centro Socioeducativo Dom Bosco apresenta algumas das características levantadas por Goffman (2001) para a sua definição do que seriam as instituições daquele tipo: notadamente é uma instituição que apresenta uma barreira à relação com o mundo social externo, com alto nível de controle dos internos.

oportunidades para realizar alguma escolha pessoal. “Cada especificação tira do indivíduo uma oportunidade para equilibrar suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoalmente eficiente, e coloca suas ações à mercê de sanções. Violenta-se a autonomia do ato” (Goffman, 2001, p. 42). Como ilustração, segue o diálogo abaixo:

Excerto nº 31

I - O que é que vocês podem escolher? Nada não, né? Mas pouca coisa, vocês podem escolher.

Maduro - Só o prato do almoço.

Contador - Nem os pratos a gente pode escolher..

Sobrinho - É, porque é tudo igual!

Contador - Não, nem isso. Porque às vezes a gente escolhe um...

Maduro - Aí se pedir demais eles dão é outro.

I - Pois é, aí quando vocês estiverem lá fora, no que vocês chamam de liberdade, aí vocês vão poder escolher?

Contador - Poder ir numa bodega, escolher uma fruta, escolher uma...

[Maduro ri, debochando]

I - Escolher se envolver, escolher não se envolver...

Contador - comprar um sorvete e escolher o sabor.

I - Acordar e escolher a roupa que vai sair.

Contador - Escolher, a blusa, a chinela...

Quando Contador procurava enumerar a liberdade de escolha existente do lado de fora do centro educacional, ele o fazia com grande satisfação, como quem desfrutava do sabor da liberdade nas palavras proferidas. A anulação parcial da função social do sujeito enquanto o mesmo está em privação de liberdade pode gerar o que Goffman (2001) chama de “morte civil”, em que a pessoa não recupera, em fase posterior, o tempo não empregado na sua própria vida. Essa aproximação nos detalhes do cotidiano do adolescente privado de liberdade nos esclarece a importância do signo-liberdade para eles, escapando da tendência a naturalizar o uso dessa palavra por quem está em privação de liberdade. É pela atenção aos detalhes do funcionamento e da explicação dessa condição pelos adolescentes que se compreende os efeitos que ela (a palavra liberdade) pode exercer sobre a pessoa.

Ó vitórias, festas, flores
das lutas da Independência!
Liberdade - essa palavra
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique,
e ninguém que não entenda
(MEIRELES, 1977, p.81)

Assim como, mais uma vez, ilustrado por Cecília Meireles, liberdade é uma palavra que perpassa todas as categorias analisadas no decorrer deste estudo, sem que eu tenha tido a oportunidade de apreender seu significado mais amplo. Não à toa essa é uma questão filosófica antiga, que exigiu interlocutores artísticos para que a análise dos seus sentidos pudesse ser levada a cabo. Concluo este capítulo mais uma vez citando Vygotsky:

As possibilidades de agir com liberdade, que surgem na consciência do homem, estão intimamente ligadas à imaginação, ou seja, à tão peculiar disposição da consciência para com a realidade, que surge graças à atividade da imaginação (Vigotski, 1999, p.129-130).

A disposição, portanto de viver, arriscar-se, tomando consciência da realidade, da determinação das escolhas e das escolhas posteriores que se pode fazer, essa pode ser considerada como uma aproximação à liberdade possível para o ser humano, qualquer que seja a situação peculiar na qual ele esteja vivendo. Essa é a liberdade realmente almejada pelos adolescentes: mais que estar fora das grades é a possibilidade de, cada qual ao seu modo, ser sujeito no mundo.

5. FUTURO

Início este capítulo – que trata da categoria principal sobre a qual me debruçei durante todo o tempo de pesquisa – relembrando as bases teóricas a partir das quais este estudo foi realizado. O caminho para o estudo dos sentidos e os significados de futuro agregou toda a discussão anterior, sobre cultura, juventude, risco e liberdade, tanto por uma questão de aprofundamento das bases teóricas, como do contexto específico em que se deu o estudo, como também por se tratar de uma mesma teia semiótica. A existência, importância e necessidade do conceito de futuro é uma construção histórica e cultural, que ao longo do tempo assumiu tendências diferentes e encontra suas especificidades na situação estudada. Também eu me situo em uma época específica, tratando do tema a partir dos sentidos que me são próprios e considero que o recorte feito seja uma escolha de abordagem, entre outras possíveis.

Assim, a situação particular de desenvolvimento cultural dos jovens com quem pesquisei, a maneira como os mesmos significam a liberdade e a privação de liberdade e a forma como operam com o risco, estão fortemente vinculadas com o uso do signo-futuro. Faço, portanto, um breve resgate da história do signo-futuro na humanidade a partir de alguns autores, com o objetivo de ampliar o repertório semiótico a respeito do futuro para, portanto, aumentar as possibilidades interpretativas das significações dos socioeducandos participantes da oficina.

5.1. Futuro: diferentes tendências culturais e históricas

Valsiner, forte referência em termos de psicologia cultural, afirma que “[...] a existência humana situa-se dentro de uma extensão temporal que é orientada para o futuro” (VALSINER, 2011, p.53). Com base no pensamento de Charles Pierce, o autor discorre sobre a característica do presente de ser influenciado pelo passado. Ou seja, o sentido de presente seria construído com base nas experiências passadas. Este mesmo presente afetaria o futuro “por meio da construção pessoal semiótica” (VALSINER, 2011, pg. 41), sendo também sugerido ou influenciado pelo passado vivido. De acordo com seu pensamento, é variável a maneira como esse futuro sugere o presente. Também partindo de uma perspectiva cultural, temos algumas considerações a respeito das diferentes possibilidades de construção do sentido de futuro.

“O futuro é uma astronave que tentamos pilotar” (FABRIZIO et al., 1983, p. 1) diz o compositor Toquinho em uma famosa música. Pode parecer estranho para alguns ouvintes, mas essa maneira de compreender o futuro – como um tempo que ainda não existe, mas que, de alguma forma, acredita-se ter alguma influência sobre ele – não se configurou sempre assim. É uma invenção recente, que data dos séculos XVII ou XVIII (LUHMANN, 1992).

De acordo com Luhmann (1992), até o século XVII ou XVIII, a mera sucessão de pensamentos gerava a ideia de tempo, mas não causava transformações no tempo, que mítico ou eterno, era ligado à relação entre Deus e suas criaturas. Pairava, ali, uma espécie de pessimismo, ou obriedade do tempo futuro, uma vez que as mudanças eram atribuídas à divindade. Com o surgimento da sociedade burguesa, o tempo teria ganhado uma compreensão mais complexa, incluindo uma temporização da cadeia do ser, ou uma espécie de tempo ontológico. A partir do estabelecimento histórico de um marco até onde iria, retrospectivamente, o passado – a saber, a criação do ano zero, como o início da contagem da era cristã – a concepção de futuro passou por mudanças qualitativas. A criação de um limite para o passado, portanto, acarretou mudanças nos sentidos de futuro.

Se [...] com o surgimento da sociedade burguesa a estrutura do tempo se transformou drasticamente para uma maior complexidade temporal, então devemos esperar que tal mudança tenha seu impacto sobre qualquer estrutura e qualquer conceito (LUHMANN, 1992, p. 164).¹

A principal consequência advinda da mudança explicitada acima, de acordo com os nossos interesses de pesquisa, tem relação com a possibilidade cultural de antecipar acontecimentos, orientando as ações para o futuro, estando essa prática de previsão ancorada e enriquecida por diversos dispositivos de conhecimento. Entendemos, pois, o tempo como um aspecto relacionado com a construção social da realidade e o significado dado a ele estando vinculado com as experiências culturais dos indivíduos e grupos.

Desse pensamento decorre a estreita relação entre o significado de futuro e a cultura. Se a cultura, como vista acima, é compreendida como ferramenta de mediação simbólica, é a partir da mediação cultural que damos sentido também a esta ideia de tempo, e agimos individual e coletivamente de acordo com esses significados construídos. Por conseguinte, pensar futuro, é pensar como uma determinada cultura significa o futuro, como

¹ Tradução Livre

as pessoas agem com relação ao futuro, se fazem planos, se consideram o amanhã próximo, ou o depois de amanhã distante.

Leccardi (2005) considera que a percepção temporal também expressa a época cognitiva em que está uma sociedade, que, ao longo de um processo evolutivo se diferenciaria do mais concreto para o mais abstrato, de acordo com as condições sociais em que a mesma esteja vivendo. Sendo assim, “quanto mais as sociedades se diferenciam, mais os conceitos temporais tendem à abstração, a um grau mais elevado de síntese conceitual” (LECCARDI, 2005, p. 37). Assim, as características culturais, espaciais e do momento evolutivo modifica a percepção temporal das pessoas.

Uma maneira de compreender a existência de diferentes condições na operação com o tempo, está no estudo de O’Rand e Ellis (1974, *apud* ARAÚJO, 2005) a respeito da “perspectiva temporal social”, em que os autores defendem uma forte associação entre pertença social e formação de perspectivas temporais orientadas para o futuro. É, portanto, uma forma de pensar que as culturas de classe modificam essas construções. Este ponto de vista é interessante para o âmbito deste trabalho especialmente porque trabalharemos com um segmento da população vinculado a uma cultura específica, em sua maioria oriundo de uma classe socioeconômica empobrecida, que vive um contexto de forte violência urbana e inserida em um contexto prisional em que o sentimento de pertença a este grupo pode auxiliar na construção de determinadas maneiras de orientação para o futuro.

As diferentes culturas funcionam, portanto, como operadores semióticos, trazendo seus próprios signos promotores, que são, de acordo com Valsiner (2011), aqueles que têm uma função prospectiva. Sendo assim, quando se faz necessário, as pessoas podem lançar mão de signos promotores, orientando-se pelo passado em direção ao futuro. Porém, isso pode variar conforme o grau de instrução e demais aspectos de relevância cultural, pois o uso de algumas informações, metodologias e benefícios da ciência, promovem mais capacidade para que as pessoas criem uma forma temporal situada bem adiante e possam orientar as ações para este tempo (ARAÚJO, 2005). Ou seja: o conhecimento do passado e do presente permite pensar no futuro.

Sendo assim, com a orientação científica voltada para a previsão de possibilidades – rumo à previsibilidade – cria-se, também uma avidez por segurança, em que “[...] a montagem das trajetórias faz-se por referência a modelos padronizados que sustentam a coerência identitária, que fixam os indivíduos a linhas temporais e que abrem o leque sobre as possibilidades de escolha.” (ARAÚJO, 2005, p. 18). Valsiner (2011) também segue nessa mesma linha, quando destaca que o tempo da cultura – o seu caráter histórico – é que dá aos

indivíduos uma vivência de estabilidade, para que possamos agir no presente, em direção ao futuro.

Essa mesma função da cultura como fornecedora de modelos padronizados é que nos apresenta a disciplina como um ideal de organização temporal, afetando a identidade de todos (ARAÚJO, 2005), sendo que se observa esta característica da disciplina como norteadora do uso do tempo de maneira mais marcante em extratos sociais economicamente ascendentes. Segundo a autora, no ideal da disciplina, a rapidez e a ausência de futuro são compreendidas como relacionadas a uma fase infantil, já que aos poucos a criança seria apresentada a uma organização do seu dia a dia que lhe garanta um futuro ideal já programado pelos seus pais. A ação orientada para o futuro e a capacidade de adiar recompensas demonstrariam, nesses casos, o grau de adaptação cultural. Desde esse ponto de vista, em se tratando de uma classe socioeconômica que se aproxime da linha da pobreza, é provável que encontre outros ideais de vida e maneiras diferentes de gerenciar o tempo no seu cotidiano.

Na ideia de que a disciplina é o modelo ideal das classes econômicas altas e com o auxílio de Blanco e Díaz (2007), avançamos na compreensão do significado do controle do meio externo pelas pessoas. Os autores destacam a importância que tem a percepção da autoeficácia na motivação para vida, sendo que este controle se aproxima do ato de planejar ações, de maneira a prever consequências. Sendo assim,

O controle mostra, portanto, diversas faces: controle é poder; controle é atividade; controle é confiança em nós mesmos e em nossas próprias ações como agentes. Controle é liberdade, domínio do entorno, expectativa de conseguir determinados resultados, utilidade da resposta. (Blanco e Díaz, 2007, p. 553).²

Diante do pressuposto teórico de que o desenvolvimento psicológico do ser humano é cultural e a apreensão dos significados é, basicamente, sócio-cultural, também o processo de desenvolvimento em um meio cultural economicamente desfavorecido pode ter suas peculiaridades. A situação de vulnerabilidade social, com pouca ou nenhuma eficiência das políticas públicas, desigualdade de oportunidades, opressão em diversos níveis, a violência, risco de morte iminente e as diversas tentativas frustradas de ascender socialmente, geração após geração, pode gerar, naqueles que se encontram em tais condições, a percepção de que o domínio sobre si e sobre a própria vida não lhe pertence.

Qualquer ser vivo só pode ser feliz ou até só pode viver se suas necessidades têm uma relação suficiente com os meios de provê-las. Caso contrário, se elas lhe exigem mais do

² Tradução livre

que pode ser oferecido ou simplesmente algo diferente, estarão constantemente em atrito e não poderão funcionar sem dor. Ora, um movimento que não pode produzir-se sem sofrimento tende a não se reproduzir (DURKHEIM, 2000). A não correspondência de planejamento e resultado, ou seja, a falta de eficácia na continuidade disciplinar do tempo ou, simplesmente, falta de controle ou capacidade de prever o futuro, segundo Koury (2011), é fruto da baixa autoconfiança a partir da experiência, o que causa uma quebra da linearidade na percepção do tempo e da possibilidade de pensar positivamente no futuro. Tal fenômeno tem sido estudado, nomeado e percebido com algumas características próprias. Segundo o autor, existe uma espécie de *conformismo frustrado*, em que os jovens de classes mais pobres se sentem perdedores: seja pela dificuldade de mobilidade social, mesmo quando incluídos em políticas sociais de inclusão social, como o Pró-Uni, o Bolsa Jovem, o Pró-Jovem etc.

Martin-Baró (2006) e Araújo (2005) discorrem a respeito deste tipo de fenômeno, a partir dos conceitos de fatalismo e não-linearidade, respectivamente, nos quais maneiras diferentes de vivenciar a orientação para o futuro aparecem com fortes operadores culturais que diferenciam a situação de pobreza do ideal de linearidade e disciplina das classes ascendentes.

O fatalismo, portanto, é, segundo (Blanco e Díaz, 2007, p. 556). “[...] a interiorização da dominação social, e serve, entre outras coisas, como suporte ideológico para manter e reproduzir a ordem social que lhe deu cobertura.”³ Segundo os autores citados, tal vivência traz significados coletivos e individuais a partir de um sólido compartilhamento de crenças, valores e sentimentos ligados a uma forte submissão às forças do azar ou sorte, ao controle externo de alguma divindade ou governo, além de minar a capacidade de enfrentamento das dificuldades e atuar como fator de risco à saúde mental dos indivíduos e coletivos. Uma série de ideias, sentimentos e comportamentos estão ligados à vivência do fatalismo. Destacaremos, aqui, o comportamento nomeado de “presentismo”, caracterizado pela vivência de um eterno agora, sem memória do passado e sem planejamento para o futuro (CIDADE, 2012).

Já Araújo (2005) usa o termo “não-linearidade” para designar a ausência da continuidade temporal que o ideal da disciplina fornece, gerando a vivência de uma temporalidade curta. A autora diz, ainda que a ausência desta linearidade “[...] é consciencializada como marginal, atingindo, em consonância, grupos particulares de

¹Tradução livre.

indivíduos (sociedades) que estão, assim, em situação de desigualdade.” (ARAÚJO, 2005, p. 20-21).

Por fim, com o intuito de fornecer mais elementos teóricos para o entendimento da dinâmica do futuro em suas possibilidades, trazemos mais uma vez considerações a respeito do conceito de risco, porém dessa vez em sua relação com o futuro. Na tese de Beck (2010) sobre a sociedade de risco, o mesmo destaca que não só efeitos já visíveis e danos já ocorridos norteiam o sistema nesse modelo de sociedade, mas que há, sobretudo, a componente do futuro envolvida, pois os riscos se baseiam em antecipação, em algo que ainda não aconteceu, mas que desencadeia a ação.

Tendo em vista a discussão anterior relacionada ao risco da forma como surgiu no *corpora* de pesquisa, faz-se importante considerar a forte relação que existe com o futuro. Spink (2001), numa visão panorâmica dos sentidos históricos do conceito de risco, o considera, como “[...] uma forma específica de lidar com o futuro” (SPINK, 2001, p. 1279). Segundo a autora, se no período pós-feudal as adversidades eram encaradas como fatalidades, na modernidade havia uma busca pelo controle como meio de prevenir os riscos. Já na modernidade tardia, como já foi dito, vivemos em torno do gerenciamento dos riscos.

Estou falando de uma ampla tendência social pós-moderna, mas para se estudar o uso social do tempo Melucci (1996) afirma que os jovens, mais especificamente os adolescentes, são atores-chave, já que a própria condição de abandono da infância e entrada na vida adulta provoca um aumento na dimensão do tempo nessa fase da vida. A adolescência seria, então, o início da experiência de envelhecimento, momento em que os signos culturais ligados à temporalidade ficam mais ressaltados, o que favorece o direcionamento das análises desta investigação.

Divido, enfim, as seções seguintes deste capítulo conforme as categorias empíricas encontradas na experiência de campo com os adolescentes do Centro Educacional Dom Bosco. São elas: Futuro, sonho/meta e mudança/projeto de vida.

5.2. Se ainda há futuro

“Não tem nem futuro...”

Com esta frase, Quietto inaugurou o uso do termo que tematiza esta dissertação, no primeiro encontro da oficina. O assunto do “porvir” de suas vidas deixou os jovens participantes tristes, aparentemente desconcertados por não encontrarem outra coisa para me

dizer. O diálogo continua, e por meio deste é possível acompanhar a interação discursiva e a construção do significado de futuro:

Excerto nº32

I – Como assim? Como assim não tem nem futuro? O que é que tu quer dizer com isso?

Quieto - Porque a pessoa passa só um tempo assim, de boa, e de uma hora pra outra tá lá embaixo de novo.

I – Lá embaixo de onde?

Quieto – Lá, sem dinheiro.

Maduro – Isso quando o cara consegue viver. Às vezes o cara nem consegue... Novinho, com 14 anos já papoca.

Há concordância entre Quieto e maduro quanto à ausência no futuro. Porém, no excerto acima, cada um explica à sua maneira o porquê da afirmação. Quieto enfatiza a instabilidade financeira: futuro, nesse caso, seria ter uma maior constância no ganho de dinheiro. Já Maduro ressalta a questão da duração da vida, aponta para uma brevidade que não vislumbra futuro.

O signo-futuro, quando abordado de uma maneira direta, como uma probabilidade ou uma expectativa de vida foi primeiramente negado. Eu perguntei “*E vocês acham que vão viver bastante tempo? Acham que vão chegar até que idade?*”. E foi o suficiente para reinar o silêncio. Os participantes de cabeças baixas, alguns sorriram, aparentando constrangimento, talvez pela inexistência de resposta. Eu insisto: “*Se vocês puderem imaginar, assim...*”. E maduro quebra a tensão: “*Eu não imagino não, acho que eu já passei foi do ponto já*” e adiante completa “*Qualquer momento. Eu não sei dizer quando vai ser*”.

As primeiras significações do signo-futuro, portanto, relacionam-se com a sua ausência. Futuro é algo que incomoda pensar, pois, a partir das experiências prévias, da observação de seus cotidianos, os jovens entendem que para eles não existe futuro. Há uma clara tensão entre a expectativa de morrer antes dos 18 anos e a possibilidade de ir para o presídio a partir dessa idade, como pode ser percebido nas falas de Sobrinho e Quieto:

Excerto nº 33

I – E tu, Sobrinho, acha que vai viver até quantos anos?

Sobrinho – Não sei tia, acabei de fazer 16.

I – Tu acha 16 muito ou pouco?

Sobrinho – Tá embaçando, né não, 16? Tá quase embaçado.

I – Como assim tá quase embaçado:?

Sobrinho – Assim, tia, tá perto de ficar de maior, né? Aí não é mais isso aqui não, é outra coisa, é mais pesado.

I – Aí o que é que faz a diferença, quando chegar 18 anos?

Quieto - A pessoa vai cair em presídio, é mais tempo.

Excerto nº34

I – Tu acha que tu vai viver até que idade, Quieto?

Quieto- Sei dizer não.

I – Mas o que tu acha? Ninguém sabe dizer, eu também não sei dizer não. Eu também não sei dizer, mas eu acho, eu tenho uma ideia, de quantos anos eu quero, eu to imaginando, assim, que eu consiga chegar. Eu vejo a minha família, vejo as pessoas que estão perto de mim, E vou vendo o quanto eu acho que eu consigo chegar. O que é que tu acha?

Quieto – Não, eu acho que se eu continuar nessa vida aí eu tenho a ideia que eu não chego nem aos 18 não.

É importante ressaltar que os significados produzidos nos discursos durante a oficina têm origem nas relações sociais, não sendo simples produto de uma consciência individual. Aparece discursivamente ao tratarmos do tema futuro uma dupla tensão: o medo de morrer e o medo de ir para a cadeia. Os sentidos da cadeia para esses adolescentes (sujo, escuro, pesado) parecem provocar um pavor tão grande quanto ou maior que o medo da morte. Na construção desse significado de “cadeia” podemos também ouvir as vozes da família, dos bandidos veteranos, dos profissionais de aplicação das medidas socioeducativas, todas permeando esse sentido gerador de medo. O medo de ir para a cadeia tem a mesma dimensão do medo de morrer. Na história criada por eles, houve uma grande discussão se Tchu já teria 18 anos quando matou o policial. Após a decisão coletiva de que ele já não seria mais adolescente nessa ocasião, chegou o momento de falar da prisão:

Excerto nº35

I – “Uma esquina depois, aparece equipe de RAI0 e prende Tchu e o seu comparsa” Aí tem “na cadeia..” É na cadeia ou onde?

Sobrinho – Ah, se foi na cadeia, né, fazer o quê?

Contador – Na cadeia, vai..

Mudado – Aí matou o cana...

Contador – Na cadeia!

Mudado - Dá é mofo, isso aí. Dá é mofo.

(...)

Maduro – Vai, coloca aí 20 anos...

Verifica-se a preocupação, nas falas de Maduro e Mudado, com o grande tempo de reclusão para Tchu. Mudado, ao afirmar que “dá é mofo”, comunica também que é muito tempo de cadeia, mais tempo do que seria possível alguém entrar e sair ileso. Já Maduro exacerba o tempo de prisão, “coloca aí 20 anos”, como quem diz que é muito tempo, mais do que ele consegue projetar para adiante. Considerando seus 16 anos de idade e sua percepção de que já passou do tempo de morrer, dizer que é 20 anos de prisão, significa dizer que o tempo de reclusão de Tchu é maior que sua própria vida.

Diante dessa perspectiva de futuro, onde a morte está à espreita, o que move a ação no cotidiano é, por um lado, a raiva e o medo, por outro, é o sentido do risco-aventura que leva à tomada de atitude, no qual o prazer gerado pelo ato infracional (VIEIRA, 2012) é buscado, na forma da adrenalina, na satisfação imediata, no presente, enquanto se está vivo, conforme seu discurso:

Excerto nº36

I – E como é, assim, viver achando que pode morrer a qualquer momento?

Maduro – Adrenalina.

[falas incompreensíveis]

Quieto – Antes de morrer, a gente vai matando.

O efeito do sentido de futuro na ação cotidiana é o risco, a partir do qual se aposta muito alto, já que em breve a tão almejada liberdade lhes será negada, talvez pela iminência da prisão aos 18 anos, mas mais provavelmente, pela morte prematura e, como Mudado afirma, “*Ele não quer morrer. Ninguém quer morrer, né? Aí vai querer matar, pra não morrer.*”. Há, portanto, uma ausência de prudência, de previdência quanto à morte, o que induz ao questionamento de se a possibilidade de “mofar” na prisão não seria ainda mais aterrorizante até do que a perda da própria vida.

Ainda com relação ao sentido de cadeia, destaco que, na história construída por eles, quando contam como foi o período em que Tchu esteve preso, as palavras são “*No tempo em que passou preso foi muito sofrimento porque tava longe da família: pai, mãe, mulher, filho*”, mostrando mais uma vez como imaginam que seja essa experiência: sofrida. Porém, nada puderam escrever a respeito dos detalhes da prisão, o que reflete o temor pelo que supõem ser essa experiência, mas ao mesmo tempo é algo desconhecido. Provavelmente, pelos relatos alheios imaginam ser pior que a internação no centro educacional e que dura mais tempo, aumentando e prolongando o sofrimento da pessoa submetida a essas condições.

Depois de alguma reflexão sobre o futuro, as possibilidades e perspectivas, eu, como coenunciadora, volto a perguntar, diretamente “*E futuro, o que é que é futuro?*”, do que decorrem outros sentidos como resposta. Na ocasião, ainda na primeira oficina, é possível observar um aumento no repertório de linguagem, além de uma maior segurança no ato de responder, pois as intenções do interlocutor – eu – estavam um pouco mais claras, tendo diminuído ainda a tensão de ter que ser dada uma resposta correta. Segue, portanto, um excerto do processo de construção da resposta:

Excerto nº37

Contador – Futuro é o que tá pra acontecer não é não, tia, mais na frente? Nós estamos no presente agora, né?

I – E a pessoa pode saber o que é que vai acontecer no futuro?

Maduro – Pode não...

Contador – Só lá na frente...!

I – E a pessoa pode saber o que vai acontecer mais na frente?

Mudado – Pode não.

Sobrinho – Só amanhã.

I – Não tem nenhum jeito de saber.

Maduro – É igual naquela música que a gente ouviu, dos Racionais: é consequência do presente. A senhora não tá perguntando o que é o futuro? É isso.

I – A consequência do presente?

Maduro – É.

I – E o que é consequência?

Maduro – Consequência é quando a pessoa faz alguma coisa agora aí vem a consequência depois...

Contador – Hoje eu estou pensando em ir pro esporte, aí faço alguma coisa de errado e fico recolhido, aí eu já não vou pro esporte!

I – E se tu quiser ir pro esporte aí tu vai fazer o quê?

Mudado – Ficar quieto.

Maduro – A gente só colhe o que a gente planta.

I – Ninguém sabe como é que vai ser o futuro, mas a gente tem como fazer algumas coisas no presente pra ir procurando...

Maduro – Amenizar mais um pouco, né? Porque ninguém tem garantia de nada.

No trecho acima se misturam os sentidos, de um futuro o qual não é possível modificar ou direcionar de alguma forma, com um futuro que é possível modificar pela ação no presente. Surge a ideia de “consequência” como uma espécie de ponte que leva o presente em direção ao futuro. Porém, como lembrou Maduro “*ninguém tem garantia de nada*”, abrindo a possibilidade para o inesperado, em que as coisas não acontecem exatamente como se quer.

Diante da incerteza relatada acima e da perspectiva de um futuro catastrófico sobre o qual discorri anteriormente, permito-me uma rápida digressão para destacar a atenção que todos os participantes deram, no dia da experiência com colagem, a figuras bíblicas relacionadas com o apocalipse. Em uma das revistas disponibilizadas para a atividade de colagem havia uma reportagem sobre as profecias bíblicas do fim do mundo, com muitas ilustrações. Um dos participantes se interessou pelas imagens citadas e mostrou aos outros

Excerto nº38

[se interessam por desenhos bíblicos do apocalipse, Maduro explica]

Maduro – Isso aqui é sete pragas.

Contador – Sete pragas?

I – O que é essas sete pragas?

Maduro – É juízo final, apocalipse.

Melucci (1997) explica que quando o presente não encontra significado no passado, nem no futuro, quando os pontos tradicionais de referência se debilitam, quando a possibilidade de estabelecer uma biografia contínua diminui, então ganha vez a percepção não-linear do tempo – já citada anteriormente com Araújo (2005) e Luhmann (1992) – e a possibilidade de um fim trágico ganha sentido. Esse sentido de um futuro desagradável, que chegará surpreendendo a todos a qualquer momento teve grande importância no discurso, pois é basicamente a partir dessa perspectiva que as decisões no dia-a-dia são tomadas e a atitude ideal passa a ser uma disposição mental “em termos positivos com relação a uma indeterminação carregada de potencialidade” (LECCARDI, 2005, p. 37).

Desde a ideia de que a percepção temporal é uma construção cultural, a interpretação com base na transição da sociedade de classes para a sociedade de risco (BECK, 2010) favorece o entendimento de perda de valor da estabilidade, direcionando o significado de futuro a novos sentidos. Diferentemente da época moderna, em que o futuro era uma realidade pacificável e controlável, que se pode construir e prever, na modernidade tardia, o chamado futuro aberto surge conectando à liberdade e à incerteza pelo signo do risco (LECCARDI, 2005). O enfraquecimento da relação entre intenção e resultado, levando à imprevisibilidade dos acontecimentos, o alerta relacionado aos males que o futuro pode produzir, conduzem a um sentido de futuro que impele ao comportamento de risco-aventura, além de gerar uma forte sensação de impotência.

Numa tentativa de sintetizar os sentidos de futuro expressos no discurso dos adolescentes até então, é possível traçar um paralelo entre duas tendências relevantes com relação ao futuro. A primeira estaria baseada nas consequências, onde o futuro poderia ser moldado a partir do presente, se aproximando das características da primeira modernidade, ou modernidade clássica. Nos discursos que envolvem tal tendência podem estar incluídas vozes institucionais, de seus pais, professores, orientadores, do juiz e dos técnicos da unidade de internação, uma vez que os trabalhos educativos – da escola formal – e socioeducativo – do SINASE – têm como base a gestão de um futuro com base na previdência, no sacrifício do presente em prol de um benefício futuro. Essa preparação com base no planejamento a médio e longo prazo é um direcionamento do processo socioeducativo, já que teoricamente pretende que o adolescente possa concluir a sua Medida Sócio Educativa recuperado ou socializado.

Outra tendência até agora vista no discurso é a baseada na ausência de futuro, devido à iminência de alguma catástrofe – a morte ou a prisão – a partir da qual pode ser traçada uma linha identificatória até a noção de sociedade de risco, que inaugura novas formas de temporalização, em que o planejamento para o futuro daria lugar a uma ação guiada pela extensão do presente. Essa forma de lidar com o futuro tem uma relação mais forte com o cotidiano dos jovens, revelando as vozes relacionadas com a cultura do crime: do grupo de pares e dos veteranos na vida do crime, por exemplo.

No decorrer dos itens à frente, continuo desenvolvendo as ideias relacionados às diversas formas de temporalização que se sobrepõem, procurando observar como diferentes tendências sociais surgem no discurso dos socioeducandos. Na diferenciação dos sentidos de futuro relacionados à sociedade de risco, Leccardi (2005, p. 50) destaca “a hesitação, a ânsia, o desejo, mais ou menos subterrâneo, de substituir o projeto pelo sonho”. Este aspecto

também teve destaque no *corpora* de pesquisa, de maneira que tratarei do signo-sonho como parte da mesma teia semântica dos sentidos de futuro, em uma interessante articulação com o signo-meta.

5.3. Vive-se de sonho, mas se persegue a meta

As experiências humanas em toda a sua diversidade não supõem signos unívocos ou monossêmicos. A contradição, portanto, é concreta e, segundo Faraco (2010), se inscreve nos signos por meio da chamada doutrina da refração. As várias verdades, as diferentes formas de dar sentido às coisas “vão se materializando e se entrecruzando no mesmo material semiótico” (FARACO, 2010, p. 51), de maneira que pelo ato de significar automaticamente também se refrata, renovando e dando novo sentido ao signo, revelando a sua plurivocidade.

Na linha de pensamento acima, considero que no decorrer da oficina, alguns signos promotores foram utilizados para constituir a teia semântica do signo-futuro. Entre elas, chamo a atenção para as dimensões de futuro concretizadas na linguagem pelos signos meta e sonho. Tais signos revelam tendências aparentemente contrárias, mas que se sobrepõem na experiência, como diferentes espectros do sentido de futuro, de maneira que considero importante a sua análise dentro do mesmo campo semiótico, o qual é o principal foco dessa dissertação.

O tema do sonho veio à tona já no primeiro encontro, devido à frase inicial da música “A vida é desafio”: “É necessário acreditar que o sonho é possível/Que o céu é o limite/E que você, truta, é imbatível”. Maduro explica que sonho é algo que vem do coração, como pode ser visto abaixo:

Excerto nº 39

I – O que é que ele tá dizendo com isso “é necessário sempre acreditar que o sonho é possível”?

Maduro – Pra a gente não desistir dos nossos sonhos.

I – Por quê?

Maduro – A gente vive de sonho, né não?

I – E o que é o sonho? O que é esse sonho que ele tá falando? É esse sonho que a gente dorme e sonha?

Maduro – Não! É a vontade que a pessoa tem no coração mesmo de ter aquilo. O que a pessoa mais quer mesmo. Pra mim eu acho que é isso.

I – E vocês têm algum sonho?

Sobrinho – todo mundo tem sonho, né?

I – E vocês podem dizer qual o sonho de vocês.?

Maduro – Ah, o meu... É eu largar de vez mesmo essa vida mesmo. Dar uma... Mudar as companhias, porque às vezes na influência de um elemento, volta. Voltar a trabalhar, ajudar minha mãe, cuidar do meu filho, ficar na boa.

Pequeno – Meu sonho é ser pescador.

Uma característica do sonho é que ele é livre. O sonho não tem amarras, não está preso às ações do passado, nem a limitações do futuro. O sonho não está preso ao espaço, ao tempo, nem à idade. E nem ao centro educacional. E quanto maior, melhor. No excerto acima eu questiono a importância de não desistir dos sonhos e Maduro responde “*A gente vive de sonho*”. Sobrinho já reforça: “*Todo mundo tem um sonho, né?*”. Na continuação do diálogo:

Excerto nº40

I – E porque que tu tem esse sonho de ser pescador?

Pequeno – porque eu gosto

I – E tu já foi atrás desse sonho?

Pequeno balança a cabeça negativamente olhando para mim

I – Não? Porque, pelo que vocês estão dizendo aí, sonho é uma coisa que você vai atrás dele, né?

Maduro – É.

I – E vocês, qual o sonho de vocês? Teu sonho, Quietinho?

Quietinho – É só ser jogador mesmo!

I – E tu ainda tem esse sonho ou já abandonou?

Quietinho – Já fiz foi abandonar.

I – Já abandonou? E tu tem algum outro sonho pra botar no lugar?

Quietinho – Só sair mesmo dessa vida.

I – E tu, Sobrinho, tem algum sonho?

Sobrinho – Eu queria ser advogado ou então entrar pro exército.

I – E tu já sabe o que tu precisa fazer pra chegar nesse sonho?

Sobrinho – Ora, estudar bem muito [com o tom de muito baixo] Mas não deu certo não, estudar. Tem que sair dessa vida.

No excerto acima podemos perceber um sentido interessante do signo-sonho: o seu aspecto utópico. Apesar de acreditarem que o sonho é possível, este não é um signo que possua o efeito de orientar a ação para conquistar o que se sonha, principalmente porque o alto envolvimento com a vida do crime é visto como um impedimento ao sonho. O sonho, então se transforma em sair “dessa vida”, condição *sine qua non* para que o sonho original possa se concretizar. Porém, como veremos mais adiante o sonho de sair dessa vida não se reveste de planejamento ou de uma crença real que isso venha a acontecer.

Já o signo-meta começou a aparecer no discurso para falar de objetivos específicos dentro da vida do crime, em contraposição com o sonho que eram objetivos mais amplos, longe da criminalidade, algumas vezes chegando no plano da utopia, como foi dito, até mesmo pelo fato de a maior parte dos adolescentes não ter esperança de ter uma vida dita “honesta”, ou seja: fora da cultura do crime. Maduro resume da seguinte maneira: “*Mais ou menos a diferença assim, ó: meu sonho é... crescer na vida... na vida da gente normal. E a meta é crescer no crime*”.

De volta para o sonho, aconteceu que no terceiro encontro na oficina foi realizada uma atividade de desenho e colagem de figuras, com a temática “O que eu quero para minha vida?”. A mesma tinha por objetivo principal observar a operacionalização dos signos

promotores por meio de uma ação prospectiva desvinculada de uma obrigatoriedade institucional ou de uma exigência do dia-a-dia. Depois de alguma discussão e dois vídeos, eles estiveram à vontade para folhar revistas, olhar figuras já recortadas ou criar o seu próprio desenho.

Um primeiro fato que quero destacar é a empolgação com que todos folhearam as revistas e olharam as figuras, passando muito tempo olhando e conversando sobre as imagens antes de efetivamente realizar a tarefa proposta. Tanto as imagens relacionadas ao crime, à violência e ao uso de drogas chamaram a atenção, como as figuras relacionadas com mulheres, luxo e riqueza. Ao final, as imagens que compuseram o cartaz foram: casas, mansões, bebês, mulher, campo de futebol, pilha de dinheiro, uma família desconhecida e a família real holandesa². Era notável a empolgação com que eles procuravam aquilo que era mais importante para eles: a mulher mais bonita, a casa maior. Quando todas as figuras já estavam coladas no cartaz, conversamos um pouco a respeito delas, quando o tema do sonho/meta novamente surgiu:

Excerto nº41

I - E qual é a diferença que você vê, da meta pro sonho?

Contador – Da meta pro sonho?

I – É.

Maduro – O sonho é uma coisa que a pessoa quer fazer de coração mesmo. Aí a pessoa deseja um monte de coisa. Pronto, né não?

I – E a meta?

Maduro – A meta é só uma coisa que ela consegue. Uma coisa que ela quer ter a mais. Consegue, aí já vai atrás de outra.

I – A meta é menor então?

Maduro – A meta é mais simples do que o sonho, eu acho.

Maduro observa uma diferença bem clara entre a meta e o sonho, e tem a concordância de Contador e de Quietos. Ele encontra uma separação entre a vida no crime e uma vida fora do crime, distinguindo os signos promotores relacionados a uma ou outra situação. Já Mudado procura manter uma postura coerente com o seu discurso de mudança, não separando uma “vida” da outra. Segue-se, então, um diálogo em que as diferenças entre sonho e meta vão se construindo:

Excerto nº42

Mudado – Como foi a pergunta? A senhora quer saber o que é que é diferente o sonho da meta?

I – É. Eles disseram que acha que é diferente, sonho de meta. Aí eu to perguntando.

Mudado – Se eu dizer que pra mim é igual, o sonho e a meta?

Maduro – A meta é uma coisa que a pessoa quer alcançar. A pessoa quer alcançar, precisa ultrapassar, a pessoa quer chegar lá. É praticamente a mesma coisa porque o sonho... Quem sonha quer alcançar uma meta, né?

² Ver anexo II

I – Quando vocês disseram, disseram assim:

Maduro – Eu sei, foi outro ponto de vista. Pra mim, sonho é uma coisa e a meta é outra.

I – Sim, é isso mesmo, eu quero saber. Eu achei interessante essa visão do Maduro, que ele disse assim: que a meta é uma coisa que você quer alcançar assim, mais fácil, que tá ali pra você. E o sonho é aquela coisa que tá lá longe que é mais do coração e que às vezes a pessoa não alcança.

Maduro – Tem muita gente que não consegue alcançar. Ou porque desiste fácil ou...

I – E a meta é uma coisa de alcançar mais rápido.

Maduro – Isso. A pessoa procura mais pelo mais fácil, mas rápido.

I – E a pessoa até se planeja mais pra alcançar a meta do que pra alcançar o sonho.

Maduro – É.

I – Por quê?

Maduro – Ora, não sei. Essa parte aí eu não sei explicar não.

Mudado, então, aproxima a sua meta de seu sonho, não cindindo a sua vida da mesma maneira que Maduro. Já este, por sua vez, admite a aproximação entre os dois, com a diferença de que não se planeja tanto para alcançar o sonho. Em algum momento, Sobrinho explica porque que a meta é necessária para ele: “*A pessoa quer uma coisa, mas faz um bocado de coisa. Aí tem que querer uma coisa assim mais fácil, né?*”. Ou seja: já que o sonho é muito difícil de alcançar devido ao cometimento de atos infracionais, eles precisam de metas menores para perseguir. De volta ao cartaz com as colagens, eu pergunto:

Excerto nº43

I – E isso aqui que vocês colocaram, é meta ou é sonho?

Maduro – É sonho!

I – E qual é a meta?

Maduro – A meta?

Mudado – Ganhar dinheiro, né? A meta.

Maduro – É ganhar dinheiro de verdade.

I – Como é ganhar dinheiro de verdade? É ganhar muito dinheiro?

Maduro – Pegar uma fita alta.

Excerto nº44

I – E, isso aqui que tu escolheu, essa casa, é sonho ou é meta?

Maduro – Sonho.

I – É sonho? E qual é a meta?

Maduro – Sei não.

I – Se tu não sabe qual é a meta, quem é que sabe?

Maduro – Mais ou menos a diferença assim, ó: meu sonho é...crescer na vida... na vida da gente normal. E a meta é crescer no crime.

I – O sonho é crescer na vida, de maneira geral.

Maduro – De uma pessoa de bem.

Com os excertos acima entendo que a existência desses dois espectros de futuro vem da sobreposição de valores existente na construção cultural desses jovens. Mais acima, no item 3.3. sobre a cultura do crime, foi mencionada como característica dessa um complexo sistema axiológico em que convivem os valores da cultura hegemônica juntamente com os valores da cultura específica do crime. Daí a necessidade de ter mediadores semióticos para pensar o futuro a partir de um e de outro sistema. Aqueles que se dizem em processo de

“mudança de vida”, como Mudado e Contador, em alguns momentos aproximam mais a meta do sonho, já outros, como Quietos, Maduro e Sobrinho mantêm essa distinção mais clara.

Com relação especificamente ao signo-meta, o mesmo está ligado a um planejamento. O planejamento no cotidiano surgiu no discurso ligado à realidade da criminalidade, à busca pelos lugares e posses desejados por eles, além do planejamento de roubos e tráfico para conseguir dinheiro e realizar algo importante. Inclui-se aqui o planejamento e as estratégias para prolongar um pouco o tempo de vida, como lembra Sobrinho: *“Se a pessoa não matar, morre mais cedo, tia”*. Já Maduro tem preferido planejar roubos grandes, a partir do qual ele possa seguir a vida do crime em outro patamar, *“Mas chegar nisso aí não é um sonho não, é só uma meta mesmo. Tem cara que tem como um sonho, mas pra mim é só uma meta mesmo”*.

Dos participantes, Maduro é quem apresenta mais habilidade para o planejamento. Ele, por exemplo, foi o único a querer planejar a construção da história antes de iniciar: *“História de quem de nós a gente vai escrever?”*. Já Sobrinho não fala muito sobre isso, demonstrando atitudes mais imediatistas e pouco refletidas. Ou outros participantes não destacaram nesse sentido, ora fazendo planos, ora reagindo às condições imediatas.

Convivem nesses jovens as suas vivências, as quais se configuram no presente, na busca pelos resultados que lhe deem mais satisfação, e as expectativas externas, as quais exigem um sacrifício para se chegar em um determinado lugar ou situação. O futuro, de incerto que é não favorece o planejamento a médio e longo prazo, e a construção de um projeto de vida, ou o planejamento rumo à “mudança de vida” exige o desenvolvimento da “habilidade de manter uma direção ou trajetória a despeito da impossibilidade de prever seu destino final” (LECCARDI, 2005, p. 51). Nessa mesma linha, encerro este capítulo com a análise do discurso dos socioeducandos em torno da sua expectativa quanto à mudança de vida e aos seus projetos para o futuro.

5.4. Mudança e projeto de vida

Enfim, abordo agora a prática discursiva dos jovens participantes da oficina com relação ao tema da “mudança” e dos seus “projetos de vida”. Esses signos específicos têm forte relação com o contexto onde surgiu o problema de pesquisa, como também tem grande interesse social: a continuidade ou descontinuidade da prática de atos infracionais. Especialmente por eles se encontrarem em cumprimento de medida sócio-educativa, há uma

expectativa social e institucional de que possam, durante o tempo de medida, realizar uma mudança no curso de suas vidas, de maneira que, ao deixar a unidade, eles não mais infracionem.

A doutrina da situação irregular, na época em que vigorou o Código de Menores, previa a internação dos ditos “menores” em centros correccionais, para que pudessem corrigir, orientar a sua vida pela via do trabalho e da honestidade. Já a doutrina da proteção integral, por meio do ECA, prevê as medidas sócio-educativas – dentre elas a MSE de internação. A aplicação das MSE tem três objetivos descritos na lei: o de responsabilizar o adolescente, o de reintegrá-lo socialmente e ainda o de demonstrar-lhe a desaprovação pelo ato. Não é portanto especificado na citada lei, tampouco no texto do SINASE, um claro objetivo do tipo correccional. Nesse último, é previsto o Plano individual de Atendimento (PIA), por meio do qual as equipes técnicas devem promover, juntamente com o adolescente e sua família, um planejamento amplo, contendo desde a previsão das atividades internas e externas, até a previsão de atividades para reinserção social.

Ainda que o objetivo correccional não seja explícito na legislação em vigor, os adolescentes com quem pesquisei algumas vezes mantiveram um discurso voltado para uma “mudança de vida”. Tal atitude, que é incentivada e reforçada no cotidiano da instituição pela direção e pelas equipes técnicas – profissionais responsáveis pelo PIA e pela elaboração de relatórios técnicos – teve maior incidência nos dois primeiros e no último encontro. Exploro, portanto, nesse item, o discurso relacionado à mudança e ao projeto de vida, dado que esses signos são parte do sistema semiótico prospectivo, tendo ainda forte relação com o contexto de onde surgiu o problema que tenho investigado.

Inicialmente, ao apresentar a proposta da pesquisa para os participantes, individualmente, eu havia dito que estava querendo entender melhor porque uma pessoa inicia o contato com o crime, como é possível interromper esse envolvimento e quais as dificuldades encontradas. Talvez por esse motivo, nos primeiros encontros o discurso com relação à mudança tenha sido tão fortemente marcado. Por outro lado, no último encontro foi escrito o trecho final da história construída por eles, que compreende à vida de Tchu após a prisão, onde também surgiram algumas das falas analisadas nesse item. Além dessas ocasiões, Quietinho também falou a respeito do seu planejamento pessoal na entrevista individual da qual fiz registros.

“*Só ter força de vontade, é só querer... Ter força de vontade. Mas às vezes a gente é muito fraco e não sai*”. Com essa frase Pequeno inaugura o assunto da mudança. Da mesma maneira que eles se responsabilizam por terem entrado na vida do crime, também assumem que não saem porque não querem. Contador e Mudado, em outro momento também compartilharam do mesmo ponto de vista:

Excerto nº45

Contador – É difícil, mas...

Mudado – Basta querer.

Contador – Basta querer, mas às vezes é muito difícil, mas dá tudo certo.

I – Até pra pessoa querer mesmo, às vezes é meio difícil, a pessoa querer, querer mesmo.

Contador – É, é meio difícil.

I – às vezes a pessoa quer, mas...

Contador – Às vezes tá numa situação precária aí diz: “vou sair dessa vida”. Aí depois que tá tudo normalzinho, aí vai de novo. Aí depois tá numa situação precária e se arrepende.

A assunção do encargo para si apareceu com grande força no discurso, quando o assunto era “mudança”. Porém, a mesma pessoa que quer, em um momento, não quer em outro. O sofrimento, aqui descrito por Contador como “situação precária” faz com que a pessoa deseje a mudança, porém, quando o cotidiano volta ao normal, o mesmo jovem torna a infracionar. Se por um lado, o discurso dos socioeducandos passa longe de ser vitimizador de si mesmo, a continuidade ou persistência na ideia de mudança não é perseguida.

Ao longo da oficina tentei abordar melhor esse mesmo ponto, porém não houve muito desenvolvimento. Parecia estar claro para eles que eu precisava ouvir que era preciso mudar e que se eles desejassem realmente essa mudança aconteceria, mas que isso dependia exclusivamente deles. Percebi fortemente as vozes “correcionais” da família e Estado cobrando uma determinada postura padrão, de autorresponsabilização e culpa. Um ponto que vale a pena ser ressaltado está relacionado com os motivos pelos quais se deseja ou não “mudar”. Esse ponto surgiu de maneira confusa, sendo um aspecto relevante o sofrimento de estar privado de liberdade, ou seja: enquanto o adolescente está em cumprimento de medida, ele alimenta o forte desejo de mudança, pois experimenta o sentimento de arrependimento, como dito no excerto acima.

Já o discurso da família ficou claro a partir das discussões da letra da música “A vida é desafio”, no trecho em que diz “Que a sua família precisa de você/ Lado a lado se ganhar pra te apoiar se perder”.

Excerto nº46

I – A família de vocês precisa de vocês pra quê?

Desinteressado – Não assim, no crime né?

Mudado – Mais na frente nós [fala incompreensível]

Contador – Precisa de nós, mas não do jeito que nós estamos indo. Precisa de nós pra tentar ajudar nós, de outro jeito.

Mudado – Mais na frente nós fazer um curso, uma faculdade, pra ajudar, né? Não agora, não é isso. Desse jeito aqui nós não... Não dá não.

Observando bem o excerto acima, percebemos que eles não sabem bem ao certo porque a família precisa deles. O discurso também expressa uma interdependência dessa necessidade, de modo que ao dizer “Precisa de nós pra tentar ajudar nós” está subjacente a carga de responsabilidade que sentem em relação à família e ao mesmo tempo o apelo ao cuidado que requerem para si. Afinal são adolescentes, com fortes experiências adultas, mas com tempo de vivências não suficiente para sentirem segurança frente a esse encargo. Aliado a isso, percebe-se o entendimento que têm de que para essa ajuda mútua acontecer há que mudar, no caso, para um novo modo de vida, pois no dizer deles, não será “do jeito que nós estamos indo”. Aqui fica clara a voz de insatisfação da família, pois o sentido de ajudar tem necessária relação com a descontinuidade com a vida do crime. Porém, apesar de todos os participantes, sem exceção, afirmarem que desejam a citada descontinuidade, várias dificuldades em concretizar esse desejo também foram citadas. A saber: as influências externas, a existência de inimigos e a necessidade de dinheiro.

Excerto nº47

I – O Mudado já disse, mas vocês dois pensam em sair, em ter uma vida honesta?

Contador – Eu penso em sair, mas...

I – Assim, eu tô perguntando sinceramente, porque a pessoa pode não pensar.

Contador – Eu penso em sair, mas às vezes é muito complicado.

I – Porque é complicado?

Contador – Não sei ó!

Mudado – A pessoa com inimigo e muito complicado. Porque, por exemplo, ele sai da vida, né? Tá estudando, indo pro colégio.. Aí os meninos não vão deixar não.

Contador – Do mesmo jeito se fosse meu inimigo querer ir na vida certa, eu ia pegar eles.

Assim como também identificado por Silva (2003), o envolvimento com o crime inclui um forte comprometimento com a rede de relações nela formada. Há uma pressão externa pela continuidade infracional, pelos parceiros ou “comparsas” – para usar um termo comum aos participantes – de maneira que se manter firme na decisão de sair torna-se uma tarefa muito árdua. Por outro lado, a existência de inimigos, ou seja, de pessoas de outro grupo atentando contra suas vidas, faz com que o mesmo queira se defender, para evitar uma fatalidade. A raiva do inimigo e o medo de morrer – como já foi descrito no capítulo 4 – impulsionam a procura pelo inimigo para matá-lo e, com isso, o caminho de saída fica ainda mais nebuloso.

No que se refere ao roubo, a motivação mais forte envolve a carência financeira e o desejo de possuir os bens de consumo comuns aos anseios juvenis. Maduro sustenta a

necessidade de roubar para ter dinheiro. Ele, que afirmou roubar para comprar suas coisas e enviar dinheiro para o filho, disse que a pessoa torna a roubar porque “*Tá precisando de dinheiro, tá querendo dinheiro*”, tá na “situação precária” citada por Contador no excerto 44. Sendo assim, quando estão em liberdade, essas motivações suplantam a perspectiva de serem presos ou mortos, o que faz com que ajam sem pensar nas consequências ou considerando vantajoso arcar com as consequências, no sentido do risco-aventura já citado. Sobre esse assunto, Maduro diz “*Eu sei que posso até ser preso a qualquer hora, acabei de sair, embaça que só. Mas o pensamento que vem é: Eu vou morrer de todo jeito, se for pra ser é, se não for, valeu a pena*”.

Uma vez que todos os participantes afirmaram ter sonhos e querer mudar, perguntei insistentemente quais eram seus planos para uma possível mudança. Alguns, como Maduro, não responderam, outros o fizeram de maneira sintética, como Sobrinho que disse, simplesmente “Sei não tia, ainda to vendo aqui”. De acordo com o registro do diário de campo, Contador disse estar esperando contar com apoio de algum projeto que ajudam adolescentes. Já Mudado, disse que irá se mudar para a casa de uma tia, que já está tudo organizado pela família dele. Quietto não tem esperança de mudanças imediatas e seu plano é “criar uma armadilha nas áreas³ para quando o inimigo chegar”, depois fugir para o interior.

É notória a pouca variedade de opções de ação que os adolescentes expressam nos seus planos para o futuro. Essa ausência de repertório semiótico ficou clara quando da construção da história de Tchu e Chucky. Até o 4º encontro, a história terminava com Tchu preso e a seguinte frase: “*Terminou a história de mais um bandido*”. Para que pudessemos exercitar o uso dos signos promotores e ser possível a compreensão de como era o funcionamento dos mesmos pelos participantes no tocante às discontinuidades no envolvimento com o crime, propus, no 5º e último encontro, escrevermos como teria sido a vida de Tchu após o arrependimento.

Excerto nº48

I – Como assim “terminou a história de mais um bandido”?

Contador – É porque é uma história. Terminou a história.

Maduro – Então era pra ter colocado “terminou a história”, se terminou a história.

I – Aí, o que eu quero pensar é o seguinte, é isso que eu quero fazer agora, essa parte da história. Como é que ficou a vida dele depois de ele ter se arrependido.

Desse momento por diante ocorreu silêncio e grande agitação. Mudado diz que está sem juízo, Maduro fica sem ideia, contador ri e Sobrinho parece alheio ao que estava acontecendo. Eles então passam muito tempo discutindo o tempo de prisão de Tchu e

³ Na localidade onde mora.

pareciam não ter o que dizer das possibilidades de vida após a prisão, como pode ser visto no excerto abaixo:

Excerto nº49

I – E aí, como foi esse tempo que ele passou preso?

[silêncio]

I – Como foi esse tempo que ele passou preso? Como foi, Contador? Diz aí... Tu sabe!

Contador – [risos]

I – Tu já falou com ele, ele já conversou contigo e ele já te contou como foi esse tempo que ele passou preso.

[silêncio]

I – Como é que foi, Maduro?

Maduro – Sei lá.

I – Tu não conversou com ele não, depois?

Maduro ri.

Contador – Foi muito sofrimento,

I – “No tempo que ele passou preso foi muito sofrimento”. Por quê?

Contador – Porque ele tava longe da família.

I – Qual era a família?

Contador – Família...

I – E era o quê, essa família... tinha mulher? Tinha filho?

Maduro – Mãe...

Contador – Pai, mãe... mulher, filho...

Então, a partir das suas próprias referências, eles constroem a mudança de vida de Tchu, que teve a oportunidade de trabalhar enquanto estava preso, juntar dinheiro e ir morar com a sua mulher no interior. Nesse caso, pela primeira vez surgiu a figura da “esposa” que, segundo os participantes, já existia e não era envolvida com a criminalidade. As mulheres que Chucky via acompanhando Tchu eram as amantes ou “cumades”. Então, eles explicam a necessidade de mudança para o interior do estado:

Exceto nº 50

I – “E foi morar no interior... e continuou trabalhando pra sustentar sua mulher Juliana e seu filho”. Porque que ele foi morar no interior?

Contador – Porque lá a família do policial ia matar ele. Né não?

I – então o jeito é a pessoa morar no interior?

Maduro – É, se o cara quer mudar, não quer se vingar, vai ter que cair fora. né não?

Contador – É, porque se ele ficasse lá a família do policial ia querer matar ele.

Maduro – A pessoa quer mudar, pra não ter que matar, sai fora

Contador – Melhor do que pegar a polícia e mesmo que ele não teja envolvendo, vão querer fazer alguma coisa de errado com ele.

A mudança, portanto, segundo os participantes, requer um rompimento drástico com a vida anterior, uma vez que o envolvimento com atos infracionais enreda a pessoa em uma trama de difícil saída se permanece no mesmo contexto. Porém, quando questionei sobre a necessidade desse tipo de atitude nas suas próprias vidas, o discurso se tornou um pouco diferente:

Exceto nº51

I – E no caso de vocês é assim também?

Maduro – Não sei.

Contador – Acho que é.

I – E vocês vão morar onde, pra mudar?

Contador – Dá pra mudar sem sair fora, é só ter força de vontade. Pra pessoa mudar não tem que se mudar não.

Apresenta-se, portanto, uma clara contradição, pois se para Tchu não era possível mudar de vida sem ir morar no interior, já na vida deles – especificamente de Maduro e Contador – os mesmos alimentam a esperança de que tal mudança já não seja necessária, uma vez que não estão dispostos a tanto.

A necessária mudança cultural para que a descontinuidade com a vida do crime aconteça é claramente desconcertante. Tchu muda de cidade, para de trair a mulher, volta a usar o nome de Charles Xavier e entra para a igreja. Segundo Contador, dessa maneira Deus o protegeria da vingança dos inimigos: “*A arma dele não era o revólver? Agora a arma dele tá sendo a bíblia*”. Com essa afirmação de Contador, eu me pergunto o que faria eles se disporem a trocar a vida deles, tão cheia de aventuras e emoções, pela nova vida de Tchu, que passou a ter referências simbólicas tão diferentes. Para conhecer um pouco melhor o que os participantes pensam dessa nova vida, pergunto:

Excerto nº52

I – Aí, deixa eu perguntar uma coisa: e a vida dele ficou mais massa agora ou era mais massa quando ele tava na adrenalina?

Contador – Ele que se sentia... Ele que sentia a vida dele mais massa... mas ele tava enganado, na verdade era a vida pior que ele estava tendo.

I – Peraí. Ele sentia que a vida era massa..mas...

Contador – Na época que ele tava curtindo, com arma, droga, mulher...

I – Mas era a pior vida... Como assim, como é que a pessoa se sente massa e é a pior vida?

Contador – É que por ele tava muito bom, mas pra os outros que não tavam naquela vida ali, sente que ele tava se estragando.

Maduro – A pessoa não curte droga, não acha que é bom?

I – É.

Maduro – pra outras pessoas que não curtem já não, já olha assim...

I – Sim, mas a pessoa não tá curtindo, não tá achando massa? E como é que a vida dele depois que ele se..

Maduro – A pessoa que tá curtindo acha que é rochedo, mas não é!

Contador – Por exemplo, deixa eu te explicar aqui, pra ver se eu consigo, agora: porque ele tava no mundo das drogas, da criminalidade, ele tava seguindo o diabo, né?

I – Você tá me explicando.

Contador – Só que não é pra ele estar indo naquele caminho, é pra ele estar indo no caminho de Deus, né não?

I – Você que está me explicando....

Contador – Seria melhor: estudar, ter um trabalho suado, assim, né? Mas não, como ele foi pra prisão, aí ele trabalhou suado porque tava trabalhando, não tava roubando.

Por meio do excerto acima, posso entender que a dita mudança de vida não é algo exatamente que eles desejam porque veem algum sentido, por um desejo interno de que assim melhorariam de vida. Em momento algum foi dado alguma explicação de porque a vida que

Tchu passou a ter depois que se arrependeu era melhor do que a vida que estava tendo antes de ser preso. As referências para falar no assunto da mudança são externas: as pessoas que não estão no mesmo contexto olham e acham errado. Mas não há uma ideia formada de porque para eles a mudança de vida seria uma coisa positiva. É uma mudança cultural radical que não faz sentido a não ser para dar conta da expectativa alheia. Contador, não vendo alternativa, explica a situação pelo que ele considera “bem” e “mal”, possivelmente considerando que eu estaria de acordo com tal maniqueísmo. Mudado permaneceu calado durante toda essa discussão, impaciente para acabar a história.

Se por um lado não há repertório semiótico, não há por eles o conhecimento das possibilidades de alternativas de modos de vida, por outro não encontram real sentido em suas vidas para que possam abrir mão da cultura à qual se sentem pertencentes no sentido de promover uma mudança tão radical quanto o que consideram ser necessário para sair da vida do crime. A operação de domínio de si, no contexto mencionado, fica prejudicada, já que se encontra vazia de vontade, dessa vontade que é cheia de significado para si, ainda que possa ser vazia de significado para os outros (MELO, 2010). A aproximação do significado de mudança de vida de outros signos repletos de sentido para si se faz necessária para que o domínio de si – a liberdade – possa acontecer.

Como agravante, ainda que em tese todas as pessoas possam modificar o curso de suas vidas, acontece que com relação às possibilidades de saída ou descontinuidade no envolvimento com o crime há uma compreensão bem desenhada, uma grave generalização social e científica (SILVA, 2002) de que esse seria um caminho de difícil – ou até impossível – retorno. “Imaginamos ser mais fácil a mudança para determinados setores, enquanto que, para outros, essa possibilidade é concebida como praticamente nula ou muito reduzida” (SILVA, 2003, p. 25-26). Essa mesma ideia parece presente no discurso dos adolescentes participantes, que não veem com clareza a possibilidade de ruptura.

A própria internação institucional favorece com que esse discurso ganhe concretude, apoiada pelo sentimento de impotência das equipes técnicas e do pessimismo contido nas histórias que se repetem, nos mesmos adolescentes que retornam ao sistema. O isolamento social, acarretando o cruel distanciamento das histórias em que as mudanças efetivamente possam ter ocorrido favorece a crença de que **não é possível** e então se cria uma forte cultura da obrigatoriedade da continuidade do envolvimento com o crime, assim como também verificado por Silva e Rossetti-ferreira, 2002. Convivem no mesmo ambiente pessoas com histórias muito parecidas, dia após dia em um distância cada vez maior de outros que

possam contar narrativas diferentes. Já os profissionais – a equipe técnica –, principalmente devido à superlotação da unidade, não encontram espaço, entre as demandas institucionais, para conhecer o contexto de vida dos adolescentes, os equipamentos sociais disponíveis na região onde residem, as possibilidades de lazer e outras atividades; a sobrecarga de trabalho concentra as atenções para uma cultura prisional desesperançada e a falta de contato com histórias diferentes das que são escutadas no cotidiano de trabalho estreitam as expectativas dos profissionais para as perspectivas de futuro dos socioeducandos. Os mesmos profissionais não conseguem, ainda, realizar o efetivo acompanhamento de egressos, dificultando ainda mais o intercâmbio com o meio externo, o que seria essencial para a promoção e ampliação das possibilidades de planejamento para o futuro.

Com base nos meus pressupostos teóricos, considero que os signos que medeiam a atividade cultural estão em constante reconstrução. Por meio da interação discursiva, foi criada a ideia de que a mudança é difícil ou quase impossível, porém que é necessário desejá-la, apesar de saber que dificilmente ela acontecerá. Sendo assim, do mesmo modo que o discurso a respeito da mudança foi construído dessa maneira, ele também pode ser reconstruído de outra, porém foi por mim observado o movimento de perpetuação desse discurso, a naturalização da eternidade do envolvimento com o crime e o fatalismo como principal mediador prospectivo.

Recapitulando: da teia semiótica relacionada com o signo-futuro, é possível observar duas claras tendências diferentes e complementares. Uma está relacionada com um futuro mais próximo e à possibilidade de tomar decisões em curto prazo, ligada ao estabelecimento de uma meta, ao planejamento para as coisas do cotidiano. A outra está ligada ao sonho, ao que consideram ser uma motivação mais profunda, porém que acreditam ser uma motivação utópica e não fazem reais planejamentos para concretizar. O sonho tem a função de carregar a vida do desejo de viver, de poder realizar o transporte imediato do sofrimento para a boa vida desejada, por meio do pensamento. Já o signo-mudança se situa em um plano intermediário entre o sonho e a meta, já que a mudança desejada é considerada quase utópica, mas exige um direcionamento, um real planejamento para que a mesma se efetive. Fica clara a falta de recursos para que tal projeto se realize e que de fato a função de reintegração social do centro socioeducativo – com vistas a um rompimento do envolvimento com o crime – possa se efetivar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se é que é possível finalizar um estudo como esse, trato de tecer as minhas considerações finais, com o objetivo de sintetizar as análises feitas, sustentar uma visão crítica do ato de pesquisar, realçar as contribuições que este estudo pode oferecer, bem como apontar as possibilidades de estudos posteriores com vistas à ampliação da discussão aqui iniciada.

Ficou explícito na análise do discurso dos adolescentes participantes desse estudo o quanto o mesmo está, para a maioria, permeado de uma desesperança quanto às possibilidades de descontinuidade do envolvimento com o crime e constrangido pela crença de que terão pouco tempo de vida. A maneira como esse sentido de futuro se expressa nos seus cotidianos está muitas vezes em intrínseca relação com uma disposição para correr riscos, daí decorrendo a experiência de aventura como um prazeroso expediente cotidiano. Em outros casos, a vontade de driblar essa armadilha fatal se manifesta em um discurso de mudança, que nem sempre surgiu com a consistência necessária para gerar um projeto de vida concreto.

Diante da busca pelos sentidos de futuro, uma variedade de signos relacionados pode ser percebida, revelando a complexidade de efeitos de sentido e indicando que a tragédia de uma vida curta não é a única possibilidade, pois o sonho surge como elemento capaz de aerar o significado de futuro, tornando-se combustível indispensável para a vida: “a gente vive de sonho”. A diversidade de signos promotores verificados no *corpora* de pesquisa me induz a pensar que há uma capacidade e abertura para a ampliação das possibilidades de significação do futuro, ainda que fortemente envoltas pelo constrangimento cultural – quer seja no contexto familiar e de convivência cotidiana, quer seja no âmbito institucional – que via de regra impõe que em alguns anos só restará “caixão ou cadeia” para jovens autores de atos infracionais. Dessa maneira, percebo que essa investigação fez surgir tanto elementos que limitam o significado de futuro, como elementos capazes de ampliar as mesmas significações.

No lugar de pesquisadora, estive impregnada não só da cultura acadêmica, como também da minha experiência anterior como técnica de uma unidade de internação para adolescentes. Percebo que, da mesma maneira que o discurso pessimista acompanhou os jovens participantes, o mesmo também me acompanhou durante o processo de pesquisa, mais notadamente no início do mesmo, refletindo na maneira como o problema de pesquisa foi abordado e avivando essa característica cultural de pensar que existe uma via de mão única e

fim previsível para as pessoas envolvidas com a criminalidade. Foi preciso, então, me reposicionar e encontrar o lugar de pesquisadora diante da questão de pesquisa, resultando em novos olhares como, por exemplo, a disposição de pensar na limitação semiótica presente não só nos adolescentes, como em todo o contexto cultural que os rodeia: desde o bairro onde moram até as instituições pelas quais os mesmos passam, incluindo aí a influência da bagagem cultural dos socioeducadores nessa construção limitada do significado de futuro.

Uma vez que esse estudo nasceu de uma inquietação profissional, é necessário apontar para as dificuldades técnicas que podem estar contribuindo para alimentar essa visão e incentivando a limitação das possibilidades. Por meio do diálogo com as equipes e com base na minha própria experiência, podem ser enumeradas algumas delas. A grande demanda de trabalho no interior do centro socioeducativo, principalmente devido à superlotação das unidades, tem impedido ou dificultado o **acompanhamento dos adolescentes egressos dos centros** e, por consequência, propicia o pouco contato com histórias diferentes da *via crucis* esperada (reincidência e posterior prisão ou morte), cocriando e alimentando a crença social de que não há alternativas. Pelo mesmo motivo anterior, as equipes também sentem dificuldade de **manter contato com o contexto de vida dos adolescentes**, de maneira que a real busca por alternativas de estudo, trabalho e lazer fica prejudicada, pois o adolescente muitas vezes também não possui esse conhecimento, dada a sua socialização em uma cultura infracional.

Com relação à experiência de privação de liberdade na sua possível operação “correcional”, é preciso um olhar atento. Há na internação, sem dúvidas, um aspecto punitivo. Ainda que os socioeducandos recebam o tratamento previsto na lei em relação a oferta de vestimenta, alimentação, lazer, visitas, telefonemas, escola, profissionalização etc – o que nem sempre acontece – o mesmo ainda estará sendo observado, vigiado, tendo a sua privacidade negada, impedido de se deslocar para além das dependências do centro e tantas outras limitações, algumas delas já discutidas aqui. É urgente perceber que **privar uma pessoa da sua liberdade é impô-la uma condição jamais confortável** e, mais ainda que esse destaque, quero chamar a atenção para dois efeitos da internação no desenvolvimento do adolescente.

Se partimos do pressuposto que a construção e transformação cultural acontecem na interação, decorre que, **privados da interação com outras culturas**, dificilmente os adolescentes terão ampliados os seus repertórios semióticos no sentido de ter condições de criar um planejamento para suas vidas com base em referências que não são as suas próprias

ou as dos que se encontram em condições semelhantes e, mais ainda, mesmo que admitam um planejamento ditado pelo outro na direção da “recuperação” ou “ressocialização”, é bastante limitado o espectro que se apresenta para eles de como fazer cumprir esse planejamento. É interessante pensar se a própria condição de interno não constrange essas possibilidades, por impedir a interação, o contraste, o conhecimento de diversos modos de vida. Além desse aspecto, a situação tutelar em que o adolescente se encontra, na qual **quase nada escolhe durante o período em que permanece privado de liberdade**, não favorece o exercício prospectivo de planejamento, nem a assunção de responsabilidades decorrentes das suas escolhas. Esses apontamentos são frutos da reflexão feita durante todo o processo de investigação e não deve ser compreendido como tendo um *status* de verdade.

Já na dimensão interventiva da pesquisa, pudemos contribuir para o exercício dessa atividade prospectiva, alimentando e – ainda que tenha se tratado de uma ação pontual – procurando ampliar o repertório semiótico dos socioeducandos, por meio do diálogo, da interação, da reflexão a respeito da própria vida. Vejo esse aspecto como uma contribuição direta desse estudo, por possibilitar um efeito de movimento ou talvez ruptura de um horizonte predefinido pela sua condição de infrator, pobre, pouco escolarizado etc. Tal efeito pode inclusive reverberar para outros adolescentes nas interações estabelecidas no espaço de internamento e fora dele. Além dessa, o pensamento crítico a respeito da problemática levantada também pode ser compreendido como uma contribuição, especialmente às instituições executoras do SINASE e aos profissionais da Psicologia, na medida em que se concretize a socialização do que foi produzido em conjunto com os adolescentes.

Nesse ponto é importante destacar a provável impossibilidade de se estabelecer uma devolutiva para os sujeitos da pesquisa, uma vez que não é viável reuni-los novamente. Alguns já cumpriram a medida e foram liberados, não se tendo a certeza de que estejam bem sequer em sua integridade física. Outros podem estar em outras unidades de internação ou até terem ganhado fuga em motins e rebeliões. É um motivo de frustração para o pesquisador que os resultados do estudo não possam ser compartilhados com os sujeitos pesquisados, por diferentes motivos. Esse fato deixa claro mais um dos efeitos da privação de liberdade, além da insegurança quanto ao futuro dos jovens envolvidos com o crime, ponto em que essa pesquisa se vê limitada e privada também de liberdade, paralizada na encruzilhada do sistema.

Diante de tudo o que foi pontuado, reflito, finalmente, sobre a exigência de se construir um projeto de vida com o adolescente durante o período de internação, sem que se oferte instrumentos, sem que se promova a ampliação do seu repertório semiótico, condição

essencial para a criação de alternativas ao estilo de vida atual. Espera-se uma motivação intrínseca do adolescente para a mudança, quando tal motivação só pode existir como consequência da cultura. A privação de interação dificulta e, em alguns casos, impede a construção de projetos de vida sobre outras bases também devido à impossibilidade de realizar escolhas, dificultando assim a construção de uma autonomia do indivíduo diante da sua própria existência. Afirmando, então, que é necessário se pesquisar as rotas de fuga, de abertura para além do que está posto, do óbvio. Faz-se importante incentivar outros estudos a respeito das estratégias de descontinuidade com o crime, do efeito da interação de adolescentes autores de atos infracionais com culturas diferentes, dos efeitos do correto funcionamento das MSEs em meio aberto e de semiliberdade.

Por outro lado, é importante estudar possibilidades e estratégias para conhecer melhor o contexto de vida dos socioeducandos, a fim de se elevar o ponto de vista e observar outros direcionamentos possíveis. Nessa linha de raciocínio, vê-se que cultura do crime é capaz de oferecer para os adolescentes a possibilidade de reconhecimento, por meio do qual os mesmos se sentem integrados a um organismo social, pertencentes ao mesmo, comungando dos seus princípios e valores e tendo como combustível a busca pelo risco. Esse ponto me pareceu como sendo um forte elo com a criminalidade, que impede que os socioeducandos queiram, de fato, mudar o curso de suas vidas. No crime se tem função social e possibilidades de crescimento, dentro do que esta cultura se propõe. Que alternativas verdadeiramente interessantes estamos, enquanto sociedade, propondo a esses jovens?

Enfim, possa esse estudo sinalizar que talvez ainda se conheça pouco da realidade social e psicodinâmica de uma pessoa envolvida com a criminalidade, de maneira que estudando a maneira como a mesma se vincula com essa cultura específica, pode ser possível estudar maneiras de efetivamente promover uma ressocialização. Igualmente importante é perceber que privando as pessoas de liberdade, de possibilidades, privando de interação cultural, privando de escola regular, de adolescência, de juventude etc., também pode se estar privando as pessoas de mudança e de futuro. Ainda assim, em se tratando de vidas nutridas pela liberdade própria de sonhar, considero ser possível ampliar o espectro de signos promotores: alimentando uma liberdade que não se ganha com a simples abertura das grades, mas sim com a transformação cultural, a qual não existe sem interação dialógica, sem mediadores diversos que possibilitem o desenvolvimento gradativo do domínio de si.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6, p. 25-36, mai./dez. 1997.
- ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999.
- ARAÚJO, C. M. de. Desenvolver e adolecer: reflexões acerca da teoria sócio-histórica. **Revista Eletrônica POLÊMICA**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, out.-dez. 2009. Disponível em http://www.polemica.uerj.br/8%284%29/desenvhumano_1.htm. Acesso em 14 de agosto de 2013.
- ARAÚJO, M. R. (Org.) **Actas de Conferência “O Futuro não pode começar”**. Braga: Universidade do Minho, 2005.
- ARPINI, D. M. **Violência e exclusão: adolescência em grupos populares**. Bauru: EDUSC, 2003.
- AUN, Heloisa Antonelli et al . Transgressão e juventude encarcerada: outras versões a partir do plantão psicológico em unidades de internação da FEBEM/SP. **Imaginario**, São Paulo, v. 12, n. 12, jun. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-666X2006000100003&script=sci_arttext, acesso em 06 de março de 2014.
- BAKHTIN, M. / VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BARROS, J. P. P.; PAULA, L. R. C. de; PASCUAL, J. G.; COLAÇO, V. de F. R.; XIMENES, V. M. O conceito de “sentido” em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Psicologia & Sociedade**. v. 21, n. 2, 2009.
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BENEVIDES, M. G. Entre ovelha negra e meu guri: família, pobreza e delinquência. São Paulo: Annablume, 2008.
- BLANCO, A.; DÍAZ, D. El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. **Psicothema**. v. 19, n. 4, p. 552-558, 2007.
- BOCK, A. M. M. A Perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cedes**, Campinas , v. 24, n. 62, p. 26-43, 2004.
- BRAIT, B.; MELO, R. de. Enunciado/enunciado concreto/enunicação. *In*: B. BRAIT. (Org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campina: Unicamp, 2002.
- BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927** (Revogado pela Lei nº 6.697, de 1979). Consolida as

leis de assistência e proteção a menores. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm, acesso em 31 de março de 2014.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores (Revogada pela Lei nº 8.069, de 1990). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm, acesso em 02 de abril de 2014.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm, acesso em 31 de março de 2014.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm, acesso em 31 de março de 2014.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm, acesso em 31 de março de 2014.

BORDIN, I. A .S; OFFORD, D. R. Transtorno da conduta e comportamento anti-social. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.22, n. 2, dez. 2000.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CASTRO, L. R.de. Conhecer, Transformar (se) e Aprender: pesquisando com crianças e jovens. . In: CASTRO, Lúcia Rabello de; BESSET, Vera Lopes. (Org) **Pesquisaintervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 21-42.

CASTRO, L. R. de, BESSET, V. L. Pesquisa-intervenção da infância e juventude: construindo caminhos. In: CASTRO, Lúcia Rabello de; BESSET, Vera Lopes. (Org) **Pesquisaintervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. p. 9-12

CEARÁ, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, PROARES II, 2013

- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CIDADE, E. C., MOURA JUNIOR, J. F., XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. **Psicologia Argumento**, v. 30, p. 87-98, 2012.
- COELHO, S. L. B. O mundo do trabalho e a construção cultural de projetos de homem entre jovens favelados. *In*: DAYRELL, J. (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- COLAÇO, V. de F. R. et al. **Adolescência e juventude: estudo sobre situações de risco e redes de proteção em fortaleza**. [Relatório de pesquisa]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.
- DAMASCENO, M. N. Trajetórias da juventude: caminhos, encruzilhadas, sonhos e expectativas. *In*: DAMASCENO, M. N.; MATOS, K. S. L. de; VASCONCELOS, J. G. (Org.) **Trajetórias da Juventude**. Fortaleza: LCR, 2001.
- DURKHEIM, E. **Suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FABRIZIO, M., TOQUINHO, MORRA, G., MORAES, V. de. Aquarela. Intérprete: Toquinho. *In*: TOQUINHO, **Toquinho – Aquarela**. Ariola, 1983.
- FALEIROS, V.P. Impunidade e Inimputabilidade. **Serviço Social & Sociedade**, Ano 24, n. 77-São Paulo: Cortez, 2004.
- FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FROTA, Ana Maria. A reinstalação do si-mesmo: uma compreensão fenomenológica da adolescência à luz da teoria do amadurecimento de Winnicott. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, dez. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 fev. 2014
- GOFFMAN, E. **Manicônios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997a.
- HALL, S. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. *In*: THOMPSON, Kenneth (Ed.). **Media and cultural regulation** [Cap. 5]. London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997b.
- HERNÁNDEZ, S. D. H. Proyecto de vida como categoría básica de interpretación de la identidad individual y social. **Revista Cubana de Psicología**. v. 17. n.3, 2000.
- KOLLER, S. H.; MORAES, N. A.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Adolescentes e jovens brasileiros: levantando fatores de risco e proteção. *In*: LIBÓRIO, R. M. C.; KOLLER, S. H. (Org.). **Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira**. São Paulo: Casa

KOURY, M. G. P. Cultura da Violência e o medo do outro: observações sobre medos, violência e juventude no Brasil atual. **Revista de Antropología Experimental**. Universidad de Jaén (España), n. 4, 2004.

KOURY, M. G. P. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, dez. 2011.

LECCARDI, C. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo soc.**, São Paulo, v.17, n.2, Nov. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a03v17n2.pdf>, acesso em 23 de março de 2014.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ediciones Ciencias Del Hombre, 1978.

LUHMANN, N. El futuro no puede empezar: estructuras temporales em la sociedad moderna. In. TORRE, R. R. **Tiempo y Sociedad**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1992.

MAINGUENEAU, D. Discurso, Enunciado e Texto. In: **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTIN-BARÓ, I. Hacia una psicología de La liberación. **Psicología sin fronteras**: revista electrónica de intervención psicosocial y psicología comunitária. v. 1, n. 2, , p. 7-14, ago. 2006. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2652421>. Acesso em 14 de agosto de 2013.

MASCARENHAS, A. B. D., DIAS, I. A criminalização do uso de drogas e a criminalização pelo uso de drogas - uma proposta de trabalho com dependentes químicos no contexto de um centro socioeducativo em Fortaleza, Ceará. **Rev. NUFEN**, v. 3, n. 1, p. 165-182, 2011.

MEIRELES, C. **Romanceiro da inconfidência**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

MELO, J. J. M. **Linguagem e domínio**: considerações para uma abordagem ético-política da psicologia histórico-cultural. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14.

MINAYO, M. C. de S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, 1990.

MISSE, M. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. **Seminário Brasil em perspectiva**: os anos 90. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/CRIME%20e%20pobreza.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2013.

OLIVEIRA, M. C. S. L de. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, 2006.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. *In: CONTINI, M. de L. J. (coord.) e KOLLER, S. H. (org.) Adolescência e psicologia: concepções, práticas, reflexões e críticas.* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise Social*, v. 25, p.105-106, 1990.

PERALVA, A. T. O jovem como modelo cultural. *In: Juventude e contemporaneidade.* Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

PEREIRA, F. M. G. P. O corpo jovem e o medo do envelhecimento. *In: ALVIM, R., FERREIRA JUNIOR, E., QUEIROZ, T. (Re)construções da juventude: cultura e representações contemporâneas.* João Pessoa: UFPB, 2004.

PINO, A. O social e o cultural em Vygotsky. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 71, jul. 2000.

PONTES, A. K. **Juventude e risco:** problematizando o sentido construído por jovens sobre esta relação. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. *In: Juventude e contemporaneidade.* Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

ROCHA, M. L. da, AGUIAR, K. F. de. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 23, n. 4, p. 64-73. 2003.

SILVA, A. P. S. da **(Des)continuidade no envolvimento com o crime construção de identidade narrativa de ex-infratores.** São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SILVA, L. A. M. da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, 2004.

SILVA, A. P. S. da; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v.15, n.3, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n3/a12v15n3.pdf>, acesso em 23 de março de 2014.

SILVA, L. A. M. da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, 2004.

SILVEIRA, J. M., SILVARES, E. F. M. e MARTON, S. A. Programas preventivos de comportamentos anti-sociais: dificuldades na pesquisa e na implementação. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 59-67, set./dez. 2003.

SOUZA, M. M. da S., MENEZES-SANTOS, J. de A. O processo de desvinculação de um adolescente com a prática infracional, a partir do cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 5, n. 2, ago./dez. 2010.

SPINK, M. P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, Dec. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n6/6944.pdf>, acesso em 8 de março de 2014.

SPINK, Mary Jane P. Riscos antecipados: regimes de verdade e regimes de esperança na administração de agravos à saúde. Texto apresentado na Mesa Redonda “Saúde Coletiva, Risco e Biopolítica”, **V Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde**, ABRASCO. USP, São Paulo, 17 a 20 de abril de 2011. Disponível em https://www.academia.edu/attachments/3201298/download_file?st=MTM5NDMyOTc4NywxODYuMjE1LjEwNi4y&ct=MTM5NDMyOTc4OQ%3D%3D, acesso em 8 de março de 2014.

SPINK, M. J. Aventura, liberdade, desafios, emoção: os tons do apelo ao consumo do risco-aventura. **Revista de Ciências Sociais**, n. 37, p. 45-65. out. 2012.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B.; MELLO, R. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a17v15n1.pdf>, acesso em 8 de março de 2014.

SPINK, M. J. P. et al . Usos do glossário do risco em revistas: contrastando "tempo" e "públicos". **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 21, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n1/a01v21n1.pdf>, acesso em 06 de março de 2014.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, p. 37-52, 1997.

TOASSA, G. Conceito de liberdade em Vigotski. **Psicol. cienc. Prof [online]**, n.3, v. 24, p. 2-11, 2004. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932004000300002>, acesso em 10 de março de 2014.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. de S. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. **Psicologia Social**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2002.

VALSINER, J. **Fundamentos da Psicologia Cultural**. São Paulo: Artmed, 2011.

VIEIRA, D. “Vivendo no veneno”: narrativas contadas por jovens sobre homicídios em Santa Catarina. In: RIFIOTIS, T; VIEIRA, D. (Org.) **Um olhar antropológico sobre violência e justiça**: etnografias, ensaios e estudos de narrativas. Florianópolis: UFSC, 2012.

VILHENA, J. de; MAIA, M. V. Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 2, n. 2, set. 2002.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas, historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Tomo IV. Madrid: Visor, 1996a.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas, psicologia infantil**. Tomo IV. Madrid: Visor, 1996b.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **O Desenvolvimento Psicológico na Infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. Lev S. Vigotski: Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 71, 2000

VYGOTSKY, L. S; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WERTSCH, J. V., RIO, P. del, ALVAREZ, A. **Estudos socioculturais da mente**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

WULF, C. O outro: perspectivas da educação intercultural. In: Mendes, C. (Org.) Larreta, E. (Ed.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitaria, 2003.

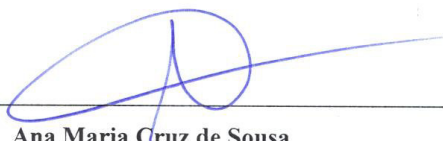
APÊNDICE A – CARTAZ ELABORADO NO TERCEIRO ENCONTRO DA OFICINA



APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA**TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ
REALIZADA A PESQUISA**

Eu, **Ana Maria Cruz de Sousa**, Coordenadora da Proteção Social Especial da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, conheço o protocolo de pesquisa intitulado “**Adolescência, violência urbana e projeto de vida: um estudo dos sentidos e significados de futuro para adolescentes em privação de liberdade**” desenvolvido por **Isadora Dias Gomes**. Conheço seus objetivos e a metodologia que será desenvolvida, estando ciente de que as intervenções da pesquisadora acontecerão em unidades desta coordenadoria, de acordo com a disponibilidade e concordância dos gestores e adequação aos critérios de pesquisa, não interferindo no fluxo normal desta instituição, nem das unidades a ela vinculadas.

Fortaleza, 17 de abril de 2013



Ana Maria Cruz de Sousa

Coordenadora da Proteção Social Especial
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o menor de idade que está sob sua responsabilidade para participar, como voluntário, da pesquisa **Adolescência, violência urbana e projeto de vida: um estudo dos sentidos e significados de futuro para adolescentes em privação de liberdade**. Esta pesquisa é orientada pela Prof^a Veriana de Fátima Rodrigues Colaço e está sob a responsabilidade da pesquisadora Isadora Dias Gomes Silva, cujos dados de contato são.

Rua Barão de Aratanha, 162, Centro, Fortaleza-CE

CEP 60040-290

Fones: (85) 8707.4069 / (85) 9748.7805 (inclusive ligações a cobrar)

e-mail: isadoradg@gmail.com

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa em questão busca compreender como são produzidos os significados e os sentidos de futuro para socioeducandos privados de liberdade, buscando saber como estes adolescentes constroem projetos de vida. Este estudo busca, portanto conhecer melhor como se dá essa ideia de futuro para que se lide melhor com esta particularidade, especialmente nos centros socioeducativos.

A contribuição do adolescente sob sua responsabilidade será participando de oficina que acontecerá na unidade socioeducativa em que o mesmo encontra-se cumprindo medida. A oficina constará de cinco encontros, com duração de uma hora e meia e que ocorrerão em uma sala adequada, definida pela direção local. Esta participação não irá atrapalhar as suas atividades regulares no Centro.

O participante terá a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que for necessário, você ou o participante pode pedir informações sobre a pesquisa com a pesquisadora responsável.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Para maiores informações sobre essas questões, o(a) senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC pelo telefone (85) 33668344 ou no endereço Rua: Coronel Nunes de Melo, 1127, Rodolfo Teófilo – Fortaleza.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o nome do participante. Apenas o pesquisador responsável e sua orientadora terão conhecimento dos dados.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista o que foi apresentado acima, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto minha autorização para que o menor de idade sob minha responsabilidade participe da pesquisa.

Local e data:

Nome e assinatura do do responsável pelo participante

Isadora Dias Gomes Silva - Pesquisador responsável pelo projeto

APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
TERMO DE ASSENTIMENTO (no caso do menor)**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **Adolescência, violência urbana e projeto de vida: um estudo dos sentidos e significados de futuro para adolescentes em privação de liberdade.**

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa em questão busca compreender como são produzidos os significados e os sentidos de futuro para socioeducandos privados de liberdade, buscando saber como estes adolescentes constroem projetos de vida.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Fortaleza, ____ de _____ de 20____ .

Assinatura do(a) menor

Assinatura do(a) pesquisador(a)

ANEXO A – MÚSICA E VÍDEOS UTILIZADOS DURANTE A OFICINA

LETRA DA MÚSICA “A VIDA É DESAFIO” – RACIONAIS MC’s

É necessário sempre acreditar que o sonho é possível
 Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível
 Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase
 E o sofrimento alimenta mais a sua coragem
 Que a sua família precisa de você
 Lado a lado se ganhar pra te apoiar se perder
 Falo do amor entre homem, filho e mulher
 A única verdade universal que mantém a fé
 Olhe as crianças que é o futuro e a esperança
 Que ainda não conhece, não sente o que é ódio e ganância
 Eu vejo o rico que teme perder a fortuna
 Enquanto o mano desempregado, viciado, se afunda
 Falo do enfermo, falo do são
 Falo da rua que pra esse louco mundão
 Que o caminho da cura pode ser a doença
 Que o caminho do perdão às vezes é a sentença
 Desavença, treta e falsa união
 A ambição como um véu que cega os irmãos
 Que nem um carro guiado na estrada da vida
 Sem farol no deserto das trevas perdidas
 Eu fui orgia, ébrio, louco, mas hoje ando sóbrio
 Guardo o revolver enquanto você me fala em ódio
 Eu vejo o corpo, a mente, a alma, o espírito
 Ouço o repente e o que diz lá no canto lírico
 Falo do cérebro e do coração
 Vejo egoísmo, preconceito, de irmão para irmão
 A vida não é o problema, é batalha, desafio
 Cada obstáculo é uma lição, eu anuncio

É isso aí voce não pode parar
 Esperar o tempo ruim vir te abraçar
 Acreditar que sonhar sempre é preciso
 É o que mantém os irmãos vivos

Várias famílias, vários barracos
 uma mina grávida
 E o mano tá lá trancafiado
 Ele sonha na direta com a liberdade
 Ele sonha em um dia voltar pra rua longe da maldade
 Na cidade grande é assim
 Você espera tempo bom e o que vem é só tempo ruim
 No esporte no boxe ou no futebol
 Alguém sonhando com uma medalha o seu lugar ao sol
 Porém fazer o quê se o maluco não estudou

500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou
 "Desespero ali, cena do louco,
 invadiu o mercado farinhado, armado e mais um pouco"
 Isso é reflexo da nossa atualidade
 Esse é o espelho derradeiro da realidade
 Não é areia, conversa, chaveco
 Porque o sonho de vários na quebrada é abrir um boteco
 Ser empresário não dá, estudar nem pensar
 Tem que tramar ou ripar para os irmãos sustentar
 Ser criminoso aqui é bem mais prático
 Rápido, sádico, ou simplesmente esquema tático
 Será instinto ou consciência
 Viver entre o sonho e a merda da sobrevivência

"O aprendizado foi duro e mesmo diante desse
 revés não pareio de sonhar, fui persistente
 porque o fraco não alcança a meta
 Através do rap corri atrás do preju
 e pude realizar o meu sonho
 por isso que eu afro X nunca deixo de sonhar"

Conheci o paraíso e eu conheço o inferno
 Vi Jesus de calça bege e o diabo vestido de terno
 No Mundo moderno, as pessoas não se falam
 Ao contrário se calam, se pisam, se traem e se matam
 Embaralho as cartas da inveja e da traição
 Copa, ouro e uma espada na mão
 O que é bom pra si e o que sobra é do outro
 Que nem o sol que aquece, mas também apodrece o esgoto
 É muito louco olhar as pessoas
 A atitude do mal influencia a minoria boa
 Morrer à toa e que mais, matar à toa e que mais
 Ir preso à toa, sonhando com uma fita boa
 A vida voa e o futuro pega
 Quem se firmou, falo
 Quem não ganhou, o jogo entrega
 Mais uma queda em 15 milhões
 Na mais rica metrópole, suas várias contradições
 É incontável, inaceitável, implacável, inevitável
 Ver o lado miserável se sujeitando com migalhas, favores
 Se esquivando entre noite de medo e horrores
 Qual é a fita, treta, cena
 A gente reza, foge, e continua sempre os mesmos problemas
 Mulher e dinheiro tá sempre envolvido
 Vaidade, ambição munição pra criar inimigo
 Desde o povo antigo foi sempre assim
 Quem não se lembra que Abel foi morto por Caim
 Enfim quero vencer sem pilantrar com ninguém
 Quero dinheiro sem pisar na cabeça de alguém
 O certo é certo na guerra ou na paz

Se for um sonho, não me acorde nunca mais
Roleta russa quanto custa engatilhar
Eu pago o dobro pra você em mim acreditar

"É isso aí, você não pode parar
Esperar o tempo ruim vir te abraçar
Acreditar que sonhar sempre é preciso
É o que mantém os irmãos vivos"

Geralmente quando os problemas aparecem
A gente tá desprevenido né não?
Errado
É você que perdeu o controle da situação
Perdeu a capacidade de controlar os desafios
Principalmente quando a gente foge das lições
Que a vida coloca na nossa frente
Você se acha sempre incapaz de resolver
Se acovarda moro
O pensamento é a força criadora
O amanhã é ilusório
Porque ainda não existe
O hoje é real
É a realidade que você pode interferir
As oportunidades de mudança
Tá no presente
Não espere o futuro mudar sua vida
Porque o futuro será a consequência do presente
Parasita hoje
Um coitado amanhã
Corrida hoje
Vitória amanhã
Nunca esqueça disso, irmão.

LINKS PARA OS VÍDEOS UTILIZADOS NA OFICINA

ONG PROCURU – Vizinhos do crime - https://www.youtube.com/watch?v=A_9X9D_6Cok

A vida do crime é ambição - https://www.youtube.com/watch?v=-_gYkw7yJH0